



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

SUZETE ARAUJO DE LIRA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: AVALIAÇÃO DE
CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO
LIVRAMENTO – MANAUS/AM**

MANAUS/AM

2014

SUZETE ARAUJO DE LIRA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: AVALIAÇÃO DE
CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO
LIVRAMENTO – MANAUS/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do
Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre Sociedade e Cultura na Amazônia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade

MANAUS/AM

2014

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Central da UFAM)

	Lira, Suzete Araújo de
L768r	Reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé: avaliação de condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento – Manaus/Am. / Suzete Araújo de Lira. – Manaus, 2014. 127f. il. color. Dissertação (mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade 1. Área de conservação 2.Desenvolvimento sustentável 3. Conservação ambiental I. Andrade, João Bosco Ladislau de (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
	CDU 2007 504.06(811.3)(043.3)

SUZETE ARAÚJO DE LIRA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: AVALIAÇÃO DE
CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO
LIVRAMENTO – MANAUS/AM**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia,
da Universidade Federal do Amazonas

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade – UFAM/PPGSCA
Presidente

Prof^a. Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira – UFAM/PPGSCA
Membro

Prof^a. Dra. Adoréa Rebello da Cunha Albuquerque – UFAM/PPG-GEO
Membro

Dedicatória

A minha mãe Cecy Lira, meus irmãos Augusto e Wilton o meu sogro José (in Memoriam).

Ao meu querido marido Geraldo Reis, minhas filhas Aline e Laura por ter compreendido os meus momentos de ausência, compartilhado as alegrias e as dificuldades.

Agradecimentos

Ao pai eterno Deus seu divino amor que nos guia e sustenta, no carinho e na lucidez de sua justiça misericordiosa e da sua ilimitada bondade ao mestre Jesus sempre presente a sua luz em minha vida.

Ao meu orientador professor Dr. João Bosco Ladislau, pelo incentivo, apoio e colaboração desde o início do mestrado.

A minha família, pela compreensão da minha ausência.

A todas minhas colegas e companheiras de mestrado, em especial, Graça, Shirley, Mayara, Maria Milene, Milane e Antônia Cosmo. Por me acompanharem nessa caminhada.

A minha amiga Antonia Lúcia o meu eterno agradecimento sempre disposta a ajudar principalmente nos momentos difíceis.

As professoras Simone Eneida Baçal de Oliveira e Lucilene Ferreira de Melo, que contribuíram para a melhoria deste trabalho, no exame de qualificação.

Aos professores e funcionários, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, pelo conhecimento e experiências que forneceram no decorrer do curso.

Aos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento, a Fátima Nascimento gestora da RDS do Tupé, pela participação e contribuição para realização deste trabalho

A Fundação de Amparo e Pesquisa, que durante a realização do mestrado concedeu uma bolsa de estudos a qual extremamente importante para me auxiliar nos estudos e pesquisa.

Grata

Pérola Azulada

*Já aprendi voar dentro de você
Ancorar no espaço ao sentir cansaço
Ossos da jornada.*

*Já aprendi viver como vive nu
Um cacique arara cultivando aurora
Luz de sua tiara.*

*Eu amo você terra minha amada
Minha oca meu iglu, minha casa
Eu amo você pérola azulada conta
No colar de Deus, pendurada
A benção minha mãe.*

*Já aprendi nadar em seu mar azul
Adorar água, homem peixe, água
Fonte iluminada.*

*Já aprendi a ser parte de você
Respeitar a vida em sua barriga
Quantos mais vão aprender.*

Eu amo você...

*Terra, terra por mais distante o errante
Navegante quem jamais te esqueceria.*

Zé Miguel e João Gomes

RESUMO

As Unidades de Conservação são tidas como mecanismos de preservação e conservação dos recursos naturais com relevante interesse para a sociedade. Consideradas instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, com objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. A implantação das UCs como uma estratégia de sustentabilidade para diversos territórios brasileiro nos leva a refletir sobre a relação do desenvolvimento humano e a democratização dos instrumentos das políticas ambientais, com destaque em todo o cenário brasileiro a sua importância e visibilidade para as populações locais e do seu entorno. As RDS são áreas que abriga populações cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais que desempenham importante papel na proteção da natureza e na manutenção da biodiversidade, ao mesmo tempo contribuem de forma efetiva para o enfrentamento das mudanças climáticas. Neste sentido o objetivo central deste trabalho é “Avaliar as condições socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS/Tupé), do município de Manaus/AM”, *locus* de pesquisa. Para tanto, foi feito trabalho mediante uma abordagem exploratória de natureza qualitativa e quantitativa, com técnicas de observação indireta, entrevistas semi estruturadas com 11 (onze) moradores e o gestor técnico responsável pela administração da reserva, bem como referências bibliográfica/documental (sendo o Plano de Manejo e Plano de Uso Público e o coletânea das leis da Rede do Tupé, algumas das principais fontes que foram analisadas). O trabalho resultou que a implantação da reserva de uso sustentável é imprescindível para a sustentabilidade do desenvolvimento para as comunidades. No entanto, a efetivação das ações e metas revelaram-se fragmentadas, mesmo diante de todos os avanços na adoção de estratégias e instrumentos. Essas fragmentações são expressas nas dificuldades vivenciadas no modo de vida dos moradores, constatado a existência da fragilidade de autonomia dos moradores, as comunidades tem dificuldades para se organizar politicamente, e a organização política não vem do poder público vem das demandas e necessidades enfrentadas no dia a dia em cima das condições objetivas destas comunidades. A forma como as políticas são viabilizadas precisam ser reavaliadas, quanto ao planejamento e gerenciamento para que a efetividade da norma jurídica sobre as RDS se efetue, requer mudanças na atuação da administração e gestão do Estado para integrar com efetividade a população local e adaptá-la a realidade socioambiental das populações inseridas nesse espaço. No mais, implica na formulação de estratégias, de modo a viabilizar novos investimentos para a implementação e aplicação dos sistemas das UCs, do contrário as comunidades presentes nestas áreas de proteção estarão diante de condições socioambientais cada vez mais insustentáveis, e a proteção ambiental permanecerá no discurso.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Políticas Ambientais e Participação sociopolítica.

ABSTRACT

The protected areas are seen as mechanisms for preservation and conservation of natural resources with significant interest to the society. Considered instruments of the National Environmental Policy, in order to preserve, enhance and restore the environmental quality provides life, to ensure conditions for socioeconomic development, the interests of national security and the protection of the dignity of human life. The deployment of PAs as a sustainability strategy for various Brazilian regions leads us to reflect on the relationship between human development and democratization of the tools of environmental policies, especially around every Brazilian scenario in its importance and visibility for local people and its surroundings. The RDS areas that are home to populations whose existence is based on sustainable systems of exploitation of natural resources which play an important role in protecting nature and biodiversity maintenance at the same time were effectively contribute to addressing climate change. In this sense, the main objective of this work is "Evaluate the environmental conditions in the way of life of community residents Our Lady of Deliverance of Sustainable Development Reserve Tupé (RDS / Tupe), the municipality of Manaus / AM," the locus of research. To this end, work has been done through an exploratory approach of qualitative and quantitative nature, with indirect observation techniques, semi-structured interviews with eleven (11) residents and the technical manager responsible for managing the reserve, as well as bibliographic / documentary references (the Plan being Management and Public Use Plan and compilation of the laws of Networks Tupé, some of the main sources that were analyzed). The work resulted in the implementation of sustainable use reserves is essential to achieving sustainable development for communities. However, the effectiveness of the actions and targets have proved to be fragmented, despite all the advances in the adoption of strategies and instruments, These fragmentations are expressed in the difficulties experienced in the way of life of residents, verified the existence of the fragility of autonomy of residents , communities have difficulties to organize politically, and political organization does not come from government comes from the demands and needs faced in day to day upon the objective conditions of these communities. The way policies are made possible need to be reassessed, and planning and management for the effectiveness of the legal rule on RDS make up, requires changes in the performance of the administration and management of the state to effectively integrate with the local population and adapt it the environmental reality of people entered in this space. At the most, implies the formulation of strategies in order to enable new investments for the implementation and application of systems of PAs, otherwise communities present in these protected areas are facing increasingly untenable environmental conditions, and environmental protection will remain in discourse .

Keywords: Conservation Units; Sustainable Development Reserve; Environmental Policies and socio-political participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção dos Estados da Amazônia Legal brasileira ocupada por UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável em dezembro de 2010.....	41
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislação ambiental brasileira no período de 1980 a 2012.....	31
Quadro 2 – Marco da questão ambiental no período de 1968 a 2012.....	35
Quadro 3 – Unidades de Conservação Estadual.....	48
Quadro 4 – Tipos de Unidades de Conservação.....	49
Quadro 5 – Áreas protegidas da margem esquerda do Rio Negro, nas proximidades de Manaus/AM, que junto com a REDES do Tupé, formam um mosaico de UCs.....	56
Quadro 6 - Opções de acesso a RDS/Tupé.....	57
Quadro 7 – Meio Biótico – Flora.....	73
Quadro 8 – Meio Biótico - Fauna.....	75
Quadro 9 – População da Comunidade Nossa Senhora do Livramento.....	87
Quadro 10 – Infraestrutura da comunidade	91
Quadro 11 – Participações dos moradores na gestão da reserva.....	99
Quadro 12 – Cenários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé), Manaus-AM, em 1997 e 2004, destacando alguns aspectos de relevância para a gestão.....	102
Quadro 13: Cenários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé), Manaus-AM, em 2005/2012, destacando alguns aspectos de relevância para a gestão participativa.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa das Unidades de Conservação da Amazônia Legal.....	40
Figura 2	Palmeira Arumã, planta típica da região Amazônica, é utilizado o cipó para artesanato.....	55
Figura 3	Mapa de Distribuição Espacial e Geográfica da REDES do Tupé....	56
Figura 4	Mapa do Limite e Localização das Comunidades da RDS e seu entorno	58
Figura 5	População da RDS/Tupé.....	59
Figura 6	Organograma da Estrutura Organizacional do Departamento de Áreas Protegidas – DEARP da SEMMAS.....	66
Figura 7	Orquídeas, flor típica da RDS do Tupé (<i>Epidendrum nocturnum</i> Jacq e <i>Epidendrum purpurascens</i> Focke).....	74
Figura 8	Conjunto de barracas da Praia do Tupé.....	77
Figura 9	Praia do Tupé.....	77
Figura 10	Igreja Católica.....	89
Figura 11	Modelo de casa de madeira.....	90
Figura 12	Coleta do lixo.....	92
Figura 13	Coleta do lixo.....	93
Figura 14	Posto de Saúde.....	94
Figura 15	Escola São Jose I.....	94
Figura 16	Moradia com Poço Artesiano.....	95
Figura 17	Reunião dos moradores no Centro Social e Barraca da Feira de Artesanato.....	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAP	Associação dos Barraqueiros da Praia do Tupé
ACAMDAF	Associação dos Canoeiros da Marina do Davi e Fátima
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CADS	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável
C.D	Conselho Deliberativo
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
EIA-RIMA	Estudo de Impactos Ambientais- Relatório de Impactos Ambientais
ESEC	Estação Ecológica
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FUMTUR	Fundação Municipal de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEAM	Instituto de Terras do Estado do Amazonas
MANAUSTUR	Fundação Municipal de Eventos e Turismo
MMA/PCE	Ministério do Meio Ambiente/Projeto Corredores Ecológicos
PAE	Plano de Ação Emergencial
PERN	Parque Estadual do Rio Negro

PM	Plano de Manejo
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PUP	Plano de Uso Público
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
SEDEMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TPI	Terra Preta de Índio
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNA-Tupé	Unidade Ambiental do Tupé
UNINORTE	Centro Universitário do Norte – Laureate International Universities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS AMBIENTAIS: UM ESTUDO ACERCA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL.....	21
1.1. Panorama das Políticas Ambientais: conflitos, agendas e criação das Unidades de Conservação no Brasil.....	21
1.2. Áreas Protegidas - Unidades de Conservação.....	32
1.3. Trajetória histórica das Unidades de Conservação na Amazônia Legal: algumas considerações.....	38
1.4. Políticas Ambientais no Estado do Amazonas: contextualizando a problemática ambiental na região.....	42
CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REDES DO TUPÉ.....	53
2.1. Histórico de criação e características gerais da REDES do Tupé.....	53
2.2. Gestão e o Plano de Manejo para uso dos recursos na Reserva de Desenvolvimento na reserva.....	64
2.3. Potencialidades socioambientais do Tupé.....	71
2.4. Ações socioambientais realizadas na REDES do Tupé.....	79
CAPÍTULO 3 - RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.....	83
3.1 Comunidade Nossa Senhora do Livramento: modo de vida e a caracterização do perfil socioambiental dos moradores	83
3.2 Aspectos socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, após a criação da reserva.....	91
3.3. Participação sociopolítico dos moradores na gestão da RDS de Uso Sustentável do Tupé.....	98
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
APÊNDICES.....	118
ANEXOS.....	123

INTRODUÇÃO

Na atualidade muito se tem discutido em torno das “questões ambientais”, em especial, pelas mudanças climáticas e os constantes desastres ambientais que vêm ocorrendo nas últimas décadas e que têm repercutido de forma muito intensa no cenário mundial.

Os debates que se apresentam em busca das possíveis causas destas questões repercutem em torno do modelo de desenvolvimento econômico pautado na lógica do crescimento industrial que se consolidou por tanto tempo, negando os limites da natureza. As questões ambientais implicam em pensar na forma de desenvolvimento que vem ocorrendo há varias décadas, referenciado no modelo capitalista que prima pelo crescimento econômico a custo da degradação ambiental e social. (LEFF, 2001).

Desta forma, considera que “a questão ambiental problematiza as próprias bases da produção e aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade”. Portanto, faz-se necessário buscar uma alternativa eficaz de desenvolvimento que venha a propor um modelo baseado em uma simbiose entre sociedade e natureza e que coloque em pauta o paradigma capitalista no qual a natureza é concebida como fonte ilimitada de matéria prima.

No mais, Leff (2001) sinaliza que a questão ambiental não deve responder apenas à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas também, valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade em harmonia com a natureza. Diante da problemática ambiental, reconhece a necessidade de implementação de áreas protegidas com o objetivo de preservar e conservar a natureza ameaçada..

Segundo Diegues (2002) e Sachs (2009), as Áreas Protegidas no Brasil intituladas Unidades de Conservação – UC, refletem o modelo norte-americano de área protegidas intocadas, ou seja, a proteção deva se concretizar exclusivamente em santuários invioláveis. Somente nos anos 70 se iniciou uma discussão em torno do modelo de UC, transportado para o Brasil, pois, o mesmo apresenta inúmeras especificidades, como as populações tradicionais. Esta realidade não condizia com a perspectiva norte americano. Diegues (2008) justifica a permanência de populações tradicionais nas áreas protegidas, não somente pela proteção e conhecimento tradicional, mas que eles sejam exemplos a serem avaliados pela civilização urbano-industrial na elucidação necessária de suas relações com a natureza.

De acordo com Medeiros (2006), as áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais a elas associados. Sua criação pode ser considerada importante estratégia de

controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes, ou ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Dentro das políticas de UC, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - (SNUC) possibilitou a integração na forma de gestão destacando duas categorias existentes: Proteção integral que se caracteriza em hipótese a permissão na instalação de projetos ou empreendimentos, salvo em caso de uso indireto dos recursos naturais, já no caso destinado ao uso sustentável, são permitidos tais empreendimentos em algumas categorias de manejo Áreas de Proteção Ambientais (APAS), Florestas Nacionais (FLONA), Reservas Extrativistas (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), com o objetivo básico de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegura as condições que os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais (SNUC Lei 9985/2000, Artigo 20).

Em relação às ações socioambientais, a RDS/Tupé, lócus do estudo, já participou de vários projetos direcionados ao ecoturismo, a educação ambiental, cursos de capacitação, projeto Tanque e Rede para o cultivo de peixes, pesquisas científicas sobre o Meio Físico, Diversidade Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central na RDS e outros. Mas ainda pouco se vê resultados práticos desses projetos para melhoria no modo de vida das comunidades.

Segundo pesquisa realizada por Chateaubriand e Andrade (2009), identificaram-se na reserva as seguintes problemáticas socioambientais: ausência de instalações hidrossanitárias adequadas; abastecimento de energia atende apenas uma parte da comunidade; falta de tratamento de água; a questão do lixo, não há a seletividade do mesmo, sendo recolhido uma vez por semana; ausência de segurança pública, pois a comunidade não possui posto policial; serviços de saúde ineficientes, falta de transportes adequados e poucas escolas.

Diante das problemáticas identificadas, impôs questionamentos para nortear o estudo, que foram respondidos ao longo da pesquisa, que estão contempladas nos resultados e discussões. De que forma a RDS de uso sustentável estaria possibilitando melhores condições socioambientais para os moradores da comunidade sob estudo, considerando o alcance dos objetivos propostos na criação da RDS? A comunidade identifica a reserva como unidade de conservação de uso sustentável e sua real importância para o desenvolvimento local? após a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável ocorreram ou não, mudanças

socioambientais para a melhoria das condições de vida dos moradores? Qual a participação sociopolítica comunitária da REDES do Tupé?

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral avaliar as condições socioambientais no modo de vida dos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento e os objetivos específicos foram: (i) identificar a participação sociopolítica comunitária na gestão da RDS; (ii) mapear os aspectos sociais, ambientais no modo de vida dos moradores após a criação da reserva e (iii) analisar as condições socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Para alcançar os objetivos a aplicação da pesquisa neste trabalho está classificada da seguinte maneira:

O levantamento de campo foi desenvolvido mediante a uma abordagem exploratória de natureza qualitativa e quantitativa, nas considerações de Minayo (2001), possibilita informações mais fideis da realidade estudada e a análise quantitativa permite trabalhar com dados indicadores em dados se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia, essa orientação permite um diálogo crítico com a realidade. Para Goldenberg (2007) a integração desta abordagem permite que o pesquisador faça uma relação e uma avaliação de suas conclusões como o objetivo de garantir uma maior eficácia e confiança nos seus dados, anulando a hipóteses dos mesmos serem produtos de um procedimento específico ou alguma situação particular.

Antes de se concretizar a coleta de informações no campo, foram realizados os seguintes procedimentos: obtenção da assinatura do Termo de Anuência, autorização da SEMMAS, submissão e aprovação do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética - CEP/UFAM por meio da Plataforma Brasil. A partir de então, deu-se início à realização da revisão bibliográfica para fundamentar as categorias de análise da pesquisa. Procedeu-se também a pesquisa documental, (Plano de Manejo e Plano de Uso Público), artigos, dissertações, consulta por internet entre outros.

Destaca-se que no momento anterior das entrevistas foi apresentado aos entrevistados o Termo de Conhecimento Livre Esclarecido – TCLE, foi feita em duas vias (uma do pesquisador e a outra do entrevistado).

Sujeitos da pesquisa (informante-chave) foram: o representante institucional da SEMMAS que diz respeito ao Gestor da RDS e os moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Os critérios de inclusão dos entrevistados da seguinte forma:

- ✓ Representante (Gestor): Tenham informações qualificadas sobre a implementação da gestão da Reserva/Tupé.
- ✓ Público Alvo (moradores): Ser morador no mínimo residente antes da criação da reserva, antes de 2005; Famílias com crianças e adolescentes ou não independente da idade; Ser indicado/reconhecido como representante da família independente de gênero; Ser maior de 21 anos.

O critério para exclusão dos entrevistados: ter como público alvo os indígenas residentes na reserva, devido ao processo burocrático de autorização necessária para obter o acesso a esses moradores.

Para o desenvolvimento da coleta dos dados foi utilizado um conjunto de técnica e instrumentos:

- ✓ Técnicas e instrumentos para coleta de dados: Levantamento de socioeconômico: formulários (com questões abertas e fechadas) com os representantes das famílias;
- ✓ Conversas semi-formais: visitas domiciliares e na integração com os comunitários; com os representantes das famílias;
- ✓ Entrevista semiestruturada: Roteiro de entrevistas semiestruturada, caderno de campo; registro fonográfico; registro fotográfico com a liderança comunitária e gestores de instituições.
- ✓ Observação indireta: A observação neste caso apresenta facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais dos membros que estão envolvidos; possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado; captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados. Gil (1989, p.108).
- ✓ Roteiros de viagem, a coleta de dados se deu no período de janeiro a abril/2013, entrevista realizado com o Gestor em junho de 2013.

Os últimos procedimentos realizados para concretização do estudo:

O tratamento a análise dos dados e informações sob a luz do referencial teórico construído: organização e sistematização dos dados secundários da pesquisa documental, elaboração de quadro; e organização e sistematização dos dados primários da pesquisa de

campo, por meio das transcrições das narrativas das entrevistas semiestruturadas nas quais foram analisados e avaliados.

Considera-se que este estudo possui relevância social, política e acadêmica, esta na contribuição e viabilização para novas ações e mecanismos nos setores sociais, econômicos e ambientais. Torna-se imprescindível a geração de informações e participação sobre as políticas disponibilizadas às populações locais, este estudo é também relevante para o poder público e para a comunidade acadêmica, uma vez que poderá ser utilizado como instrumento para criação de índices de avaliação e acompanhamento da efetividade de aplicação das políticas públicas, bem como aprimorar a execução dessas políticas, que, no caso das Reservas devem ser consoantes à Política Nacional de Meio Ambiente.

A organização desta dissertação, esta estruturada em três capítulos:

Capítulo 1: aborda o panorama das políticas ambientais, marco legal, conflitos e criação das Unidades de Conservação no Brasil, a trajetória histórica das UC na Amazônia Legal e as políticas ambientais no Estado do Amazonas.

Capítulo 2: apresentam-se as caracterizações da RDS do Tupé por meio do histórico de criação e características gerais, a gestão e o plano de manejo para o uso dos recursos naturais, as potencialidades socioambientais, ações e atividades socioambientais desenvolvidas na reserva.

Capítulo 3: apresenta os dados da pesquisa com os moradores e o gestor da reserva, com foco principal nas condições socioambientais da comunidade, modo de vida e o perfil socioambiental dos moradores, os aspectos socioambientais da comunidade, após a criação da reserva e a participação sociopolítica dos moradores na administração da gestão, e por fim, a conclusão do trabalho.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS AMBIENTAIS: UM ESTUDO ACERCA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural. (Sachs)

Este capítulo apresenta as principais discussões acerca da categoria Políticas Ambientais. Para realizar essa abordagem teórica este capítulo foi estruturado em três itens: o primeiro aborda Panorama das Políticas Ambientais, marco legal, conflitos e criação das Unidades de Conservação no Brasil; o segundo item apresenta a trajetória histórica das Unidades de Conservação na Amazônia Legal; e o terceiro aborda as Políticas Ambientais no Estado do Amazonas.

Embora seja uma tarefa árdua e complexa, esta discussão faz-se extremamente relevante para o presente trabalho, em razão de seu objetivo geral estar voltado para avaliar as condições socioambientais no modo de vida dos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

1.1. Panorama das Políticas Ambientais: conflitos, agendas e criação das Unidades de Conservação no Brasil.

A trajetória das políticas ambientais no Brasil ganhou destaque a partir dos anos 30, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, com as primeiras ações em relação à proteção e conservação do ambiente em território nacional. O processo de políticas públicas ambientais adquiriu importância com a emergência da sociedade moderna, a industrialização e a crescente participação dos países. A política ambiental é uma tomada de decisão sob a gestão de recursos naturais, combinando ações e compromissos em que estão envolvidos a sociedade em geral e os poderes legalmente constituídos (MOTA, 2009).

Nesse contexto, Rangel argumenta que:

A política ambiental pela sua própria natureza enseja a aproximação, até mesmo a distinção, entre Políticas Públicas e Políticas de Interesse Público uma vez que as Políticas Ambientais são esforços das instituições legais que devem zelar pela sociedade. Esta origem dupla das ações ambientais é dada substancialmente pela

característica do objeto da política e pela complexidade e interesse na sua realização. (2005, p.19).

Prosseguindo, as políticas ambientais podem ser definidas como conjunto de ações necessárias para levar ao fim uma política de meio ambiente, ou alcançar a manutenção de um capital suficiente para que a qualidade de vida das pessoas e o patrimônio natural sejam os mais altos possíveis dentro de um complexo sistema de relações econômicas e sociais que condicionam este objetivo (RANGEL, 2005).

Lanna (1995 *apud* RANGEL, 2005, p. 20), define a política ambiental como conjunto de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso controle, proteção e conservação do ambiente. A partir deste argumento, é possível considerar que a política ambiental é um processo da articulação das ações dos diferentes sujeitos sociais que interagem em um dado espaço, visando a garantir com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos a adequação dos meios de exploração dos recursos naturais às especificidades do meio ambiente.

Segundo Monosowski (1989), as chamadas políticas ambientais apresentam uma preocupação explícita quanto a preocupação com a conservação e preservação do uso dos recursos naturais e meio ambiente. Para esta autora, essas políticas expressam os instrumentos de intervenção do Estado na administração dos recursos naturais e qualidade do meio ambiente. A autora apresenta quatro abordagens estratégicas estabelecendo uma análise do processo histórico da evolução das políticas ambientais brasileiras até o período de 1988, que em destaque são: a administração dos recursos naturais; o controle da poluição industrial; o planejamento territorial; a gestão integrada de recursos.

Quanto à administração dos recursos naturais, destacam-se as primeiras ações em relação à proteção do meio ambiente em território nacional, com início em 1934, no primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas, destaca a criação dos dispositivos legais que deram suporte à criação das áreas protegidas: criação do Código das Águas (1934); Código de Minas (1934); Código Florestal Brasileiro (1934) e a criação, em 1937 do Parque Nacional de Itatiaia e da legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. O quadro se completou com a instituição do Código de Pesca em 1938; Estatuto da Terra em 1964; de agências setoriais ao longo da década de 1960; Ministério das Minas e Energia; Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a criação e delimitação de zonas naturais protegidas Parque Nacional do Itatiaia (1937); Parque Nacional do Iguaçu (1939); Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939); Floresta Nacional de Araripe-Apodi (1946); Parque Nacional do Araguaia (1959); Parque Nacional das Emas (1961); Parque Nacional das Sete Quedas (1961), entre outros.

O controle da poluição industrial inspirado pela Conferência de Estocolmo em 1972 proporcionou avanços com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Esta secretaria inaugurou nova fase, na qual se manifestou uma vontade política no tratamento explícito da questão da degradação ambiental enquanto “suporte de vida” e não somente como fonte de recursos, ligado à Presidência da República, primeiro órgão instituído na esfera federal especificamente para lidar com as questões ambientais. Criado pelo decreto nº. 73.030 de 30 de outubro de 1973, órgão encarregado da conservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais, sob a coordenação do Ministério do Interior. A SEMA se dedicava ao avanço da legislação e aos assuntos que demandavam negociação em nível nacional, tais como: a produção de detergentes biodegradáveis; a poluição por veículos; a demarcação de áreas críticas de poluição; e a criação de unidades nacionais de conservação.

As medidas de Governo se concentravam na agenda de comando e controle normalmente em resposta a denúncias de poluição industrial e rural. Entretanto, a base do modelo de política ambiental adotado após a Conferência tinha como prioridade o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. Porém, o crescimento populacional e o saneamento básico, componentes de políticas setoriais de impacto sobre o meio ambiente, ficaram excluídos desse modelo, constituindo cada um, objeto de política não articuladas à questão ambiental, o que evidenciou o desenvolvimento isolado deste setor. Neste contexto:

O papel e o alcance das políticas ambientais sejam bastante limitados. As estratégias adotadas nesse momento atacam certos efeitos do modelo de desenvolvimento, sem, no entanto, questioná-lo: seu objetivo é reduzir as degradações ambientais, que poderiam comprometer, em certas áreas, o bom andamento das atividades produtivas. Essa abordagem procura também responder a uma pressão da opinião pública, sensibilizada pela degradação do ambiente urbano (MONOSOWSKI, 1989, p. 19).

A abordagem do planejamento territorial é caracterizada pela estratégia de desenvolvimento baseado na implantação de grandes projetos de infraestrutura ou da exploração dos recursos naturais. A prioridade é dada a unificação do espaço nacional em que

os esforços são para a ocupação do Cerrado e da Amazônia. Destaca-se nesse período, a intensificação da urbanização, crescimento acentuado das regiões metropolitanas, as ações de controle de forma que os recursos naturais se tornaram bens escassos gerando uma maior atenção à necessidade de ordenação territorial como um instrumento de uma política preventiva dos impactos sobre o meio ambiente.

Esta abordagem apresenta a formulação de um conjunto de instrumentos de proteção ambiental: os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH); as leis metropolitanas de zoneamento industrial e proteção dos mananciais; a Lei nº 6.766, de 19/12/1979, que definiu as diretrizes de parcelamento do uso do solo urbano; a Lei nº 6.803, de 02/07/80, que estabeleceu as diretrizes de zoneamento industrial, podem ser citadas como exemplos dessa fase.

A partir de 1980 o Brasil adotou-se de novos instrumentos, Monosowski, (1989) sinaliza que as políticas ambientais continuam urbanas, permanecendo o espaço rural “fora de qualquer controle, para que seus recursos se prestem às formas de apropriação mais rentáveis a curto prazo” (p.21). No entanto, na perspectiva desta autora, as políticas ambientais continuam atacando aspectos considerados marginais em relação às estratégias governamentais de desenvolvimento, as condições e os meios de aplicação se apresentam ainda limitados e a questão ambiental projetava em segundo plano nas prioridades governamentais.

Limitações relacionadas à dissociação entre os objetivos das políticas ambientais e as estratégias de desenvolvimento adotadas. A inserção de parâmetros ambientais no processo decisório que depende de vontade política que se exprimia em todos os níveis de estabelecimentos de políticas (programas, planos, projetos nas leis e regulamentos direcionados aos recursos).

Outro fator a considerar utilizado nas estratégias do Estado é a capacidade de controle social das decisões que afetam o meio ambiente. Como se observa, a participação é aparente já que não são canalizados espaços democráticos para que o cidadão possa participar de todo o processo que envolve a elaboração das políticas, seguindo pela gestão até a avaliação. Sendo assim, os interesses do Estado se sobrepõem aos interesses regionais e locais.

Nesse sentido, ao tratar dos modos de intervenção do Estado na área ambiental, Godard (1997) sugere que há uma orientação puramente liberal, desenhada pela lógica do mercado. Esta lógica, hoje reatualizada na forma da ideologia neoliberal¹, se pauta no

¹ O neoliberalismo é uma vertente que se mostra contrária a qualquer tipo de intervenção do Estado na Economia, sendo tal intervenção considerada, por Friedrich Hayek, economista e seu idealizador, como sendo

favorecimento da exploração dos recursos naturais e de lucros capitalistas, em que não há preocupações com a compensação das deficiências do mercado e, sim, apenas voltadas a relativização do agravamento dessas deficiências.

Assim, a participação dos diversos atores é fundamental no processo dinâmico da formulação até a implementação e avaliação das políticas públicas. E como essa participação se dá mediante a uma espécie de arena de conflitos de interesses contraditórios e divergentes, favorece condições desiguais de participação. Esta realidade, por certo, traz dois tipos de problemas como, a fragmentação e setorialização da ação administrativa, compensadas de forma insuficiente pelos mecanismos de coordenação e de integração, e a inadequação da organização territorial, envolvendo tipos de recortes territoriais, repartição de responsabilidades entre eles e definição das relações entre os diferentes níveis, face ao projeto de uma gestão integrada dos recursos e dos meios naturais (GODARD, 1997).

A partir da redemocratização política, os movimentos sociais se organizam em todo país, sendo importante destacar neste momento a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros² na Amazônia que simbolizou um movimento de resistência das populações locais da Amazônia à exploração da terra (BECKER, 2004). Nesse mesmo período fruto das articulações políticas entre os movimentos sociais e ambientais marca o nascimento do socioambientalismo brasileiro (SANTILLI, 2005).

O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluísse as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005).

No caso da Região Amazônica, o meio ambiente só entrou na agenda dos governos dos Estados sob forte pressão de organismos nacionais e internacionais preocupados com o ritmo acelerado do desmatamento para a expansão da malha viária, da fronteira agrícola e com o aumento de queimadas, consequência do modelo de desenvolvimento adotado para a região que procurava integrá-la ao restante do país, causando perda na biodiversidade e mudanças climáticas, resultou as primeiras aplicações da avaliação de impactos ambientais (AIA).

letal a liberdade tanto econômica quanto política. Assim, o seu propósito era “preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 2008, p. 10). Entretanto, tal ingerência do Estado se processa mediante sua forte presença quanto a defesa dos princípios do mercado.

² Conselho criado e liderado por Chico Mendes, em 1989, representando a luta dos seringueiros pelo estabelecimento de Reservas Extrativistas – RESEXs, por meio da Lei 7.804 (BECKER, 2004).

Para Monosowski (1989), uma das mais importantes estratégias adotadas é a responsabilização do Estado em relação a suas próprias ações, ao se exigir que as atividades públicas e privadas sejam exercidas conforme os princípios da legislação ambiental. Essa é uma inovação importante, em especial no que se refere aos grandes projetos, que até então estavam fora do controle das agências governamentais para a proteção ambiental.

As ações do Estado têm buscado cada vez mais ser descentralizadas e a participação social tem aumentado com a criação de conselhos gestores de diversos tipos, como os de saúde, segurança pública, educação, habitação e meio ambiente.

A integração de recursos estabeleceu os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos naturais no âmbito nacional. Iniciou-se uma nova fase de construção das políticas ambientais com a criação da Lei federal de nº 6.938 de agosto de 1981 a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada em 1983. Consolida estratégias atuais e os arranjos internacionais vigentes no tratamento da questão ambiental, ou seja, é oficializada a conciliação de desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, recomendação enfatizada na Conferência de Estocolmo, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente assumiu a definição das políticas e a coordenação das atividades governamentais na área ambiental. As propostas da presente Lei são as mesmas adotadas na Constituição de 1988 em seu Capítulo VI – Do Meio Ambiente, que criou condições para as descentralizações das formulações de políticas.

Criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA com objetivo de estabelecer padrões que tornem possível o desenvolvimento sustentável. Incluiu o conjunto das instituições governamentais que se ocupam da proteção e da gestão da qualidade ambiental nos três níveis federal, estadual e municipal, que tem como órgão superior o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e estabeleceu os objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições desta. Seu objetivo principal é a preservação ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições para o desenvolvimento socioeconômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana. Este colegiado é composto por representantes de ministérios e entidades setoriais da Administração Federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais de entidades de classe e de organizações não-governamentais.

Os instrumentos adotados pela Política Nacional do Meio Ambiente, conforme artigo 9º destacam-se:

- estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

- zoneamento ambiental (regulamento);
- avaliação de impactos ambientais;
- licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;
- criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas (redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989);
- sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;
- cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
- as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;
- a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989);
- garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistente (Incluído pela lei nº 7.804, de 1989);
- cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. (incluído pela Lei nº 7.804, de 1989);
- instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros (incluído pela lei nº 11.284, de 2006).

Com os avanços da política ambiental brasileira e a construção dos instrumentos jurídicos é necessário esclarecer algumas considerações dos momentos importantes dos eventos como: a Conferência de Estocolmo; a publicação do relatório de Brundtland; Eco 92; Agenda 21 e outros.

A evolução da Política Ambiental no Brasil, assim como nos demais países, é marcada decisivamente pelos desdobramentos após a Conferência de Estocolmo em 1972, assim o país experimentou avanços consideráveis, sobretudo nos aspectos institucionais e legais, na tendência à descentralização política no sentido do deslocamento de atribuições e de poderes para os níveis estaduais e municipais e também no sentido do compartilhamento de aspectos da gestão ambiental com entidades da sociedade civil e do setor privado e, por último, na construção e no fortalecimento da noção de desenvolvimento sustentável como recurso político na negociação dos conflitos que emergem da articulação entre o desenvolvimento e o ambiente (LIMA, 2011; ABRANTES, 2002).

Em 1987, ampliaram-se as discussões sobre o meio ambiente e desenvolvimento com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido como Relatório Brundtland. Este relatório introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável e uma nova abordagem para o meio ambiente (ABRANTES, 2002). O Relatório enfatizou, entre outros aspectos, a necessidade de reformulação do sistema político de participação entre nações e dentro de cada uma delas, como forma de facilitar o alcance do princípio de equidade³.

A necessidade de efetivar estratégias destinadas à proteção, conservação e uso sustentável da diversidade biológica ficou definida como uma prioridade internacional, tornando-se fundamental a promoção de esforços no sentido de elaborar instrumentos legais que envolvessem todos os aspectos relacionados à preservação da biodiversidade (ibidem).

Neste mesmo ano o governo brasileiro, com o Programa nas Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), iniciou a negociação do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA⁴, voltado para a resolução de deficiências nas áreas de capacitação institucional, conservação da biodiversidade e estratégias de desenvolvimento (ABRANTES, 2002).

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, conhecida como “Cúpula da Terra” ou Eco 92, foram assinados cinco documentos direta ou indiretamente relacionados à proteção e conservação da biodiversidade em nível global (importantes acordos ambientais que refletem sua influência até a atualidade), são eles: as Convenções do Clima e da Biodiversidade; a Agenda 21; a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; e a Declaração de Princípios para as Florestas.

A Agenda 21 tem grande destaque e estabelece compromissos e intenções para a preservação e a melhoria da qualidade ambiental, além de dispor sobre: ações sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento das comunidades e meios de implementação. Peccatiello (2011) chama atenção para esta estratégia adotada, há críticas a respeito da posição conservacionista da Agenda 21, à sua abordagem pouco efetiva quanto à questão do consumo e aos vultosos investimentos necessários para sua implantação no mundo (cerca de 600 bilhões de dólares anuais).

Contudo é plausível ressaltar que a Agenda 21 apresentou programas que podem ser considerados instrumentos fundamentais para a elaboração de políticas públicas em

³Tal equidade seria facilitada por sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões e por processos mais democráticos na tomada de decisões em âmbito internacional.

⁴ O PNMA, efetivado em 1991, foi a maior operação de crédito firmada com agências multilaterais (BIRD, BID e KFM na área do meio ambiente no Brasil, constituindo-se no principal fonte de financiamento de projetos nos anos 90, com recurso de ordem de US\$ 27 milhões (MMA, 1997) O PNMA inovou ao buscar a integração da questão ambiental ao planejamento e ao desenvolvimento regional.

todos os níveis e que privilegiam a iniciativa local. Nestes termos, a Agenda 21 brasileira foi lançada em julho de 2002 com uma grande preocupação em efetivar a síntese entre o ambiental e o urbano e, para tanto, busca orientar as políticas ambientais, transmitindo-as do nível nacional para o estadual e municipal, concretizadas por meio de planos e regulamentos. Este posicionamento da Agenda 21 brasileira estabeleceu-se diante da crise do modelo de política ambiental executado no Brasil ao longo dos anos 1990, a qual evidenciou a necessidade de redefinição das opções de política ambiental e do próprio papel do Estado brasileiro. (PECCATIELLO, 2011, p.7).

O governo Federal institui o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA, pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, fundindo a SEMA junto a órgãos de florestas, pesca e borracha. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), que visa o gerenciamento dos recursos hídricos em território brasileiro por meio da delimitação de bacias hidrográficas e a formação de comitês para a sua gestão. Lei de Crimes Ambientais de 1998, que prevê a responsabilização e a aplicação de penalidades para os causadores de danos ao meio ambiente.

Nesse momento foi estabelecida uma série de normas e critérios para a utilização dos recursos naturais, visando à manutenção da qualidade ambiental e a recuperação de áreas degradadas. A participação do setor privado ganha destaque com a utilização de sistemas de certificação ambiental e a implantação de selos, a série International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização) ISO 14.000⁵ e ISO 14.001, concedidos para empresas que adotem práticas que promovam a diminuição dos impactos causados ao meio ambiente, através de Sistema de Gestão Ambiental (SGA), bem como, a obrigatoriedade de licenciamento e Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para a instalação de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao meio ambiente.

Sendo assim, as empresas atualizaram em seu discurso a consolidação de um novo *ethos*, em torno das chamadas práticas positivas que propagam o respeito à vida, à natureza, como parte das estratégias mercantis (SILVA, 2010). Entretanto, o processo de apropriação e usos de recursos ambientais não ocorre mediado pela afirmação dos interesses comuns ou coletivos, mas pautado pela necessidade de *marketing* empresarial, subsidiado pela lógica de

⁵ É um conjunto de normas que definem parâmetros e diretrizes para a gestão ambiental para empresas (privadas e públicas) Estas normas foram definidas pela International Organization for Standardization, , com objetivo para diminuir o impacto provocado pelas empresas ao meio ambiente. Disponível site: <http://www.supapesquisa.com/isso_14000/Gestao_ambiental> ABNT/CB 38 norma brasileira/ISSO 14000: 2004

acumulação de capitais, o que supõe, ao fim de cabo, a privatização da natureza e sua conversão em mercadoria como expressão de interesses particularistas.

Assim as empresas passam a incorporar a dimensão ambiental como mediação do processo produtivo. Todas essas normas, procedimentos e documentos são ferramentas importantes para criação e manutenção de programas ambientais, mas todo esse processo depende de regularização, dos interesses da empresa, tornando necessário um planejamento. Nem sempre há compromisso por parte das empresas com responsabilidade socioambiental, as práticas ditas sustentáveis ficam no discurso.

Nesse sentido, é possível identificar os avanços obtidos no âmbito legal, as fragilidades políticas e organizativas não só das instituições privadas, mas também no âmbito das esferas estaduais e municipais. Na verdade, isto indica a necessidade de intervenção e controle por parte do Estado nas ações sociais e econômicas que causam dano ao ambiente, mas também a importância de reflexão sobre o momento adequado ao processo dessa intervenção política e social. Mesmo que a descentralização seja positiva em muitos aspectos, a execução de ações ambientais deve dispor de um aparato institucional que garanta a operacionalização qualitativa dessas ações.

Para Medeiros (2006) desde a década de 30 há a preocupação quanto à formulação de normas de proteção ambiental, o Código Florestal foi o mais importante, pois definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas e demais formas de vegetação natural do país, assim:

Em seus principais objetivos legitimar a ação dos serviços florestais, em franca implementação em alguns estados brasileiros desde o final do século XIX, além de regularizar a exploração do recurso madeireiro, estabelecendo as bases para sua proteção. Ele foi, também, o primeiro instrumento de proteção brasileiro a definir claramente tipologias de áreas a serem especialmente protegidas. Ele declarava de “interesse comum a todos os habitantes do país” o conjunto das florestas existentes e demais formas de vegetação, classificando as em quatro tipologias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (MEDEIROS, 2006, p51).

Sendo esta versão substituída pela Lei nº 4.771, de 1965 (BRASIL, Leis, decretos, 1965), que posteriormente foi alterada pela lei nº 7.803, de 1989, e pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001.

Área (de Preservação Permanente- 1) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água; 2) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água; 3) nas nascentes e “olhos d'água” num raio de 50m de largura; 4) no topo de morros, montes, montanhas e serras; 5) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive; 6) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; 7) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m em projeções horizontais; 8) em

altitude superior a 1800m, qualquer que seja a vegetação. Reserva Legal - 1) 80% da PR3 na Amazônia Legal; 2) 35% na PR em área de cerrado localizada na Amazônia Legal; 3) 20% na PR em área de floresta ou vegetação nativa nas demais regiões; 4) 20% na PR em área de campos gerais em qualquer região (Medeiros/2006, p 52).

O Novo Código Florestal Lei nº 12.651, de 25 de maio 2012, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.⁶ Este novo código da entrada em vigor da convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas, identificado no (Quadro 1 da legislação ambiental).

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA
DÉCADA DE 80:
Lei nº 6.902/81: dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental; Lei nº 6.938/81: Política Nacional do Meio Ambiente: Institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA Órgão Superior: Conselho de Governo Órgão Consultivo e Deliberativo: Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA Órgão Central: Ministério do Meio Ambiente – MMA Órgão Executor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Órgãos Setoriais: Entidades integrantes da administração pública federal Órgãos Seccionais: Entidades estaduais Órgãos Locais: Entidades Municipais Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 225) 1988 Capítulo XI da Constituição Estadual do Amazonas (Art. 229./241/1989) Lei nº 7.347/85: Disciplina a ação civil publica de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico paisagístico; Lei nº 7.661/88: Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Lei nº 7.679/88: dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução; Constituição Federal/88: Capítulo do Meio Ambiente (art. 225); Lei nº 7.754/89: estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios; Lei nº 7.797/89: cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).
DÉCADA DE 90
Decreto Legislativo nº 02/94: aprova o texto da Convenção sobre a Diversidade Biológica; Lei nº 8.974/95: estabelece normas para o uso das técnicas da de engenharias genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados; autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da presidência da República, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio); Lei nº 9.605/98: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e da outras providências (Leis de Crimes Ambientais); Lei nº 9.795, de 27/04/1999: Dispõe sobre a Educação, institui a Política Nacional De Educação Ambiental (PNEA);
A PARTIR DO ANO 2000
Lei nº 9.985, de 18/07/de 2000: dispõe Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Lei nº 10.257 de 10/08/2001: dispõe Estatuto das Cidades; Lei nº 12.305, de 02/08/2010: dispõe sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. nº Lei nº 12.651, de 25/05/2012: dispõe o Novo Código Florestal.

Quadro 1 – Legislação ambiental brasileira no período de 1980 a 2012

Fonte: elaborado pela autora a partir do site disponível <<http://www.planalto.gov.br/civil>> acesso em 22/08/2012.

⁶ Altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Podemos identificar (Quadro 1) que a partir dos anos 80 intensificou-se a criação de grande parte dos instrumentos legais, impulsionando a criação de áreas protegidas no Brasil.

O estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC em 2000, pela Lei Federal nº 9.985, também foi um importante marco neste processo, pois, norteia as políticas públicas e dispõe sobre os instrumentos de planejamento das áreas protegidas.

O processo do SNUC ocorreu em meio a um grande embate entre as diferentes posições sobre meio ambiente existentes no Brasil sobre a questão ambiental, algumas contraditórias, representadas, entre outras, por preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas (MEDEIROS, 2006; BENSUSAN, 2006). O referente processo de elaboração e organização durou mais de 10 anos.

O SNUC originou-se de um pedido do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal à Fundação Nacional Pró- Natureza (Funatura), uma organização não governamental, em 1988, para a elaboração de um anteprojeto de lei instituindo um sistema de unidade de conservação. Uma das dificuldades, já evidente na época, era definir as categorias de manejo, excluindo figuras equivalentes e criando novos tipos de unidades onde foram identificadas lacunas. O anteprojeto foi aprovado pelo CONAMA em maio de 1992, já de qualidade de projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional em 1994, o deputado Fábio Feldmann apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei do SNUC, introduzindo modificações significativas no texto original e dando início à polêmica entrada na questão da presença de populações tradicionais em UCs, que duraria ainda seis anos. Em 1995, novo substitutivo foi apresentado ao deputado Fernando Gabeira, aprofundando as divergências entre os ambientalistas e alimentando, ainda mais a polêmica. Após inúmeras reuniões, audiências públicas, versões e modificações, o projeto foi aprovado no Congresso em 2000. (BENSUSAN, 2006, p.19-20).

A adoção continua de novos instrumentos para o planejamento e o gerenciamento ambiental, exigem reformulação das estratégias atuais no sentido de se adotarem políticas de desenvolvimento e meio ambiente integrada e abrangente. A busca de soluções depende da atuação do Estado, que deve inibir ações que favoreçam apenas os interesses locais e de poucos e sim proteger o interesse social comum.

1.2 Áreas Protegidas - Unidades de Conservação

O movimento internacional de criação de áreas naturais protegidas teve início com a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos EUA no ano de 1872. No Brasil, a política ambiental se desenvolveu em respostas às exigências do movimento internacional ambientalista, iniciado durante a década de 1960.

Segundo Diegues (2000), as questões ambientais passaram a fazer parte das prioridades da sociedade brasileira, confrontada com a escassez crescente das águas, com a degradação do solo agrícola e a poluição do ar nas cidades.

Assim com a criação de instituições e legislações, a questão socioambiental ganha, a partir dos anos 70, visibilidade e ampliação dos problemas de degradação, resultando condições sociais ambientais insustentáveis. Importante destacar, que foi somente neste período que a preocupação com o meio ambiente resultou no Brasil na implementação das políticas públicas com caráter marcadamente ambiental, surgem diversas discussões no que diz respeito aos recursos naturais sendo finitos. Antes homem e natureza eram desvinculados da produção capitalista, a natureza e tais práticas se caracterizavam pela exploração dos recursos naturais com efeitos perversos (DIEGUES, 2000).

Leff (2000) aborda a crise ambiental como crise da conscientização. Essa crise se apresenta como um alerta, pois aponta para um limite real, limite do crescimento econômico e populacional, limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida. Os debates que se apresentam em busca das possíveis causas destas questões repercutem em torno do modelo de desenvolvimento econômico pautado na lógica do crescimento industrial que se consolidou por tanto tempo, negando os limites da natureza.

Diante disto, Leff (2001) afirma que as questões ambientais implicam em pensar na forma de desenvolvimento que vem ocorrendo há várias décadas, pautado no modelo capitalista que prima pelo crescimento econômico ao custo da degradação ambiental e social, desta forma, considera que “a questão ambiental problematiza as próprias bases da produção e aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade” (p.17). Portanto, faz-se necessário buscar uma alternativa eficaz de desenvolvimento que venha a propor um modelo baseado em uma simbiose entre sociedade e natureza, e que coloque em pauta o paradigma capitalista no qual a natureza é concebida como fonte ilimitada de matéria prima.

Logo, a reflexão sobre a sustentabilidade implica também em uma análise sobre as práticas sociais e a sua repercussão no meio ambiente, assim como a valorização da diversidade, dos saberes e da cultura das populações tradicionais, que possuem formas de manejo que na maioria das vezes causam um baixo impacto ambiental, conforme destaca (LIMA E POZZOBON, 2005).

No mais, Leff (2001) sinaliza que a questão ambiental não deve responder apenas à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas também valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza.

Ao mesmo tempo, Masson (2004) revela que a questão ambiental não pode ser de responsabilidade de um só segmento ou de um conhecimento. Diante da problemática ambiental reconhece a necessidade de implementação de áreas protegidas com o objetivo de preservar e conservar a natureza ameaçada.

O período que compreende entre 1920 a 1971, de acordo com Cunha e Guerra (2009), foi marcado por um tipo de Estado centralizador na definição regulatórios do uso dos recursos naturais e de um incipiente aparato institucional para tratar das questões relacionadas à natureza. Viola (1987) caracteriza o período de 70 a 80, marcado por movimento de denúncia de degradação ambiental nas cidades, nos anos de 1982 a 1985, momentos de transição marcada pela grande expansão quantitativa dos movimentos. Ainda nesse período, de 1980 até os de 1990, o país enfrentou uma ampla agenda de reformas no que se refere à ação social e ambiental estruturadoras.

As áreas protegidas no Brasil intituladas Unidades de Conservação – UC, segundo Diegues (2002), reflete o modelo norte americano de área protegidas intocadas. Todavia, na concepção de Sachs (2009), isso não quer dizer que a proteção deva se concretizar exclusivamente em santuários invioláveis, ou seja, intocáveis.

O surgimento das primeiras áreas de conservação ocorreu a partir de 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como proposta de incentivo a pesquisa científica, lazer a comunidade local e preservação da natureza. No entanto, a criação da maioria das áreas protegidas no Brasil ocorreu durante a ditadura militar iniciada em 1964, quando algumas populações tradicionais começaram a resistir à expulsão, reinventando formas de adequação dos recursos naturais. Isso só foi possível, através de parcerias com movimentos sociais e progressivas mudanças do conceito de áreas protegidas, conforme sinaliza Diegues (2008). Nesse sentido, podemos identificar (Quadro 2) o marco da questão ambiental a partir de 1960.

Somente nos anos 70 se iniciou uma discussão em torno do modelo de UC transportado para o Brasil, pois o mesmo apresentou inúmeras especificidades relacionadas a presença das populações tradicionais. Esta realidade, não condizia com a perspectiva norte-americana. Diegues (2008) justifica a permanência de populações tradicionais nas áreas protegidas, não somente pela proteção e conhecimento tradicional, mas que eles sejam exemplos a serem avaliados pela civilização urbano-industrial na elucidação necessária de suas relações com a natureza.

Podemos identificar no (Quadro 2) o marco da questão ambiental.

MARCO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Ano de 1968

Constituído o chamado “Clube de Roma”, envolvendo 30 cientistas de 10 países desenvolvidos interessados em discutir a questão ambiental. Estes pesquisadores objetivavam analisar os problemas resultantes do modelo de crescimento vigente na época, passando a estudar sobre fenômenos como o crescimento descontrolado da população, a aceleração do nível de industrialização, a escassez dos recursos naturais não-renováveis e a degradação ambiental

Ano de 1972

A partir desta mobilização, foi apresentado relatório *The limits of Growth*, divulgado em 1972, despertando interesse e servindo de base para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo, Suécia, também em 1972. Nesta conferência, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Neste período, a idéia era dar mais visibilidade aos problemas ambientais, que ainda não tinham atingido as atuais proporções, mas já revelavam seus perigos em potencial (LEIS, 1991).

Ano de 1992

A 1ª. Conferência de 1972 teve seu principal desdobramento duas décadas depois, na ECO 92 (ou Rio 92), uma nova reunião mundial para discutir os problemas ambientais, que se diferenciou da anterior por contar com a presença de chefes de Estado. Isso evidenciava que as questões relativas ao meio ambiente tinham ganhado a atenção das políticas governamentais, uma vez que em nível nacional, 1992 é o ano de criação do Ministério do Meio Ambiente. Entre eles, a Carta da Terra, uma proclamação de princípios, que equivale à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que se refere à sustentabilidade e à justiça social. A Carta estabelece diversos valores a se observar e ideais a se perseguir, como o respeito ao planeta, a produção e o consumo sustentáveis, a responsabilidade e transparência nos processos administrativos, a paz e as soluções não-violentas para os conflitos. Contou com a participação de 170 países e que o resultado desta conferência culminou com a proposição de uma agenda para o século XXI, batizada de Agenda 21. Nesta agenda, foram relacionadas 2.500 medidas que podem servir como base para que cada país elabore o seu plano de preservação do meio ambiente, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004). Foram assinadas também as Convenções da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas. Esta última teve as consequências mais práticas e efetivas, uma vez que lançou as bases do Protocolo de Kyoto (Japão - 1997), que estabeleceu metas concretas para redução de gases do efeito estufa, em especial o CO₂. Foi assinado por 55 países e seu objetivo inicial deve ser atingido entre 2008 e 2012. Entretanto, não foi assinado pelos EUA, país responsável pela maior parte da emissão desses gases.

Ano de 2002

Conferência Mundial do Meio Ambiente, a Rio + 10, ocorreu em Johannesburgo, África do Sul e serviu para constatar os pequenos avanços no combate aos problemas ambientais e para evidenciar que ainda há muito por se fazer, num contexto cada vez mais crítico. A “Conferência do Clima” valeu pela mobilização (ONGs e a opinião pública global e local) e pelo fato de ter colocado assunto da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente na prioridade da agenda mundial. Mas do ponto de vista de ações práticas e imediatas para enfrentar a urgência dos problemas climáticos do Planeta, a COP-15 ficou muito aquém do esperado. Não se conseguiu desbloquear a questão do MRV (mensurável, reportável e verificável), nem estabelecer o montante de recursos financeiros necessários ao longo da próxima década e não se garantiu medidas claras de mitigação e de adaptação (WWF, 2011).

Ano de 2012

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio + 20 realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Teve dois temas a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 2 – Marco da questão ambiental no período de 1968 a 2012.

Fonte: elaborado pela autora a partir do site disponível <<http://www.planalto.gov.br/civil>> acesso em 22/08/2012

A partir de então, o processo de formulação de política ambiental passou a ser cada vez mais, produto da interação das idéias, valores, estratégias de ação de atores sociais (COELHO e CUNHA, 2009). Cresceu o debate sobre a melhor forma de construir políticas ambientais a partir da década de 1980, no que diz respeito ao desenvolvimento humano compartilhado com a proteção da natureza. Sendo assim, a Constituição de 1988 foi um passo decisivo para o fortalecimento da Política Nacional Ambiental. Pela primeira vez na história de uma nação uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente.

Conforme destacado anteriormente (quadro2), nos anos 90 intensificou-se as discussões sobre a problemática ambiental para a formulação de política pública ambiental voltada a questão da biodiversidade com debates relacionados sobre processos necessários à conservação da diversidade biológica do mundo. Ressalta-se que a política ambiental sendo uma política pública é dirigida pela conjuntura política, social e econômica e, assim como na área social suas condições financeiras são restritas e gerenciadas pelas políticas neoliberais.

Este período será então marcado pelo aumento de áreas destinadas a alguma proteção nos processos de criação das Unidades Conservações – UC, foram adotadas nomenclaturas estabelecidas pela Comissão de Parques Internacionais e Áreas Protegidas da União internacional a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICRN, 1993), distribuídas em categorias de manejo, ou seja, a um conjunto de ações ou procedimentos que visem assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.

As Unidades de Conservação são áreas protegidas, espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais a elas associados. As UC são denominadas de áreas protegidas, conceituadas pela União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN, 1994), área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos. Um dos grandes objetivos da criação de UC é a manutenção das áreas naturais, de forma menos alterada possível (REIS, 2008; MEDEIROS, 2006).

Com a Constituição Federal de 1988, as áreas protegidas, através do Poder Público, em todas as unidades da Federação, já estavam definidas nos termos do artigo 225, inciso III, no qual estabelece:

Definir, em todas as unidades da Federação, os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedadas qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988).

O SNUC apresenta-se como um dos principais instrumentos de conservação da biodiversidade, estabelecendo diferenciadas categorias de manejo para UC. De acordo com o Art. 2º da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a Unidade de Conservação é definida como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Na intenção de reordenar essas nomenclaturas das UC já criadas e normatizar a implantação de novas áreas. Consiste em dois grupos Proteção Legal e Uso Sustentável:

No caso Proteção Legal faz parte da categoria de manejo Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre e de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Conforme o SNUC (2000) em hipótese alguma é permitido à instalação de projetos ou empreendimentos nas UC destinada à proteção integral, já no caso das UC destinadas ao uso sustentável, são permitidos tais empreendimentos em algumas categorias de manejo: Área de Proteção Ambiental – APAS, Floresta Nacional – FLONAS, Reserva Extrativista – RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS.

As UC são tidas como mecanismos de preservação e conservação dos recursos naturais com relevante interesse para a sociedade. Consideradas instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, objetivam preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 2001).

Com a aprovação do Capítulo VI sobre Meio Ambiente na Constituição Brasileira, o art. 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Desta forma, considera-se este princípio reflexo do avanço no processo das práticas ambientais brasileiras, nas últimas décadas em diferentes concepções e estratégias do Estado quanto ao tratamento da questão ambiental no contexto do desenvolvimento brasileiro, por meio da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, que tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida (art.2). A implantação das UC

como uma estratégia de sustentabilidade para diversos territórios nos leva a refletir sobre a relação do desenvolvimento humano e a democratização dos instrumentos legais das políticas ambientais.

1.3 A trajetória histórica das Unidades de Conservação na Amazônia Legal: algumas considerações

Durante a ditadura militar, o governo de Castelo Branco devotou grande atenção ao desenvolvimento do interior do país, definiu estratégias para a introdução de um modelo econômico na região Amazônica e a estrutura institucional necessária a sua implementação. Nesse sentido, Reis (2007) sinaliza que:

A base estratégica na realização de grandes obras de infra-estruturas (construção de rodovias) e concessão de incentivos fiscais e de crédito para empreendimentos produtivos. A Emenda Constitucional nº 18, de dezembro de 1965, estende a região amazônica todos os incentivos fiscais, os favores creditícios e demais vantagens concedidas pela legislação à região Nordeste do Brasil. Em 1966, A Superintendência do plano de Desenvolvimento da Amazônia foi substituída pela a Superintendência Desenvolvimento da Amazônia (*apud* – SUDAM. 2007, p. 73).

O Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco da Amazônia e foi criada a Zona Franca de Manaus. A implantação de redes de telecomunicações e abertura de rodovias expandiu a estrutura econômica da região, porém Becker (2007) afirma que Amazônia no século XX sofreu impactos socioambientais em grandes proporções, principalmente, originadas por mudanças estruturais que modificaram as realidades geradas nas fronteiras. Impactos decorrentes do modelo de desenvolvimento capitalista imposto a região. Pois segundo Jesus (2000), este desenvolvimento vem deixando marcas irreversíveis de exploração nos ecossistemas, quanto na biodiversidade, alterando significativamente o modo de vida das populações, como exemplo as tribos indígenas foram dizimadas em nome do progresso; caboclos e ribeirinhos foram obrigados a partir de suas terras, tal o abandono e a falta de assistência do Estado. A escassez dos alimentos extraídos dos lagos e da terra, a desvalorização dos seus produtos, acrescidas as dificuldades de organização dos pequenos agricultores familiares, todas essas questões podem ser compreendidas no contexto das transformações por que passa a Amazônia.

Para Cavalcanti (1997), essas políticas de desenvolvimento implantadas nas últimas décadas, geraram um acelerado crescimento da economia regional e a diversificação e modernização da estrutura produtiva. No entanto, este crescimento proporcionou à

intensificação da degradação ambiental dos recursos naturais e ainda o crescimento desordenado dos povoamentos regionais que se encontravam ao longo das rodovias, provocando a degradação também das condições de vida humana.

No final da década de 70, a região Amazônica concentrou grande parte das UC de proteção integral, como uma ação estratégica do regime militar na gestão do território como forma de controle social (BARRETO, 2004).

O governo federal estabeleceu em 1953, por meio da Lei de nº 1.806, alterada pela Lei Complementar de nº 124 de 3 de janeiro de 2007, para fins de planejamento econômico e ordenamento administrativo, sendo o seu principal objetivo a redefinição da Amazônia Legal, conceito político engendrado para a promoção do desenvolvimento econômico da região e garantia da presença do governo federal na região norte do país (Reis, 2007 apud SUDAM, 2007).

A área de abrangência da Amazônia Legal⁷ foi redefinida e encontra-se composta pelos Estados: Acre; Amapá; Amazonas; Maranhão; Mato Grosso; Pará; Roraima e Tocantins: A primeira UC na Amazônia Legal foi o Parque Nacional do Araguaia, localizado em Tocantins, em 1959. O parque abrangia toda a Ilha do Bananal com 20.000 km². Alterações de limite posteriores reduziram a área da UC para 5.577 km² para excluir a sobreposição com o Parque Indígena do Araguaia, a partir desse momento, foram criadas outras UC sendo a grande maioria sob jurisdição federal. (VERÍSSIMO, 2010).

O estabelecimento das UC obedeceu a critérios estéticos e só mais tarde criou novas modalidades de áreas protegidas para atender aspectos supostamente técnicos (BENSUSAN, 2006). A partir dos anos 70 surgiram propostas, advindas de estudos do projeto Radam – uma pesquisa então em andamento (1973-1983), assumindo como critério a geologia, geomorfologia, hidrologia, solos e vegetação realizada pelo Ministério das Minas e Energia. Nesse período, recomendou a criação UC de proteção integral e uso sustentável, somente na Amazônia.

A partir da década de 1980, ocorreu um aumento expressivo do processo de criação das UCs em Rondônia, financiados pelo Banco Mundial os programas de desenvolvimento

⁷ A Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, alterada pela Lei Complementar de nº 124/2007 foram incorporados à Amazônia brasileira, o Estado do Maranhão, Goiás e, atualmente, o Estado de Tocantins e Mato Grosso. Com esse dispositivo legal a Amazônia brasileira, passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 Km², correspondente cerca de 61% do território brasileiro. A Região Amazônica foi definida, portanto, pela Lei independente se sua área pertencera à bacia hidrográfica, se seu ecossistema seria selva unida tropical ou qualquer outro critério (AYRES, 2008).

Até dezembro de 2010, havia na Amazônia Legal 307 UC, totalizando 1.174.258 Km², o que corresponde a 23, 5% desse território (Verrisímo, *et al.* 2010). Para que isso fosse garantido, contou-se com atuação e apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia⁹ (Arpa) e de organizações ambientalistas e sociais. Conforme a (Tabela 1) podemos identificar as UCs de uso Integral e sustentável dos Estados integrantes da Amazônia Legal.

UF	ÁREA DA UF	PI %	US %	TOTAL UCS (%)	TOTAL UCS (KM2)
Acre	152.581	10,6	23,6	34,2	52.168
Amapá	142.815	33,3	28,8	62,1	88.635
Amazonas	1.570.746	7,8	15,8	23,4	369.788
Maranhão	249.632	5,4	12	17,4	43.453
Mato Grosso	903.358	3,2	1,3	4,6	41.242
Pará	1.247.689	10,2	22,1	32,3	403.155
Rondônia	237.576	9,2	12,4	21,6	51.433
Roraima	224.299	4,7	7,3	11,9	26.769
Tocantins	277.621	3,7	8,5	12,3	34.009
Amazônia Legal	5.006.317	8	14,2	22,2	1.110.652

* Descontando as sobreposições entre UC e TI e as áreas marítimas das UCs.

** Áreas oficiais dos Estados conforme site do IBGE, em julho de 2010. Para o Maranhão, somente a área inserida na Amazônia Legal.

Tabela1 - Proporção dos Estados da Amazônia Legal brasileira ocupada por UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável em dezembro de 2010*

Fonte: Verrisímo, *et al.* 2010, p.21

Na visualização da (Tabela 1) podemos comparar a porção do território estadual protegida, temos que, em dezembro de 2010, o Estado do Pará possuía a maior extensão de UC da Amazônia, com 403.155 km², seguido pelo Amazonas, com 369.788 km². O Amapá possuía a maior proporção de Unidades de Conservação, 62,1% do seu território, quase o dobro da proporção do Acre, de 34,2%, e do Pará, com 32,3% do território protegido. Por outro lado, os Estados com a menor proporção de UC eram Mato Grosso (4,6%), Roraima (11,9%) e Tocantins (12,3%), (Verrisímo, *et al.* (2010).

⁹ O Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa – tem como objetivo investir na criação, consolidação e sustentabilidade financeira de Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

1.4 Políticas Ambientais no Estado do Amazonas: contextualizando a problemática ambiental na região

As políticas ambientais são imprescindíveis para a sustentabilidade do desenvolvimento de longo prazo, tanto para o enfrentamento de desafios domésticos quanto para as chamadas questões globais salienta (NEVES, 2012). Assim, é importante destacar o debate sobre a questão ambiental do estado do Amazonas, já que tiveram grandes repercussões na década de 1980, após o estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente. Esta Política impulsionou mudanças ocorridas no plano ambiental local, neste caso o processo de descentralização de competências entre federativos na área ambiental como resposta do estado do Amazonas a essas mudanças, foi à configuração da Lei Estadual de nº 1.532 de 06 de julho de 1982 que trata da (Política Estadual de Meio Ambiente – PEMA), como primeira lei de destaque regulamentada pelo decreto 10.028/87 pela comissão do Estado do Amazonas – CODEAMA, na ocasião, autarquia vinculada a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN.

Segundo a legislação ambiental do Estado, prevista pela Lei nº 1.532 de 06 de julho de 1982, capítulo III, artigo 7º, estabelece à criação de áreas de preservação ambiental, visando a conservação, proteção ou restauração das áreas de reconhecido interesse ecológico, científico, econômico, social, histórico e cultural, tem sido um importante instrumento de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais no Amazonas

A presente Lei disciplina a política estadual da prevenção aos recursos naturais, melhoria e recuperação do meio ambiente e da proteção dos recursos naturais, que antes competia à Secretaria de Energia de Habitação e Saneamento – SENHAS. Em 1989, a evolução desta política fica sob responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA.

A gestão do meio ambiente do estado do Amazonas é estabelecida pelo Plano Ambiental do Estado do Amazonas – PAEA, elaborado em consonância com os princípios, objetivos da Política Estadual de Meio Ambiente.

Elaborado por um Grupo de Trabalho criado por meio do Decreto nº. 16.948, de 10 de janeiro de 1996, o Plano Ambiental do Estado do Amazonas se consolidou por meio da apreciação da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico - CEZEE e Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONCITEC, proporcionando a ampliação do processo de participação dos diferentes segmento do público, por meio das representações que compõe o colegiado para sua elaboração (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, 1998).

O referido Plano estabeleceu diretrizes para os espaços territoriais especialmente protegidos, definindo as áreas de preservação e conservação dos recursos, terras indígenas, conjunto de áreas protegidas e problemas de gestão, assim como, as diretrizes específicas para as áreas protegidas para fazer reavaliação das áreas criadas.

Segundo Godard (1997) a gestão de recursos naturais devem penetrar as outras esferas de tomada de decisão política industrial, tecnológica, política de ordenamento ligado ao modo de vida e etc., ou seja:

A gestão territorial designa assim a ação do Estado e das coletividades locais visando corrigir os desequilíbrios regionais em termos tanto populacionais quanto do exercício das atividades econômicas. Trata-se de levar em conta, num mesmo excesso recorrente das evoluções, espontâneas induzidas por processos acelerados e insuficientemente controlados de crescimento econômico e de urbanização (Godard, 1997, p.205).

Em 1995 a Lei Estadual nº 2.367/95 criou o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, que substituiu o IMA/AM, propiciando um grande avanço da questão ambiental no Estado, pois o IPAAM passou a coordenar e executar exclusivamente a Política Estadual do Meio Ambiente. A partir de fevereiro de 2003, o IPAAM passou a ser vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, portanto, órgão executor da Política de Controle Ambiental do Estado do Amazonas e suas atividades englobam o Controle Ambiental, são o Licenciamento, a Fiscalização e o Monitoramento Ambiental.

Outros espaços públicos criados foram: Sociedade Civil Mamirauá, Fundação Vitória Amazônica, Grupo de Trabalho Amazônico, Conselho Nacional dos Seringueiros, Comissão Pastoral da Terra, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Instituto de Terras do Amazonas, sendo realizado um forte trabalho na área de captação de recursos. Sendo que o elevado custo de gestão de áreas protegidas no Amazonas e o fato de alguns projetos de cooperação internacional (PPG-7¹⁰: Programa de áreas protegidas da Amazônia – ARPA, Corredores Ecológicos) terem instrumentos de gestão complexa e por estarem com níveis de execução abaixo das metas estabelecidas pelos próprios projetos, criou a impossibilidade de alguns

¹⁰ Em 1992, quando o Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais PPG7 maior programa do Brasil, foi lançado, sob grande pressão internacional devido à degradação da Amazônia. Financiado com US\$ 428 milhões, o programa teve quatro componentes, que deram origem a 28 projetos, financiado pelo WORDBANK. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/2012/07/19/ppg7-maior-programa-ambiental-brasil>> Acesso em: 23 ago. 2012.

doadores de financiarem diretamente os governos em função de suas políticas institucionais, o que levou a necessidade de parcerias com organizações não governamentais (AMAZONAS, 2003).

Assim essas parcerias contribuem para o aumento das UC do Amazonas. Neste momento é elaborado em 2003 o Plano Amazônia Sustentável, por meio do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de inserir a variável ambiental na preparação do Plano Plurianual (2004/2007) para a região da Amazônia. Seu objetivo concentra-se na viabilização de um novo modelo de desenvolvimento baseado na inclusão social, com respeito à diversidade cultural, na viabilização de atividades econômicas, dinâmicas e competitivas e no uso sustentável dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico da Amazônia. O Plano suscita o desafio de promover arranjos produtivos locais baseados em vantagens comparativas associadas à diversidade. Esses arranjos dependem da formação de consensos entre grupos sociais com interesses divergentes entre Estado e sociedade civil na construção das políticas públicas (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2006).

A partir de 2003 o Governo do Estado do Amazonas intensificou a criação e expansão de suas áreas protegidas (UC) como estratégia para a proteção da biodiversidade e desenvolvimento regional articulados com o governo federal. Sendo que, a implantação e o sistema de gestão das UC seguem os critérios estabelecidos pelo SNUC. Neste período foi criada a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável (SDS) através da Lei n.º 2.783, de 31 de janeiro de 2003, a qual dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do Amazonas.

A SDS atua em articulação com as autarquias vinculadas Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS e Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS. A estrutura conta também com a colaboração de órgãos colegiados: Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM; Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas – CDSCPT/AM; Conselho Estadual de Reserva da Biosfera da Amazônia Central – CERBAC; Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia – FAMC e Fórum Permanente das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Amazonas FOPES – AM (SDS, 2012).

No âmbito do Sistema foi criada a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (Lei nº 3244). A gestão das UC no Amazonas é de responsabilidade do Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC vinculado à SDS, instituído pela Lei Complementar nº 53, de 05/06/2007, que criou o SEUC.

Ainda neste ano foi instituída a Lei nº 118, a qual criou a agência de Agronegócio do Estado do Amazonas (AGROAMAZON); e em 2010 o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas, que envolve a participação das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

Todo esse aparato jurídico-institucional foi estabelecido no estado do Amazonas em atenção às diretrizes do desenvolvimento sustentável, atendendo as questões socioambientais mediante a implantação de políticas públicas, materializadas em programas, projetos ou ações sociais, os quais são administrados pela SDS. Esta Secretaria apresenta um conjunto de programas, os quais apresentam seus objetivos e propostas articulando as dimensões social, ambiental e econômica, dentre os principais destacam-se:

- **Programa Zona Franca Verde – ZFV¹¹:** Fio condutor da gestão ambiental do Estado, programa é multissetorial, envolvendo as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Terras e Habitação, Educação e Qualidade de Ensino; de Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Segurança Pública, de Trabalho e Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Ciência e Tecnologia e Fazenda. Com objetivo: Melhoria da qualidade de vida da população do interior de estado e, prestação de seu patrimônio natural; Aumento de renda dos produtos rurais, repartição justa de benefícios, segurança no trabalho, respeito à legislação trabalhista, valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais; proteção das margens de igarapés e nascentes, prevenção de incêndios de florestas, uso cuidadoso de agrotóxicos, combate à produção predatória dos recursos, respeito à legislação ambiental; Auto-sustentabilidade financeira dos programas e projetos, adimplência de empréstimos para atividades da produção rural, fortalecimento das cadeias produtivas locais para geração de renda e autonomia.
- **Programa Amazonas Sustentável:** consiste em fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, promovendo a conscientização e participação de produtores florestais e extrativistas, populações tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores associações, cooperativas, entidades

¹¹ Programa ZFV, iniciado em 2003, e tem objetivo melhorar a qualidade de vida das populações locais com base no desenvolvimento de sistemas de produções florestais pesqueira, agropecuária e atividade de turismo, fundamentado em base ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis (programa Zona Franca Verde, 2005). Em 2007, por meio da lei de nº 3.135/2007, ZFV estabeleceu a Política estadual de mudanças climáticas do Estado do Amazonas e promoveu a reestruturação da SDS e origem ao sistema SDS(SDS,2009).

subordinadas e vinculadas à SDS, instituições governamentais, organizações não-governamentais e demais segmentos da sociedade. Com objetivo: Formular acompanhar as políticas e programas de gestão ambiental e territorial, promover a valorização socioambiental e a conservação da biodiversidade para o benefício de todos; Acesso a bens e serviços sociais; Gestão sustentável dos recursos hídricos; Geração de renda e trabalho no interior do Estado.

- **Programa de Compensações Ambientais e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades da área de influência do Gasoduto Coari-Manaus** – Com objetivo de atenuar os impactos socioambientais produzidos com a implantação do programa comunidade da área de influência do gasoduto Coari-Manaus. Foi escolhida a comunidade de Paricatuba em Manacapuru como piloto para o início da implementação do programa; Acesso aos bens e Serviços sociais, de saúde, educação primária, combate a prostituição, apoio às organizações sócio-política das comunidades; incentivo aos bens racionais e sustentável dos recursos naturais, estruturação organização à produção geração de renda e trabalho..
- **Programa Amazonas Florestal:** objetiva fortalecer a assistência técnica, extensão florestal a gestão de Unidades de Conservação e uso sustentáveis, organização e dinamização de cadeias produtivas florestais e de recursos da fauna silvestre; Diminuir o grau de desinformação acerca da temática ambiental e da legislação que a regulamenta, redução da pobreza e elevação do Índice de Desenvolvimento Humano; Uso irracional dos recursos naturais; estruturação e organização à produção.
- **Programa Amazonas Ambiental** - Com objetivo: Monitoramento do uso dos recursos naturais; Analfabetismo nas rurais da Amazônia, difundir a elaboração ambiental; Fiscalizar e licenciar as atividades potencialmente poluidora e/ ou degradadoras do meio ambiente.
- **Programa Estadual de Negócios Sustentáveis** - Com objetivo de apoiar e estimular iniciativas de desenvolvimento dos recursos da natureza ambiental e da origem florestal, mineral, pesqueira e agropecuária; Geração de emprego, uso sustentável dos recursos naturais e geração de renda e incentivo comercialização.

- **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM:** visa promover o saneamento, desassoreamento e utilização racional do solo às margens dos igarapés, associada tanto à manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável, preservar o patrimônio, melhoria contínua das condições de vida da população amazonense. O governo do Estado, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID investirá cerca de U\$S 200 milhões na recuperação ambiental dos igarapés de Manaus. A recuperação ocorrer nos igarapés Bittencourt, Mestre Chico, Quarenta e igarapé da Cachoeirinha.
- **Programa de Mudança Climática e Serviços Ambientais:** com objetivo de mitigar as ações das mudanças climáticas; promover a educação ambiental sobre as mudanças climáticas; promover a recuperação e conservação da floresta amazônica minimizando os efeitos do efeito estufa; geração de renda por meio de prestação de serviços ambientais.
- **Programa Amazonas Indígena – Alto Solimões:** objetiva promover, incentivar e disseminar o etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas; Incentivo ao uso sustentável dos recursos; Garantias de terras para moradia e produção. (Relatório de gestão, 2007/2008).

Todos esses programas são desenvolvidos a partir da implementação de subprogramas delineados posteriormente pela SDS em projetos e ações, exceto os programas: Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais; Amazonas Ambiental; Amazonas Florestal e; Zona Franca Verde que criam diretamente os projetos e ações sem desmembrá-los em subprogramas (Relatório de Gestão, 2008). Essa realidade evidencia a grande preocupação da Secretaria quanto à elaboração de programas e projetos, no entanto, encontra-se uma fragilidade no momento de implementação dos mesmos. A sua operacionalização fica comprometida devido a ausência de compromisso e vontade política de gestores e técnicos no direcionamento das ações no caminho da qualidade, comprometendo a efetividade dos programas implantados na gestão.

O que se depreende dessa realidade é a necessidade do avanço no campo prático, embora haja a configuração de um conjunto de programas sociais voltados a estas populações ainda não se visualiza a sua materialização na melhoria das condições de vida das mesmas. Não são viabilizadas a estas pessoas oportunidades para que possam garantir a sua reprodução social e permanência no local onde elas estão de modo digno. Não são definidas de modo

claro as estratégias para atenção de suas necessidades, não garantindo a participação dessas populações no planejamento que vai interferir diretamente em suas vidas.

Conforme Abrantes (2002), apesar de ser nas áreas das políticas públicas que a sustentabilidade se concretiza é nesta área que se encontra sua fragilidade em decorrência dos próprios pré-requisitos necessários à gestão ambiental: a política científica e tecnológica; integração de ações; avaliações de impactos; descentralização de poder; autonomia local, mesmo diante de economia global.

Em relação à fragilidade, Pereira (2008, p.103) quando afirma que a política pública não significa só ação, pode ser também a não ação intencional de autoridade frente a um problema ou responsabilidade de sua competência. Embora a participação política de governo é importante na criação e processamento das políticas públicas e muitas das omissões do governo são deliberadas como parte de um plano que prevê determinadas escolas publicas.

Considerando que uma das principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparado pela lei. No âmbito da cidadania destaca Pereira (p.103) como concretizadoras de direito social, as políticas publicas não podem estar voltadas para o atendimento das necessidades meramente biológicas, mas também da dimensão emocional, cognitiva e da capacidade de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano.

O Estado do Amazonas, conta hoje, em seu Sistema Estadual, com 33 Unidades de Conservação Federal e 41 Unidades de Conservação Estadual, no total são 37,6 milhões de hectares de áreas protegidas por Unidades de Conservação. No período de 2002 a 2010 houve incremento de 157,03%, partindo 7,4 milhões de hectares em 2002 com 12 (UC), conforme (Quadro 3) em 2010, a média soma 18.808.342,59 milhões de hectares e 41 UC. (CEUC, 2010). Em relação ao (Quadro 4) identificar a quantidade da categoria de uso sustentável e uso integral e sua área.

UC	Nº UC	Área (ha)
APA	5	1.675.555,67
FLORESTA	8	2.596.347,44
RDS	15	10.081.636,30
RESEX	4	4.872.961,21
PAREST	8	3.544.941,98
REBIO	1	36.900,00
TOTAL	41	18.808.342,59

Quadro 3 – Unidades de Conservação Estadual

Fonte: CEUC/ SDS, 2011

Categoria	Nº UC	Área	%
Uso Sustentável	32	15.226.500,61	81 %
Proteção integral	9	3.581.841,98	19 %

Quadro 4 – Tipos de Unidades de Conservação

Fonte: CEUC/ SDS, 2011

A quantidade de UCs de uso sustentável, é maior que a de proteção integral (Quadro 4), sendo que as de uso sustentável são: APA; FLORESTA; RDS e RESEX e de proteção integral são PAREST e REBIO. Dividem em dois grupos as UC do Estado do Amazonas:

As Unidades de Proteção Integral: Reservas Biológicas - Rebio, os Parques Estaduais- Parest e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural- RPPN. As reservas privadas são de duas categorias: RPPN, de Proteção Integral e Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável - RPDS, de Uso Sustentável. As mesmas começarão a ser instituídas, no Estado, a partir de 2009. E as Uso Sustentável: Encontra-se, representadas no Centro de Unidade de Conservação - CEUC, as Reservas Extrativistas - RESEX, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico-ARIE, as Florestas Estaduais-FLOREST, as Áreas de Proteção Ambiental - APA, as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável- RPDS, os Rios Cênicos e a Estrada Parque, que reúne conceito de beleza cênica e uso público nestas duas novas categorias.

As UCs do município de Manaus na sua área de legislação encontram-se implantadas, totalizando oito UCs, enquadradas em diversas categorias: Proteção integral: Refúgio da Vida Silvestre Sauim Castanheiras (Proteção Integral); Parque Municipal do Mindu; Área de Proteção Ambiental do Tarumã/Ponta Negra; Jardim Botânico Adolpho Ducke; Reserva Particular do Patrimônio Natural da Moto Honda e Reserva Particular do Patrimônio Natural Dos Buritis, somando uma superfície de mais de 34.589,74 hectares de áreas preservadas e RDS do Tupé (Uso Sustentável) gerenciadas pelo poder público municipal (SEMMAS, 2012). Apresentam as seguintes características:

- **Área de Proteção Ambiental Tarumã/Ponta Negra** – Compreende área de domínio público e privado, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a biodiversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

- **Parque Municipal Nascente do Mindu e Parque Estadual do Sumaúma** – têm a finalidade de preservar os atributos excepcionais da natureza conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com atividades de pesquisa científica, educativas e conservacionista;
- **Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Buritis, Philips, Moto Honda, Soka Gakai e SESI** – São áreas de domínio privado a serem especialmente protegidas, gravadas com perpetuidade, reconhecidas pelo poder público, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, podendo ser utilizadas para o desenvolvimento de atividades científicas, culturais, educacionais, recreativas e de lazer;
- **Refúgio da Vida Silvestre Sauim Castanheira** – Tem o objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelo proprietários; Com uma área de 95 hectares, o Refúgio atua na proteção da Fauna Silvestre de Manaus, através do Centro de Triagem de Animais Silvestres e do Serviço de Resgate de Animais Silvestres, ambos visando ao resgate, tratamento e reabilitação dos animais da nossa fauna, sempre com o intuito de seu retorno à vida livre. Desde 2009, mais de 3.200 animais já foram atendidos pelo Refúgio, com uma taxa de retorno à natureza de 70% localizado na Alameda Cosme Ferreira, S/N, no Distrito Industrial II.
- **Corredor Ecológico do Mindu** – Tem o objetivo de proteger a faixa de vegetação que liga grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separadas pela atividade humana (estradas, agricultura, clareiras abertas pela atividade madeireira, etc.), proporcionando à fauna o livre trânsito entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies. Com 33 hectares de biodiversidade no coração de Manaus e a 15 minutos do centro da cidade, o Parque Municipal do Mindu é uma das quatro Unidades de Conservação, vitrine das espécies de flora, fauna e outros elementos do ecossistema amazônico. Foi criado a partir de um movimento popular em 1989, dos moradores do Conjunto Castelo Branco e adjacências, no bairro Parque Dez de Novembro (zona Centro-Sul), como forma de proteger o *habitat* do Sauim-de-Manaus, primata que hoje é a mascote da cidade. Dentre os atrativos do Mindu, estão a biblioteca – com acervo de 2.000 livros – e as trilhas.

- **Reserva Florestal Adolpho Ducke** – Trata-se de uma área de proteção ambiental de importância para a preservação da vida selvagem, flora, fauna ou características geológicas e outras de especial interesse, as quais são reservadas e gerenciadas para sua conservação ética e para favorecer o estudo e a pesquisa em condições favoráveis. Reservas florestais podem ser designadas por instituições governamentais, ou por particulares donos de terras, organizações sem fins lucrativos e instituições de pesquisa, nacionais ou estrangeiras. O Jardim Botânico ocupa uma faixa de 5 km², correspondente a 5% da área total da Reserva Florestal Adolpho Ducke. Seu principal acesso é pela Av. Uirapuru, caminho para a Cidade de Deus (zona Leste).
- **A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé** - foi criada pelo Decreto n.º 8.044, de 25 de agosto de 2005 pelo poder público municipal de Manaus. É uma unidade de conservação de uso sustentável e tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

Podemos observar a grande representatividade das UC de uso sustentável, sobretudo de RDS no sistema estadual, mas podemos observar a RDS do Tupé sendo a única do município de Manaus. Segundo o relatório de análise ambiental (2007, 2008), a criação de novas UC como uma das principais estratégias para frear o avanço da fronteira agropecuária no sul do Estado; barrar ou reduzir impactos da abertura de estradas na região e altas taxas de desmatamento; e a outra estratégia é a questão do desenvolvimento que compartilha a conservação da natureza com o uso sustentável, justificado pelas populações tradicionais e ribeirinhas no estado do Amazonas que dependem da floresta para a manutenção de suas necessidades elementares centradas nos aspectos sociais, econômicos e culturais. Pensar em desenvolvimento viável em longo prazo, implica visualizar com base os objetivos estratégicos colocados, as melhores modalidades possíveis de gestão de interações entre diferentes fontes de viabilização natural e social (WEBER, 2007).

Nesse sentido Medeiros chama a atenção para:

Ao mesmo tempo, as UC contribuem de forma efetiva para enfrentar um dos grandes desafios contemporâneos, a mudança climática. Ao mitigar a emissão de CO₂ e de outros gases de efeito estufa decorrente da degradação de ecossistemas naturais

ajudam a impedir o aumento a concentração desses gases na atmosfera terrestre. (2011, p. 4).

O mesmo autor destaca que para o enfrentamento das questões socioambientais as UC desempenham papel crucial na proteção dos recursos estratégicos para o desenvolvimento, esse aspecto é pouco percebido pela maior parte da sociedade, incluindo tomadores de decisões.

A política ambiental visa o desenvolvimento sustentável, fundamentado numa ação descentralizada e participativa para a proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais (Becker, 2007) Nesse caso as RDS estão sendo criadas no território brasileiro com este propósito, esclarecido no dispositivo legal, porém ao contrário setores da sociedade imaginam as unidades de conservação como espaços “intocáveis”, apartado de qualquer atividade humana como sinaliza nas referências (DIEGUES, 2001, MEDEIROS, 2011; SACHS 2009). Nessa lógica a alta sustentabilidade significa que a ocupação humana não interfere nos processos ecológicos essenciais para o pleno funcionamento do ecossistema e não que este se mantenha inviolável, pois a presença humana, mais do que às outras espécies, sempre produz modificações ambientais (VIEIRA, 2001).

Nessa perspectiva as RDS foram implantadas com intuito de suscitar a convergência das dimensões socioeconômico-ambiental, cultural-educacional e político-institucional. O próximo capítulo apresenta as caracterizações gerais da REDES/Tupé.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REDES DO TUPÉ

Reserva do Tupé, gosto de morar neste lugar tranquilo para se viver, é sossegado e de uma beleza exuberante. (morador da reserva)

No presente capítulo será abordada a caracterização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, localizada na área rural da cidade de Manaus, a qual é administrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. Este capítulo apresenta quatro itens: o primeiro serão abordados o histórico de criação e características gerais das REDES do Tupé; no segundo item a gestão e o plano de manejo para o uso dos recursos naturais; no terceiro item serão abordadas as potencialidades socioambientais da Reserva; e no quarto item as ações e atividades socioambientais desenvolvidas na reserva.

2.1 Histórico de criação e características gerais das REDES do Tupé

A Amazônia constitui uma região complexa, com processos econômicos em curso de expressão mundial, composta de áreas e populações urbanas, rurais e indígenas, de ocupação secular e milenar, e de reservas de proteção ao meio ambiente de manejo tradicional e recente. É premente a necessidade de a Amazônia ser desenvolvida pelo livre exercício do aproveitamento econômico dos seus recursos naturais, com disciplinamento e condições das ações de desenvolvimento econômico-social fundamentadas na ordem institucional de seus Estados. O zoneamento ecológico-econômico da Amazônia é prioridade e condição básica para a reorganização do seu espaço e padronização de modelos compatíveis com a preservação e conservação ambientais (SILVA, 2000).

Nesse sentido, as UCs são imprescindíveis na luta em favor da proteção da biodiversidade e a criação de reservas e estações ecológicas é uma das alternativas para a proteção e conservação de espécies do planeta (BENSUSAN, 2006). Instrumentos importantes para promoção de patamares mínimos de conservação dos biomas. As UC nas categorias de RDS e/ou RESEX possuem um papel determinante em aliar a proteção de espécies ameaçadas com respaldo das populações tradicionais e os desafios a serem enfrentados, neste caso, foram a necessidade de compatibilizar a preservação de espécies

endêmicas ameaçadas de extinção com os modos de vida de populações presentes nesses espaços. Entre as RDS existentes no Estado do Amazonas, a RDS/Tupé ocupa uma posição única por ser a maior do município de Manaus. Tem recorrido aos institutos da Política Nacional do Meio Ambiente, para criar unidades de conservação de uso sustentável.

Neste contexto, o SNUC (2000) define as RDS como áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica e têm como objetivo preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por estas populações.

A RDS é uma categoria que se enquadra dentro do conceito *socioambiental*, pois não se trata de proteger a população e ou mais os ecossistemas naturais, como em uma soma aritmética, mas fundamentalmente garantir o elo e a sinergia decorrente dos processos de interação cultural e ecológica entre a população e o meio que vivem (LIMA, 2006).

A reserva sob o estudo é uma UC municipal - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – RDS /Tupé. Esta reserva e outras áreas protegidas próximas, de âmbito municipal, estadual e federal com alto grau de seus ecossistemas estão inseridas no Corredor Central da Amazônia fazendo parte do projeto federal Corredores Ecológicos. Antes de ser classificada como RDS de uso sustentável os primeiros passos com o objetivo de proteção ambiental na região do lago do Tupé, foram:

1º passo: Em 1990, o poder público municipal declarou a praia do Tupé como Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE através da Lei orgânica do Município de Manaus, após cinco anos em 1995, pela Lei municipal nº 321, criada a Unidade Ambiental do Tupé UNA-Tupé. Definido os limites dessa área, passou a fazer parte do sistema Municipal de Unidades de Conservação.

2º passo: Em 1999 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – SEDEMA hoje SEMMAS assumiu a gestão através do decreto municipal 451 por meio da portaria nº 18/99 de 24 de junho, A SEMMAS institui o regulamento ARIE – Tupé, definido os seus limites e espaços, estabelecendo diretrizes e estratégias para implantação e o funcionamento dessa unidade ambiental

3º passo: Em 2002, pela Lei nº 671/02 atendendo ao que estabelece a legislação federal referente ao SNUC, a UMA – Tupé foi reenquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé - (RDS – Tupé) decreto nº 8.044 de 25 de agosto de 2005. Em 2006 o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA aprova o regulamento interno da RDS através da resolução 040/2006, com área total de 11.973ha e perímetro de 47.056m.

A origem do nome Tupé, termo indígena *Tupi* significa tecido trançado com talas da palmeira Arumã (*Ischnosiphon arouma*). Trata-se de um cipó típico da região, a partir do qual se trança uma grande esteira, em cores ou não, usado para a fabricação de objetos de arte, tapete, esteira, toldo de barcos, dentre muitas outras utilidades práticas (Figura 2). Nome dado ao lago, praia, comunidade São João do Tupé e a reserva.



Figura 2 - Palmeira Arumã, planta típica da região Amazônica, é utilizado o cipó para artesanato.
Fonte: Plano de Manejo, 2008

• Localização e acesso:

A REDES do Tupé, localizada à margem esquerda do Rio Negro em área rural do Município de Manaus no Estado do Amazonas, distante a 25 km em linha reta, na margem esquerda do Rio Negro com as seguintes coordenadas: na confluência do Rio Negro com o Igarapé Tatu (03° 03'02,241"S e 60°17'46,121"W) até a sua nascente (03° 01'18,293"S e 60°19'10,903"W), segue uma linha reta no sentido sul-norte até o Igarapé Acácia (02° 58'03,139"S e 60°19'10,405"W), daí, por uma linha mediana, até a confluência com o Igarapé Tarumã-Mirim (02° 57'25,023"S e 60°12'45,624"W) e segue pela margem direita do Igarapé Tarumã-Mirim até sua foz com o Rio Negro (03° 01'42,851"S e 60°10'30,770"W), seguindo, pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do Igarapé do Tatu. Abriga seis comunidades povoadas por ribeirinhos e migrantes de vários lugares da Amazônia e outras

regiões do Brasil. A (Figura 3) apresenta o mapa a distribuição espacial e geográfica da Redes do Tupé, com destaque a comunidades inseridas.

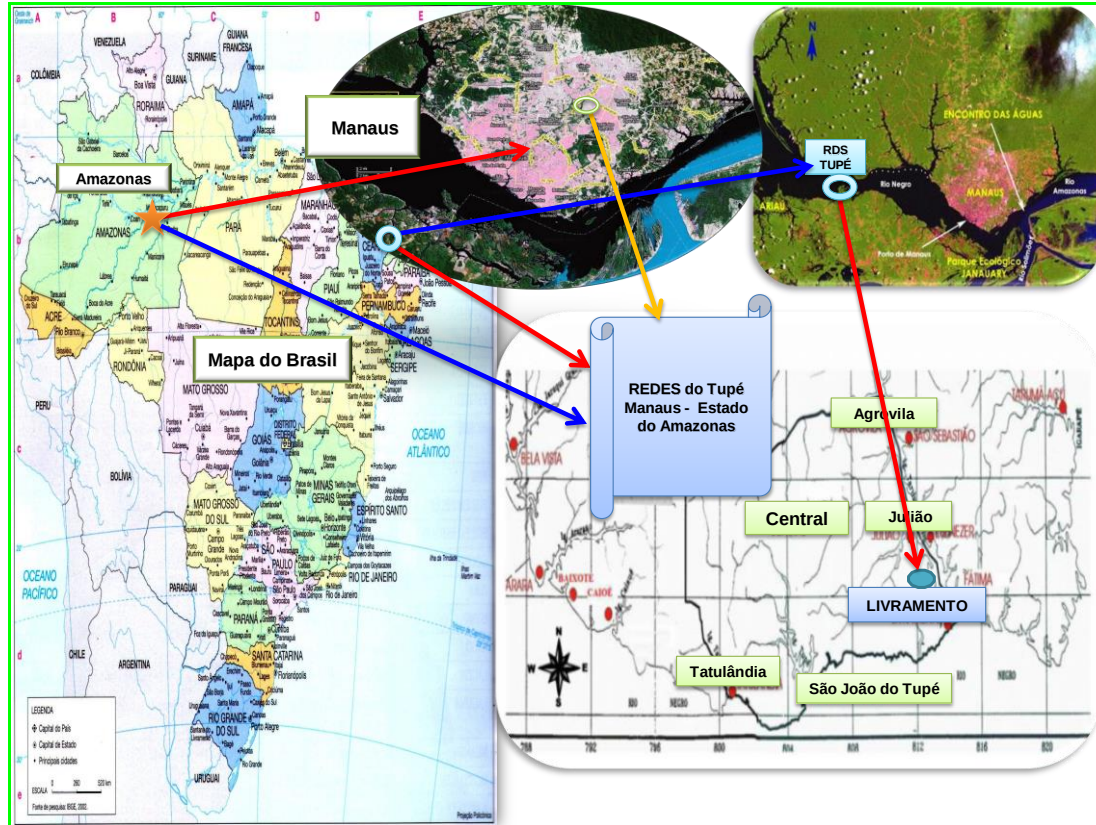


Figura 3 - Mapa de Distribuição Espacial e Geográfica da REDES do Tupé.

Fonte: GARCIA, 2013; IBGE, 2010; SEMMAS, 2012.

A Reserva faz parte do mosaico das Unidades de Conservação (Quadro 5) do Baixo Rio Negro, sendo cercada por outras unidades.

DENOMINAÇÃO	GESTÃO
Estação Ecológica Nacional (ESEC) de Anavilhanas.	Federal
Área de Proteção Ambiental (APA) Setor Tarumã Açu – Tarumã Mirim	Estadual
Parque Estadual o Rio Negro – Setor Sul	Estadual
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES DO TUPÉ)	Municipal
Área de Proteção Ambiental (APA) do Tarumã – Ponta Negra	Municipal
Área de Proteção Ambiental (APA) do Puraquequara	Municipal
Reserva Floresta Adolpho Ducke	Federal
Reserva de desenvolvimento Sustentável de Jutuarana	Municipal

Quadro 5 – Áreas protegidas da margem esquerda do Rio Negro, nas proximidades de Manaus/AM, que junto com a REDES do Tupé, formam um mosaico de UCs.

Fonte: Plano de Manejo, 2008.

O acesso à RDS se dá exclusivamente por via fluvial, partindo de Manaus, pois há pista de pouso, portanto, somente hidroavião pode fazer o trajeto. Há restrições quanto ao acesso na vazante, entre os meses de outubro e dezembro, pois o rio na frente da praia fica muito raso nesta época.

Partindo de Manaus (Quadro 6), por via terrestre, é possível chegar às comunidades São Sebastião e N. Senhora de Fátima, localizadas no entorno da Reserva, pelo ramal do Pau-Rosa (BR-174)), mas a passagem é bastante precária na época das chuvas. O destino mais conhecido é a Praia do Tupé, mas as comunidades do Rio Tarumã-Mirim fazem parte da RDS, sendo que a comunidade mais próxima é a do Livramento. Por meio fluvial, transporte utilizado são as lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima (ACAMDAF).

SAÍDA	DESTINO	VIA	TIPO DE TRANSPORTE
Roadway	CADS*	Fluvial	Barco
Marina do David	CADS; Praia do Tupé/ São João; Praia do Arrombado; N.S.Livramento; Praia do Escondidinho; Julião; Agrovila: Tatu; Colônia Central; S. Sebastião, N.S. de Fátima	Fluvial	Voadeira
	Colônia Central	Fluvial; terrestre	Voadeira/a pé
Aeroclube	CADS*	Aérea	Hidroavião
Rodoviária	S.Sebastião; N.Sra. de Fátima	Terrestre	Carro particular
Porto de Manaus	Somente aos domingos, tipo de transporte embarcações		

Quadro 6 - Opções de acesso a RDS/Tupé.

Fonte: Adaptado pela autora, Plano de Manejo, 2008; * Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável.

- **Organização social das comunidades inseridas na RDS**

A população do Baixo Rio Negro, no momento da chegada dos colonizadores, antes era habitada principalmente pelos povos Tarumã, Manaós e Barés. Estes indígenas passaram por processos históricos de transformação cultural e perda populacional, chegando até a extinção absoluta de alguns deles, em decorrência dos empreendimentos mercantis e religiosos, guerras e epidemias instaladas após chegada dos colonizadores europeus. Os Barés

localizam-se atualmente no Baixo Rio Negro, enquanto que os Manáos e Tarumã foram praticamente extintos (PLANO DE MANEJO, 2008).

A região que compreende o Tupé foi habitada por índios da tribo dos Barés. Essa afirmação é constatada através dos achados de fragmentos de peças de sítios arqueológicos, como cacos de louças feitas de barro e outros objetos de uso doméstico, fabricados por esses primitivos moradores. Com a chegada dos colonizadores os índios foram abandonando suas terras e o Tupé foi tornando desabitado (PLANO DE MANEJO, 2008).

As comunidades integrantes das RDS são seis comunidades duas localizadas na bacia do Lago Tupé (Figura 4), São João do Lago do Tupé, na confluência com o Rio Negro, e Colônia Central, próximo à cabeceira; três na margem direita do Igarapé Tarumã-Mirim: Nossa Senhora do Livramento, Julião, e Agrovila; e uma no Rio Negro a Tatulândia.

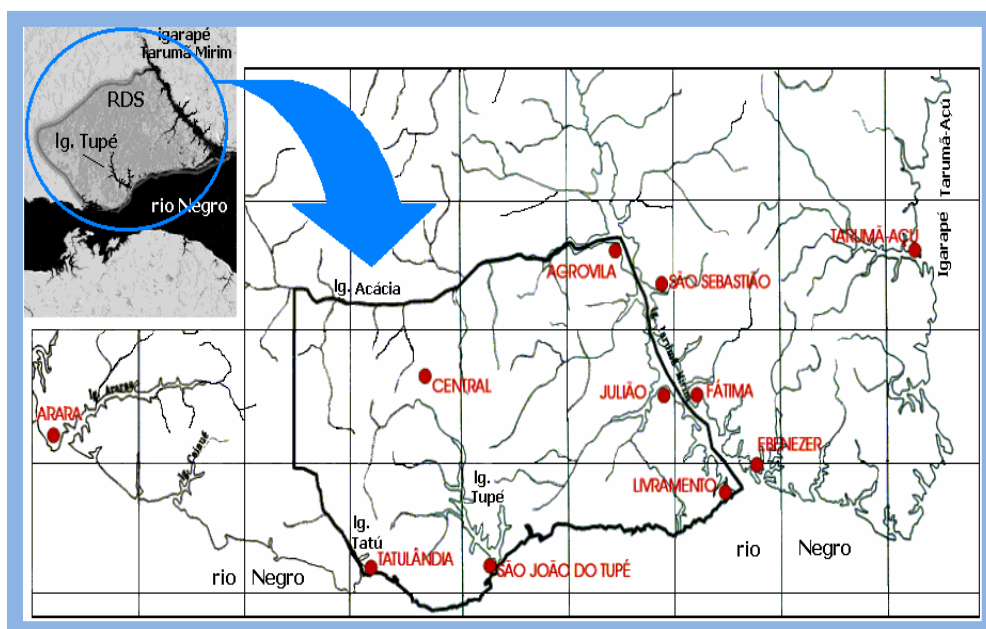


Figura 4 – Mapa do Limite e Localização das Comunidades da RDS e seu entorno

Fonte: Plano de Manejo, 2008.

As comunidades ribeirinhas na Amazônia apresentam em sua organização sociopolítica um modo particular de vida que se configuram em suas particularidades e singularidades em diferentes dimensões da vida social, tais como: na organização do trabalho e no uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e interações pertinentes às práticas culturais e sociais que estabelecem entre si e com contexto externo; no estabelecimento das relações sociais de trabalho – associações comunitárias, mutirão, ajuri, puxirum, bem como nas relações de compadrio e parentesco (CHAVES, 2001)¹². Castro (1997), assinala que encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência

¹² Sobre comunidades ribeirinhas, ver Chaves (2001).

na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Wagley (1998) revela que uma comunidade isolada nunca é típica de região ou uma nação, cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais do modo de vida regional ou nacional.

Os ribeirinhos da Amazônia são populações estabelecidas por muitas gerações, fruto do processo de miscigenação (cruzamento de vários povos e culturas), iniciado no período de colonização, intensificando-se durante o período pombalino e consolidando-se no período da borracha, na qual ocorreu um grande fluxo migratório, principalmente retirantes nordestinos que fugiam da expropriação e da seca no Nordeste (CHAVES, 2009).

No contexto das comunidades da região do Tupé importante destacar são povoamentos recentes de novos ribeirinhos, migrantes de vários outros recantos da Amazônia e do Brasil, que utilizam as margens do Rio Negro como foco turístico e de lazer. A ocupação da área é justificada em função de algumas famílias que vieram de outros municípios do Estado do Amazonas não terem se adaptado na sede do município de Manaus (Nascimento, *et al.*, 2007).

O total da população REDES do Tupé atualmente é de 1.485 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco) habitantes (Figura 5) nas seis comunidades, sendo que existem habitando nas comunidades do entorno o total de 3.461 (três mil quatrocentos e sessenta e um habitantes) (IBGE, 2010).

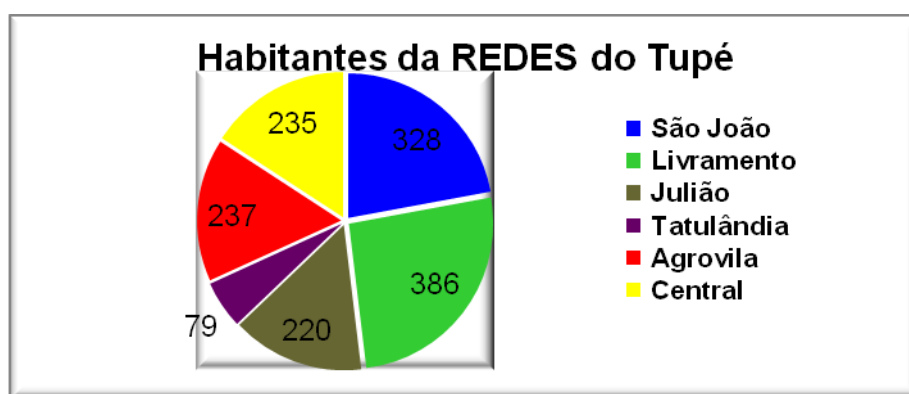


Figura 5 – População da RDS/Tupé
Fonte: IBGE, 2010

A organização política nas comunidades é representada por associações comunitárias juridicamente instituídas e cujos dirigentes (presidente, vice-presidente e demais membros da diretoria como os conselheiros). Foram identificadas as seguintes organizações sociais: Associação dos Moradores da Comunidade Agrovila, Associação dos Moradores da

Comunidade Julião, Associação dos Moradores da Comunidade de N. Senhora do Livramento, Associação Indígena do Livramento, Associação dos Moradores da Comunidade de Colônia Central, Associação dos Moradores da Comunidade do Tatu, Associação dos Moradores da Comunidade São João do Tupé e Associação dos Barraqueiros da Praia do Tupé.

- São João do Lago do Tupé, localizada na confluência do Lago Tupé com o Rio Negro. sede localizada à latitude de 03°02'44,777"S e longitude 60°15'18,190W a aproximadamente 27,38 km em linha reta do Porto de Manaus. Dispõe uma igreja evangélica, uma católica, sede da Associação Comunitária, Posto de Saúde, Campo de futebol, Centro e artesanato, Centro Social, quadra de esportes, um alojamento para professores, uma centra de energia que pertence a escola, duas malocas indígenas, três comércios. Comunidade mista, ou seja, parte da população é composta por um grupo indígena Dessana. Apresenta um bom índice de visitação turística, motivado pela presença do grupo indígena e por estar localizada próximo à praia. Participa efetivamente das programações, fazendo almoço, entre outras atividades.
- Colônia Central a única que não está localizada na margem de um rio, mas em um ponto central da Reserva. sede localizada à latitude de 03°00'08,038"S e longitude 60°16'35,397W a aproximadamente 30,03 km em linha reta do Porto de Manaus. Dispõe sede Associação comunitária, uma igreja católica. O acesso é terrestre e se dá pelos fundos do Lago Tupé. A comunidade é a mais recente e se situa ao longo de uma estrada reta. Há muitas plantações de cupuaçu e mandioca. Há varias trilhas passam pela comunidade na direções do Igarapé Acácia, Lago Tupé, Comunidades Julião e Agrovila.
- Nossa Senhora do Livramento sede localizada à latitude de 03°01'39,539"S e longitude 60°10'32,551W a aproximadamente 20,71 km em linha reta do Porto de Manaus, considerada a maior em termo de moradores e possui maior ligação com Manaus, em função de sua proximidade. Está localizada na confluência do Rio Tarumã-Mirim com o Rio Negro. Dispõe cinco igrejas evangélicas e duas católica, Sede Associação comunitária, centro social, Torres de telefonia (desativada), escola Municipal São Jose I, Posto de Saúde, Cemitério, Campo de futebol. Existem alguns pequenos restaurantes, bares e lanchonetes. Há várias

praias bonitas que ficam expostas na época da seca, como a Praia do Amor, Luciano e Escondidinho.

- Julião localizada na margem direita do Rio Tarumã-Mirim, sede localizada à latitude 02°58'02, 901"S e longitude 60°12'34,498W a aproximadamente 24,49 km em linha reta do Porto de Manaus. O acesso por via fluvial na época da cheia, durante o período de vazante do Rio Negro (particularmente nos meses de outubro e novembro), o acesso pelo rio fica inviabilizado, e o acesso somente se dá por via terrestre, caminhando. Dispõe de duas Igrejas Evangélica uma católica, Associação Comunitária, Campo de futebol, Escola Municipal Canaã.
- Agrovila Amazonino Mendes localizada na confluência do Igarapé da Acácia com o Rio Tarumã-Mirim, em uma área arenosa, sede localizada à latitude 02°58'02, 901"S e Longitude 60°12'34, 498"W, a aproximadamente 27,83 Km em linha reta do Porto de Manaus. O acesso é dificultado durante os meses de outubro e novembro, época da seca. Dispõe de duas igrejas evangélicas; Associação comunitária, Escola Municipal Paulo Freire; Campo de Futebol, Torre da concessionária de telefonia (desativada)
- Tatulândia conhecida como Tatu, sede localizada à latitude 03°02'49, 429"S e Longitude 60°17'53,738"W, a aproximadamente 31,87 Km em linha reta do Porto de Manaus, comunidade pequena e a mais próxima do Hotel flutuante de Selva Jungle Palace, na divisa com o Parque Estadual Rio Negro Setor Sul.

As estruturas das moradias das comunidades da REDES do Tupé variam totalmente em sua estrutura física, madeiras, alvenarias, mista (alvenaria e madeira, ou madeira e palha), ate as suspensas por “pernas -mancas” e as residências do tipo flutuantes.

O fator religioso também é um processo de organização comunitária, aos domingos pela manhã, há sempre celebração de culto, tanto nas comunidades predominantemente católicas como nas evangélicas.

• **Acesso a bens e serviços sociais**

A estrutura básica existente nas comunidades das REDES do Tupé são escolas, posto de saúde, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – CAPS com banheiros públicos e alojamento para funcionários da SEMMAS, barracas de alimentação na praia do Tupé, além de Meios de Comunicação instalados por órgãos públicos, centros comunitários, gerador de energia, poços artesianos, igrejas e comércios.

Em relação às condições de saneamento básico, algumas residências possuem em seus banheiros sanitários, mas não há sistema de esgoto, a água potável utilizada para o consumo vem de poços construídos em algumas residências, poço da escola, cacimba e água da chuva.

A Energia Elétrica: Programa Luz Para Todos – PLPT implantados no final de 2008 pela Manaus Energia na comunidade N. Senhora do Livramento, Julião, Agrovila as outras comunidade possuem geradores de energia particular ou da escola e comunidade, com previsão para serem implantados para outras comunidades até o final de 2013..

Educação: a Prefeitura de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED órgão responsável pela política educacional desenvolvida na reserva. Existem na área quatro escolas de Ensino Fundamental nas Comunidades de Agrovila (Escola Municipal Paulo Freire), no Livramento (Escola Municipal São José I), no Julião (Escola Municipal Canaã II) e São João do Tupé (Escola Municipal São João) é a única com parceria da SEDUC tem Ensino de Jovens e Adultos – EJA no turno noturno. Os alunos das comunidades Colônia Central e Tatu estudam na Escola da Comunidade São João.

Postos de Saúde existem três postos (chamadas de casa de endemias) nas comunidades Nossa. Sra. do Livramento, S. João, e outro na Comunidade N. S^a. de Fátima, todos atendem as comunidades tanto da reserva como do entorno.

As famílias são enquadradas no nível de baixa renda, sobrevivem apenas com um salário mínimo. A renda obtida pelas famílias origina de diversas atividades: pescador, comerciante, artesão, pedreiros, extrativista, caseiro, agricultor, pintor, dona de casa, limpa terreno, carpinteiro, servidor público, aposentadorias, pensões, programas públicos auxílio, aluguel de imóvel (Nascimento, *et al.*, 2007).

- **Atividades econômicas**

Antes da criação da reserva os moradores buscavam suprir suas necessidades por meio da utilização dos recursos naturais disponíveis, utilizava a floresta como fonte de madeira para venda, para geração de energia, construção de barcos de residências e de barcos, também a prática do extrativo de outros produtos (CHAREUBRIAND e ANDRADE, 2005).

A prática de sobrevivência estava relacionada à exploração e uso dos solos como fonte produtiva, a agricultara com a plantação de mandioca e a fruticultura, representa uma forma de uso. A exploração de rochas para a construção locais e para a comercialização, o turismo e o lazer, realizados por particulares e por empresa privadas (hotéis, barcos de passeios, etc.) da área urbana de Manaus (CHAREUBRIAND e ANDRADE, 2005).

A população não dispõe ainda de estrutura bem definida na organização produtiva, pois não existe no local o setor industrial. As atividades produtivas de subsistência realizadas variam desde a fruticultura (árvores frutíferas abacaxi, cupuaçu e manga), o roçado (plantação de mandioca para a produção de farinha), avicultura (criação de galinhas), o artesanato (palha, plástico e bijuterias), a fabricação de remédios por plantas medicinais, a fabricação de doces e geleias, apicultura, venda nas barracas da Praia do Tupé etc., e algumas mercearias, mini mercados e restaurantes.

Um dos grandes desafios da gestão é aplicação das restrições de usos dos recursos naturais para as populações locais ou comunidades. Em virtude da lei de SNUC e decreto da criação da reserva proíbem algumas atividades e atitudes que causem a degradação ao ambiental natural, como obras de terraplanagem, e abertura de canais, as atividades que causem erosão do solo, como o açoreamento dos recursos hídricos. (PEIXOTO, 2013).

No entanto foi estabelecido através limitações no caso da praia existe um regulamento para o uso da praia e algumas restrições para recursos naturais proíbem a retirada de madeira para construção ou reforma de sua casa, comercialização, extração de recursos minerais e outros, caça profissional e amadora, pesca predatória com utilização de instrumentos como o arrastão, timbó e malhadeiras, construção de novas moradias. Que possam ocasionar danos e alterações no ambiente de forma direta ou indireta. Tudo com a devida autorização da SEMMAS (SEMMAS, 2013). Porém, são permitidas ações relacionadas:

- A caça e pesca de subsistência;
- O manejo dos recursos naturais;
- Visitação pública desde que compatível com os interesses locais, o incentivo ao turismo nas tribos indígenas;
- Incentivo a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade.

2.2. Gestão e o plano de manejo para o uso dos recursos naturais da reserva

As políticas públicas viabilizadas por meio de um aparato legal considerado moderno tem sido uma poderosa ferramenta de transformação na sociedade, uma vez que provocam o debate acerca das limitações, dos deveres, dos direitos dos cidadãos em relação ao meio ambiente Theodoro (2005, p. 48), destaca que:

A gestão permite a reintegração dos valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo, que vinha sendo negado. No entanto, apesar desta possibilidade impar de se alterar a relação dos seres humanos com a natureza, esse processo depende dos objetivos a serem qualificados ou geridos.

Desta forma, estabelece novos procedimentos de administrar os recursos naturais, nesse caso implicará uma gestão entre sociedade e ambiente. No entanto, uma vez que contempla a participação de diferentes atores, procedimentos metodológicos com saberes, técnicas e instrumentos a gestão desencadeia um campo de conflitos decorrentes de suas ações. Diegues (2000) afirma que a criação dessas UC vem causando impactos socioculturais vultosos sobre os modos de vida das populações tradicionais da Amazônia, em muitos casos chegando a tolher essas populações do direito de exercer nessas áreas suas atividades habituais, como agricultura, pesca e extrativismo.

Em geral, os conflitos são partes integrantes do cotidiano da gestão da maioria das áreas protegidas, esses conflitos se estabelecem entre os gestores da unidade e as comunidades envolvidas, principalmente na questão do uso dos recursos naturais.

A promoção da gestão integrada dos recursos naturais do meio ambiente pode levar não só ao questionamento de certas modalidades técnicas de exploração, mas também estimular a busca de transformação das condições sociais que cercam seu exercício. A simples gestão desses recursos pressupõe certamente um aprendizado dos aspectos técnicos e sócio-institucionais do processo de desenvolvimento (GODARD, 1997)¹³.

A gestão de um sistema tem por objetivo assegurar seu bom funcionamento e seu melhor rendimento, mas também sua perenidade e seu desenvolvimento. No caso das

¹³ No que diz respeito aos recursos naturais, Godard (1997, p 210), distinguir dois conceitos de gestão. O primeiro, correspondendo à concepção mais corrente, designa a gestão cotidiana dos elementos do meio que são atualmente considerados, num sentido ou noutro, como recursos naturais. E o segundo conceito estabelece que o planejamento de operações e desenvolvimento encontra-se inserido num contexto mais amplo de gestão permanente de recursos, do espaço e da qualidade do meio natural e construído longe de ser considerado como uma coação a ser satisfeita, a demanda torna-se um dos pólos do binômio oferta-demanda, onde buscamos apreender o grau de compatibilidade com as condições de reprodução das condições ecológicas do desenvolvimento a longo prazo, o que pode conduzir ao desenvolvimento de estratégias tendo por objetivo modular a demanda.

RESEXs e RDS, ocorre a gestão participativa por via de conselhos deliberativos e acordos de parceria, com instituições da sociedade civil organizada que representam iniciativas que visam aproximar a sociedade das ações de gestão destas áreas. Por outro lado, as instituições prestadoras de serviço precisam atuar em sintonia com os objetivos de manejo da UC. Para tanto, devem ser constantemente monitoradas, a fim de que cumpram o seu papel e assegurem a prestação de serviços com qualidade e em bases sustentáveis (SANTILLI, 2005).

Nesse entendimento a simples criação das UC não garante que seus objetivos basilares sejam efetivamente atingidos, portanto a elaboração e execução de seus instrumentos de gestão são fundamentais para a sua consolidação. Na escala da natureza a gestão dos recursos aparece como um dos principais componentes da gestão das interações entre a sociedade e a natureza e das transformações recíprocas que elas se impõem respectivamente ou que elas tornam possíveis numa perspectiva eco-evolução a longo prazo (GODARD, 1997).

Para o autor a gestão dos recursos tem uma tarefa dupla, por um lado assegurar sua boa integração ao processo do desenvolvimento econômico e por assumir as interações entre recursos e condições de reprodução do meio ambiente, organizando uma articulação satisfatória com a gestão desse espaço e aquela relativa aos meios naturais.

Nesse sentido a orientação da gestão depende dos interesses sociais representados, objetivos envolvidos e a instrumentação que se encontra à disposição da administração e gerenciamento dos gestores. Leff (2000) ressalta que as populações locais desempenham, a partir da autogestão, um papel fundamental para a transformação de seu meio em busca de outro tipo de desenvolvimento, ou seja, forma de produção moldada a partir de práticas e manejo dos recursos, subsidiada pelo reconhecimento e respeito dos limites da natureza.

Desse modo, a participação comunitária se insere nessa lógica de gestão tornando-se um componente indispensável para a construção de uma participação democrática, com envolvimento ativo das populações locais no planejamento, no processo de tomada de decisões e na gestão das estratégias que vão interferir diretamente no cotidiano e nas condições de vida das mesmas.

A gestão da RDS foi estabelecida pelo SNUC e a administração das REDES do Tupé cabe à SEMMAS, sendo que a gerência cabe a um “Conselho Deliberativo” (CDREDES), instituído por meio da Portaria nº 91, de 18 de agosto de 2006, composto por um representante da SEMMAS, ocupando o cargo de Presidente, que tem a função administrar as ações de planejamento, gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas da reserva, e

representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e das populações locais residentes no interior e no entorno da Reserva.

- SEMMAS (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), que preside o CDREDES;
- Comunidades do interior da REDES que representam a Sociedade Civil Organizada;
- Comunidades do entorno da REDES:
- Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ);
- Órgãos Governamentais: IPAAM, IBAMA, SEMED, FVS, Manaus Turismo-MANAUSTUR, INCRA, SEMAGA, UFAM e INPA.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Careiro e Iranduba.

O Conselho Deliberativo da REDES do Tupé teve sua instalação e a posse de seus conselheiros realizada no dia 12 de setembro de 2006, e em uma das reuniões posteriores, realizada em 14 de novembro do mesmo ano, discutiu e aprovou seu Regimento Interno, por meio da Resolução Nº 001/2006 (PUP, 2008). A REDES do Tupé está diretamente ligada ao Departamento de áreas protegias - DEARP (Figura 6), tem como finalidade administrar as atividades das Unidades de Conservação do município.

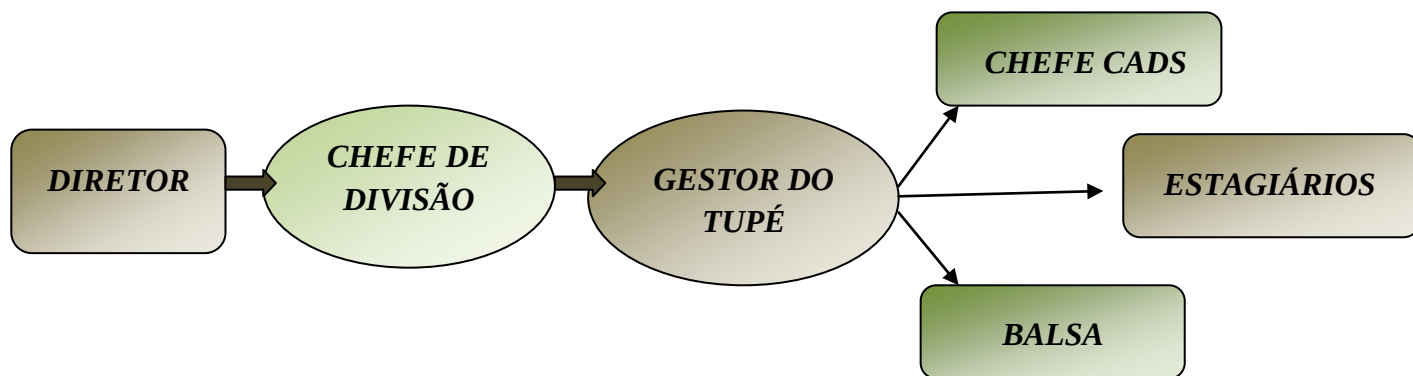


Figura 6 – Organograma da Estrutura Organizacional do Departamento de Áreas Protegidas – DEARP da SEMMAS.

Fonte: adaptado pela autora, SEMMAS, 2013

• Instrumentos jurídicos sobre a REDES do Tupé

Regulamento Interno, instituído por meio da Resolução Nº 040, de 18 de abril de 2006 do Conselho Municipal de Unidades de Conservação – Câmara Técnica de Unidades de Conservação (COMDEMA), que define os objetivos da REDES, seus limites, qual o órgão a administrará, a composição do CDREDES e as competências desse, bem como as do Órgão Municipal do Meio Ambiente, as diretrizes para a implantação e implementação de

infraestrutura e de empreendimentos, a aprovação ou não da construção e da manutenção de infraestrutura física de uso público e as quais as atividades que não podem ser desenvolvidas na área da REDES. Esse documento estabelece todas as diretrizes referentes à gestão da Reserva, enquanto o Plano de Manejo não for concluído (PUP, 2008).

Regulamento de Uso da Praia Resolução 001/2008, instrumento que visa a proteção ambiental dessa área localizada na REDES do Tupé, bem como o desenvolvimento sustentável da UC, elaborado pelo Grupo Interinstitucional de Gestão da Praia do Tupé, formado um “Conselho Gestor Consultivo”, composto por um representante da SEMMAS, um da MANAUSTUR, um da ABAP e um do Conselho Deliberativo. (Tupé Redes – Coletânea e legislação e normas/2008)

Plano de Uso Público – PUP: Plano integrante do Projeto Corredores Ecológicos, cujo objetivo é de orientar e ordenar as diferentes formas de uso público dentro dos limites da Reserva de forma sustentável, a fim de conservar seus recursos naturais e histórico-culturais, sensibilizar os visitantes a respeito da natureza e garantir o retorno dos benefícios para as populações locais.

Plano de Manejo – Lei nº 9.985/00, ao vincular a gestão e uso dos recursos naturais na unidade de conservação ao Plano de Manejo, faz dele mais que orientador da gestão, mas lhe confere um caráter normativo e instrumental. Definido em seu artigo 2º, capítulo XVII, como documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, devendo ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

Importante destacar a participação das comunidades efetiva na gestão em seu Artigo 5º as populações tradicionais da REDES do Tupé devem ser incentivadas a participar efetivamente da gestão e dos processos de educação ambiental desenvolvidos na Praia do Tupé, inclusive monitorando as ações de degradação do meio ambiente, denunciando quaisquer infrações que contrariem o fiel cumprimento deste regulamento.

Assim, o plano de manejo, por meio do zoneamento se torna um dos instrumentos para regularizar o uso da terra e dos recursos naturais, limites e ordenar o uso do solo e dos recursos naturais tanto nas áreas de domínio público, como nas de domínio privado, determinar as áreas possíveis de exploração econômica, áreas específicas para moradia, áreas sujeitas a visitação pública e etc., Na etapa do zoneamento que o Poder Público por meio do Plano de Manejo poderá restringir o uso da propriedade pública, tendo como limite principal a

noção de que o meio ambiente é bem de uso comum do povo (art.225, caput, da Constituição Federal, 88).

Em relação à posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações nas RESEX e RDS regulados por contrato (SNUC, art. 23). Todavia, o artigo 13 do Decreto Federal 4.340/02 regulamenta este dispositivo, e estabelece que o contrato de concessão de direito real de uso e o termo de compromisso firmado com as populações. No momento da elaboração do zoneamento deve ser feito com a participação de todas as comunidades, com detalhes das áreas de pesca, moradia, extração de diversos produtos, com a madeira, levantamento sobre a demografia e a habitação. As informações adquiridas no processo de elaboração do zoneamento serão úteis para que Órgão de Terras identifique as famílias que já moravam na unidade de uso sustentável antes de sua criação e conceda a estas famílias o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

O Plano de Manejo da REDES do Tupé está na segunda fase de elaboração, no momento em processo de definição do zoneamento da reserva junto com os representantes do Conselho deliberativo das seis comunidades da REDES, com algumas ONGs envolvidas e instituições de ensino. Para tanto, são realizadas reuniões, buscando avaliar as zonas destinadas a cada tipo de atividade, por exemplo, delimitando-se as zonas para o roçado ecológico, zonas de recreação, trilhas turísticas, áreas destinadas à visitação pública e etc.

Os objetivos do Plano de Manejo da REDES do Tupé são:

Levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; Orientar a gestão da UC; Definir ações específicas para o manejo da UC; Orientar a aplicação dos recursos financeiros destinado à UC; Destacar a importância da Unidade de Conservação para a região e para o país; Estabelecer zoneamento¹⁴ e normas de uso e Promover a integração socioeconômica das comunidades relacionadas com a UC.

A elaboração é caracterizada por duas fases:

a) Primeira fase destinada ao diagnóstico e caracterização - Volume I, estruturado tendo como base o Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais.

b) Segunda fase volume II que se encontra em fase final apresenta o planejamento com as seguintes características: missão da UC; zoneamento (zonas de uso, ameaças e conflitos e zona de amortecimento); estratégias de gestão (ações necessárias para implementação); organização em programas e subprogramas; programas de gestão; programa

¹⁴ Zoneamento é um instrumento de ordenamento territorial cujo objetivo é organizar espacialmente uma UC em parcelas, denominadas zonas, que demandam distintos graus de proteção e intervenção, contribuído para a unidade cumprir seus objetivos específicos de manejo- (Plano de Manejo out/2008).

de conhecimento; programa de uso público programa de manejo do meio ambiente; programa de fortalecimento comunitário e programa de operacionalização.

Quanto aos limites de uso, são utilizados os seguintes critérios para identificar as zonas da REDES do Tupé (SEMMAS,2013):

1. Áreas não utilizadas pelas comunidades residentes na REDES do Tupé foram classificadas como **zona de conservação**, integrando em um único espaço territorial a zona primitiva e a zona de uso restrito. Não há informações suficientes para indicar qualquer separação estes dois tipos.

2. Áreas onde as comunidades utilizam os recursos naturais, identificadas no mapeamento, e que apresentam potencial de utilização no futuro foram definidas como **zona de uso extensivo**.

3. Áreas ocupadas pelos comunitários em seus terrenos, identificadas por meio da classificação supervisionada do ano de 2006. Foram definidas como **zona de uso intensivo**.

4. Neste sistema de zoneamento foi criada a **zona de manejo especial para ecoturismo**, na margem do Rio Negro, com uma faixa de 100 metros de largura, destinada ao uso que da praia.

Considerando o planejamento como parte primordial para implantação das atividades Baptista (2000) destaca o planejamento é fase primordial para o alcance de resultados e uns dos princípios fundamentais no processo de planejamento de ações é a participação da população nas tomadas decisões.

Segundo a secretaria a conclusão esta prevista para final do ano, na ausência do plano de manejo é feito um planejamento do próprio conselho, utilizando o PUP e os outros instrumentos mencionados anteriormente, todas as UCS municipais já estão cadastradas no sistema do Ministério do Meio Ambiente e no programa do INCRA (SEMMAS, 2013).

Por intermédio deste instrumento, busca-se implantar ações integradas e sustentáveis a utilização dos recursos naturais, de modo que promova a garantia da qualidade de vida das comunidades inseridas na Reserva. De acordo com os moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento sobre as principais regras de limites de uso dos recursos a serem seguidas e a importância do Plano de Manejo, assim relataram:

[...] não podemos comercializar nenhum tipo de animal como peixe, animais de caçar, queimar lixo, jogar lixo dos rios, extrair madeira e areia. Quanto ao plano de manejo e que é um documento importante que vai em direção todo o planejamento da gestão para a reserva, mas ainda não foi concluído, mas tem o Plano de Uso Público, utilizado para o uso da praia (morador 1).

Sei que o é o Plano de Manejo, segundo a Semmas esta em fase final de elaboração e as regras no caso da caçar, pescar, a construção e reforma de casas com a autorização da secretaria e de fiscalizar, denunciar qualquer irregularidade. (morador 4)

Não podemos praticar a caça, a pesca para comercializar, os recursos naturais, o cultivo somente utilizado para o benefício dos moradores. Conheço o Plano de Manejo e que é um documento importante que vai direção todo o planejamento da gestão, mas ainda não foi concluído, mas tem o Plano de Uso Público, mas a prefeitura não utiliza. (morador 3)

Observa-se que os moradores entrevistados acima têm o conhecimento do Plano de Manejo, mas a maior parte dos mesmos assinalou que não tem conhecimento, conforme se observa na fala abaixo descrita:

[...] na verdade não tenho conhecimento do Plano de Manejo, dificilmente participo das reuniões da comunidade, sei não podemos mais caçar, pescar para comercializar, jogar lixo nos rios, utilizar os recursos somente em benefício próprio (morador 2)

Poucas vezes que participei das reuniões, não podemos caçar, pescar, desmatar, queimar lixo. Quanto ao Plano e Manejo ouvir falar é um documento que a prefeitura tem que elaborar, tipo um planejamento, mas confesso que não sei (morador 6)

Sei que o é o Plano de Manejo, segundo a Semmas estar em fase final de elaboração, mas não sei e não tenho conhecimento, existe regras no caso a restrição da caçar, pescar somente para alimentação, a construção e reforma de casas com a autorização da secretaria.(morador 7)

Já ouvir falar a minha vizinha que participa das reuniões ela comentou que um documento elaborado pela secretaria, as regras são várias as principais, não tenho conhecimento e não sei pra que serve. Existe a proibição da caça, pesca e comercializar madeira, queimar lixo, extrair areia e outros recursos (morador 8)

Verifica-se nas narrativas dos moradores que todos apresentam conhecimentos no que se refere às restrições de uso dos recursos. Fica claro que os moradores são identificados como principais agentes a serem inseridos no processo de proteção e gestão de suas áreas. No entanto, a fragilidade no processo se concentra na necessidade de ampliação da participação sociopolítica dos moradores na gestão da reserva. Identificou-se nos relatos destes moradores que os mesmos apresentam dificuldades em identificar a instrumentação da legislação, apenas conhecem o Plano de Manejo, no entanto desconhecem a importância para a administração para gestão da reserva.

É preciso ressaltar que o plano de manejo não deve ser imutável em relação à dinâmica local dos sistemas socioambientais e econômicos. A participação social das comunidades nesse processo na gestão abre perspectivas para novas relações entre Estado e Sociedade Civil representando não só um exercício de cidadania, mas as oportunidades de se abrir discussões ampla em diferentes esferas, mas é preciso construir um claro papel desses participantes e algum poder de autoridade deve ser confiado. Leff argumenta que:

[...] criando e recriando seus laços de solidariedade, sua cultura em fase de dinâmica dos ecossistemas, é que podem assumir o compromisso de manter a base dos recursos como legados do patrimônio histórico cultural e fonte de um potencial econômico para as gerações vindouras. (2000, p.133).

Para Diegues (2001) o plano de manejo exige um tempo mais longo para sua elaboração, pois depende de consultas contínuas e de um diálogo constante com a população, a inclusão de cientistas sociais nas equipes de trabalho e uma maior flexibilidade no planejamento, valorizando mais o processo no qual as tomadas de decisões tomadas que o estabelecimento de objetivos rígidos de conservação.

O processo participativo do plano de manejo da RDS/Tupé é feito através de conselho deliberativo que as comunidades fazem parte, formalmente a participação é garantida pelo SNUC. Nesse caso possibilitar maior participação e controle das ações públicas por parte da sociedade civil, documento legal que estabelece áreas de proteção integral e de manejo sustentado e normas para o uso dos recursos entre as populações da reserva.

2.3. Pontecialidades socioambientais do Tupé

Os ambientais, faotes do meio abiótico¹⁵, os solos identificados pelos estudos feitos pelo projeto RADAM Brasil (1978)¹⁶ solos predominantes os oxissolos (Latosolos amarelos, na classificação Brasileira) de textura argilosa correspondem a 60% dos solos do município, sendo os Ultissolos (representados pelos Podzólicos amarelos e Vermelho-Amarelos, na Classificação Brasileira) a segunda classe em extensão. Os solos de campinarana e baixio correspondem respectivamente em Areias Quartzosas Alicas e o solo é frágil e predominantemente arenoso com grande propensão a efeitos erosivos fortes, se retirada a vegetação florestal para a abertura de ramais.

Os levantamentos geológicos realizados mostraram que a área é constituída pela formação Alter-do-Chão¹⁷, que apresenta um relevo ondulado com formação de vários divisores de água. O solo é frágil e predominantemente arenoso com grande propensão a efeitos erosivos fortes, se retirada à vegetação florestal para a abertura de ramais. As vertentes, normalmente constituem ambientes hidromórficos de nascente e/ou igarapés, os quais serão

¹⁵ Informações extraídas do EIA-RIMA, 2006/2008, PLANO DE MANEJO, 2008 e SEMMAS, 2012).

¹⁶ O Projeto RADAM – pesquisa (1975-1983) sobre a geologia, geomorfologia, hidrologia, solos e vegetação realizada pelo Ministério de Minas e Energia - Recomendou, ao final, a criação 35.200.000ha de unidades de conservação de proteção integral e mais 71.500.000 ha de uso sustentável, somente na Amazônia.

¹⁷ Formação geológica, unidade basal do Grupo Javari (Bacia Amazonas), é formada por sedimentos constituídos de arenitos finos e médios, com níveis argilosos, cauliniticos, incosolidados, contendo grânulos de seixos de quatro esparsos, com estratificação e plano paralelo (Plano de Manejo, 2008)

fortemente impactados por assoreamento e colmatagem oriundos da erosão pluvial dos ramais.

Aspectos climáticos¹⁸, o clima da região é idêntico ao de Manaus com um elevado índice de precipitação pluviométrica, o qual varia de 3.800mm no inverno a 1.650mm no verão. O clima predominante na região é o tipo tropical chuvoso e úmido. A umidade relativa do ar é sempre alta, principalmente nos meses de maior incidência de chuvas. A temperatura média está em torno de 27°C, registrando máxima de 30,8°C e mínima de 23°C. O período de chuva vai de janeiro a abril, sendo os meses mais chuvosos o mês de março e abril com média de 294,7 e 289 mm. O período seco vai de junho a setembro, sendo o pico da estação seca o mês de agosto com 63,3mm (PUP, 2008).

O sistema hidrográfico na região Amazônica apresenta uma sazonalidade com influência bastante marcante no regime hidrológico. O nível máximo da água do Rio Negro, em Manaus, ocorre entre os meses de maio e julho, coincidindo exatamente com o período de maior quantidade de chuva no Hemisfério Norte. Com tantas flutuações, a variação média já chegou a atingir 10m por ano próximo a Manaus (PUP, 2008)

A rede hídrica da RDS é basicamente constituída de pequenos igarapés, cujas nascentes estão localizadas dentro da sua área. O lago de água preta do Tupé mantém contato com o Rio Negro o ano todo. Estudos mostram que o Lago Tupé tem uma superfície de 68 ha, um comprimento de 3 km e largura máxima de 300m, sendo que a profundidade máxima atingida é de 15m. A drenagem da RDS do Tupé é constituída de pequenos igarapés de água preta, cujas nascentes estão localizadas na sua área de abrangência. A Reserva sofre forte influência do regime hídrico do Rio Negro. Apresenta cinco cursos d'água principais Rio Tarumã-Mirim, Lago Tupé, Igarapé Tatu, Igarapé Acácia e Rio Negro (PUP, 2008).

Os fatores do meio biótico, a flora as principais formações vegetais da RDS do Tupé são: Floresta Ombrófila Densa e Floresta de Campinarana, Ocorrência da Floresta de Baixo nas planícies aluviais ao longo dos igarapés, com presença de muitas raízes superficiais e árvores com raízes escoras e adventícias. Nesse ambiente também há presença de palmeira arbóreas, principalmente do buriti *Mauritia flexuosa*. De acordo com os resultados da pesquisa realizada por Arruda (*apud* EIA-RIMA, 2006/2007), foram encontradas aproximadamente 92 espécies de árvores, distribuídas em 53 gêneros e 27 famílias identificadas no (Quadro7).

¹⁸ PUP – Plano de Uso Público, 2008 e Plano de Manejo, 2008. Nos meses chuvosos a precipitação pode ser inferior a 100 mm ou passar e, nos meses mais secos pode não chover até mais 200 mm.

PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS DA RDS DO TUPÉ	
FLORESTA OMBRÓFILA	FLORESTA DE CAMPINARANA
Os terraços são cobertos por Floresta Ombrófila Densa com árvores emergentes, diferenciando-se dos povoamentos de palmeiras por sua estrutura e composição florística do sub-bosque. O ambiente de palmeiras, por ser mais aberto e irregular, recebe maior irradiação luminosa, enquanto que esse tipo de vegetação é mais fechado o que, às vezes, dificulta até mesmo o acesso a ele.	Caracterizada pela presença de solo de areia-branca (areias quartzosas), alta penetração de luz, menor biomassa e diversidade e grande acúmulo de serrapilheira. Floresta de Baixo nas planícies aluviais ao longo dos igarapés, com presença de muitas raízes superficiais e árvores com raízes escoras e adventícias. Nesse ambiente também há presença de palmeira arbóreas, principalmente do buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>). De acordo com os resultados da pesquisa realizada por Arruda (<i>apud</i> EIA-RIMA, 2006,2007), foram encontradas aproximadamente 92 espécies de árvores, distribuídas em 53 gêneros e 27 famílias.
Espécies Florísticas: para uso medicinal, são elas: copaíba (<i>Copaifera</i> spp), Amapá (<i>Brosimum utile</i>), sucuuba (<i>Hymatanthus</i> spp), jacareuba (<i>Calophyllum</i> spp), cumaru (<i>Dipterex odorata</i>). Há, ainda, a ocorrência de outras espécies, como as palmeiras, que apresentam enorme potencial para ornamentação e para a confecção de artesanato, entre elas: buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>), açaí (<i>Euterpe precatoria</i>), pataú (<i>Oenocarpus bataua</i>), bacaba (<i>Oenocarpus</i>).	

Quadro 7 – Meio Biótico – Flora

Fonte: adaptado autora, 2012; PUP, 2008.

Das espécies florísticas que ocorrem na área de estudo, algumas apresentam potencial para uso medicinal, são elas: copaíba *Copaifera* spp, breu *Protium* spp, amapá *Brosimum utile*, sucuuba *Hymatanthus* spp., jacareuba *Calophyllum* spp., cumaru *Dipterex odorata*. Há, ainda, a ocorrência de outras espécies, como as palmeiras, que apresentam enorme potencial para ornamentação e para a confecção de artesanato, entre elas: buriti *Mauritia flexuosa*, açaí *Euterpe precatoria*, pataú *Oenocarpus bataua*, bacaba *Oenocarpus bacaba*.¹⁹

As espécies de andiroba *Carapa guianensis* e *Copaifera* spp estão proibidas para a comercialização madeireira. A maioria das espécies vegetais da área é polinizada por insetos (especialmente as abelhas meliponídeas), algumas por morcegos e outras por aves, principalmente Apodiformes, como é o caso do beija-flor *Trochilidae* (PUP, 2008).

As orquídeas²⁰ são flores típicas do Tupé, o nome orquídea é derivado da palavra grega “ORKHIS” que significa testículos em função da sua anatomia e aparência (Figura 7).

¹⁹ Foram encontradas espécies ameaçadas de extinção: a ucuúba (*Virola surinamensis*) e a (castanha-da-Amazônia) (*Bertholletia excelsa*). As referidas espécies estão listadas como vulneráveis na Lista Oficial de Flora Ameaçada de Extinção do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Portaria Nº 37-N, de 3 de abril de 1992 (PUP,2007).

²⁰ As orquídeas pertencem às Fanerógamas, Magnoliophyta (Angiospermas), Monocotiledônea, família (Orchidaceae) Constituem uma das maiores famílias de plantas floríferas e representam o grupo mais evoluído da superordem (Liliiflorae), compreende cerca de 35.000 espécies distribuídas em cinco subfamílias, a saber: (Apostasioideae, Cypripedioideae, Spiranthoideae, Orchidoideae e Epidendroideae). (Biotupé, 2005).

Ao contrário do que muitos pensam, elas não são parasitas, sua relação com os outros seres vivos está classificada como harmônica e também interespecífica, vive como inquilina, podendo cobrir a superfície do tronco de uma árvore sem causar nenhum mal (SCUDELLER e RIBEIRO, 2009).



Figura 7 – Orquídeas, flor típica da RDS do Tupé (*Epidendrum nocturnum* Jacq e *Epidendrum purpurascens* Focke).
Fonte: SCUDELLER e RIBEIRO; Biotupé, 2009.

Os recursos faunísticos presentes na RDS do Tupé, são os vertebrados terrestres, como a herpetofauna (anfíbios e répteis) e Avifauna (aves e mamíferos não voadores), identificados no (Quadro 8).

- Herpetofauna: a) Anfíbios Durante as observações na área do Tupé e regiões próximas (como por exemplo, Rio Cuieiras) foram registradas 44 espécies. Nenhuma das espécies registradas consta na lista de espécies ameaçadas e todas têm ampla distribuição na Amazônia, apesar de algumas sempre aparecerem em baixas densidades como, por exemplo, *Ceratophrys cornuta*. b) Répteis Os estudos realizados na região do Tupé e entorno imediato registrou 23 espécies de répteis, sendo que 12 destas pertencem ao grupo dos lagartos. A maioria das espécies de répteis da região está no grupo das serpentes, seguido por lagartos, quelônios, jacarés e anfisbenas.

Entretanto, todos possuem reprodução em ambientes terrestres, até mesmo os aquáticos, como os quelônios e jacarés. Entre os répteis de interesse econômico foram encontrados: tartaruga (*Podocnemis expansa*), tracajá (*P. unifilis*), jabuti (*Geochelone* spp) e jacaretinga (*Caiman crocodilus*).

- Avifauna: A maioria das espécies de aves presentes na Amazônia é endêmica a grandes regiões como os interflúvios Amazonas-Negro, Negro-Solimões, Solimões-Madeira, Madeira-Tapajós, por exemplo. Portanto, as espécies que

ocorrem na RDS do Tupé não são exclusivas daquela área, mas sim de uma distribuição bem mais ampla.

Nenhuma espécie de ave que ocorre na área da RDS e entorno, ou em qualquer parte da Amazônia Central Brasileira, está ameaçada de extinção. Na RDS do Tupé e arredores não foram registrados ninhais ou locais com grande concentração de aves, principalmente para reprodução.

PRINCIPAIS RECURSOS FAUNISTICOS DA RDS DO TUPÉ	
Herpetofauna: (Anfíbios e répteis) Os répteis da região estão no grupo das serpentes, seguido por lagartos, quelônios, jacarés e anfisbenas. Entretanto, todos possuem reprodução em ambientes terrestres, até mesmo os aquáticos, como os quelônios e jacarés. Entre os répteis de interesse econômico foram encontrados: tartaruga (<i>Podocnemis expansa</i>), tracajá <i>P. (unifilis)</i>, jabuti (<i>Geochelone spp.</i>) e (jacaretinga <i>Caiman crocodilus</i>)	 Anfíbio (<i>Ceratophrys cornuta</i>).
Avifauna: Na RDS do Tupé e arredores não foram registrados ninhais ou locais com grande concentração de aves, principalmente para reprodução. Observação: ave sem identificação	
Mamíferos não voadores: As cutias (<i>Dasyprocta agouti</i>); - pintada (<i>Panthera onça</i>) e ariranha (<i>Pteronura brasiliensi</i>). <i>Saguinus Bicolor</i> Apesar de não ocorrer exclusivamente na RDS do Tupé, ele foi observado várias vezes (vários grupos), conhecido como Sauim-de-Manaus, espécie criticamente em perigo de extinção. (<i>Tapirus terrestris</i>), queixada (<i>Tayassu pecari</i>, caititu <i>Pecari (tajacu)</i>, veados <i>Mazama americana/ (Mazama gouazoubira)</i>, cutia (<i>Dasyprocta agouti</i>), paca (<i>Agouti paca</i>, tatus (<i>Priodontes maximus/Dasypos (kappleri/Dasypos novemcinctos)</i>, etc.	 Sauim-de-Manaus,

Quadro 8 – Meio Biótico - Fauna

Fonte: adaptado pela autora, 2013; PUP, 2008

A maioria dos mamíferos presentes em florestas da Amazônia Central é pouco abundante, com exceção de alguns roedores, como as cutias *Dasyprocta agouti*. No caso da

RDS do Tupé, as espécies geralmente distribuem-se em amplas regiões de interflúvio dos rios Negro-Branco-Amazonas, podendo chegar até as Guianas ou Venezuela.

A única espécie que foge radicalmente a essa regra é o *Saguinus bicolor*, conhecido como Sauim-de-Manaus que é endêmico à região situada entre os rios Cuieiras e Urubu. Apesar de não ocorrer exclusivamente na RDS do Tupé, observado várias vezes (vários grupos) na RDS, o que indica que este local pode representar um importante abrigo para parte da população residente no extremo oeste da sua distribuição geográfica. É importante destacar que trata-se de uma espécie “Criticamente em Perigo de extinção”, sendo que na RDS a principal ameaça é a perda de hábitat. As outras espécies, onça-pintada *Panthera onça* e ariranha *Pteronura brasiliensis*, apresentam baixas densidades no local e/ou arredores e possuem ampla distribuição na Amazônia. No (quadro 8) podemos observar os principais recursos faunísticos do Tupé.

Os recursos mais utilizados antes da criação da reserva, muitos mamíferos possuem importância para a subsistência dos moradores locais, sendo caçados freqüentemente, tal como: anta (*Tapirus terrestris*), queixada (*Tayassu pecari*), caititu (*Pecari tajacu*), veados (*Mazama americana*) e (*Mazama gouazoubira*), cutia (*Dasyprocta agouti*), paca (*Agouti*), tatus (*Priodontes maximus/Dasypos kappleri/Dasypos novemcinctos*), etc. Até mesmo onças-pardas (*Puma concolor*) eram eventualmente caçadas para alimentação, no caso dos peixes foram: tucunaré (*Chicla spp.*), jaraqui (*Semaprochilodus spp.*), cacará-açu (*Cichidae*), matrinhã (*Brycon cephalus*), pacu (*Mylossoma aureum*), traíra (*Hoplias gr. Malabaricus*), piranha (*Serrasalminidae*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), bodó (*Liposarcus pardalis*).

O peixe é usado como alimento e o anzol é o instrumento mais utilizado. O lago Tupé e igarapés próximos são os locais preferidos de pesca. A caça era menos praticada que a pesca, mas também contribui para o consumo proteico das comunidades, principalmente da Colônia Central e São João. Os répteis são mais utilizados como medicinais, sendo suas banhas as frações mais utilizadas para tratar enfermidades.

Os atrativos sociais, turismo e culturais: As atividades do turismo são administradas pela Associação dos barraqueiros da praia do Tupé - ABAP, essas atividades ocorrem quando a vazante, as praias estão aparecendo ou quando está iniciando a cheia do rio, quando chega o pico das enchentes e secas a praia não há visitantes os “barraqueiros” não trabalham. (PEIXOTO, 2013). A fiscalização feita na reserva é realizada três vezes por semana e aos domingos, em parceria com a Polícia Ambiental.

Foram construídas em parceria com a UFAM e a SEMMAS doze barracas (Figura 8), sendo dessas, dois barracões centrais, que serve para colocar mesas. As barracas são padronizadas e edificadas em estrutura metálica fixas no solo, com coberturas de telhas plásticas na cor laranjada.



Figura 8 – Conjunto de barracas da Praia do Tupé.
Fonte: Peixoto, 2013.

- A Praia do Tupé (figura 9): onde estão localizadas barracas que vendem alimentos e bebidas e os visitantes podem tomar banho, nadar, se expor ao sol, praticar esportes ou simplesmente relaxar; Praia do Escondidinho, Amor e Luciano.



Figura 9 – Praia do Tupé
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

- O Lago do Tupé: local onde os visitantes podem tomar banho e fazer passeios de canoa ou outras embarcações;
- Os igarapés: situados ao longo do lago, como o da Cachoeira, das Pedras e o Xibuá, nos quais é possível realizar passeios de canoa;

- As cachoeiras: existem duas que estão localizadas na área do lago, mas apenas uma, que apresenta uma queda d'água de 1,5m e está localizada bem próxima à comunidade;
- A floresta: na qual é possível realizar observação de pássaros e caminhadas nas trilhas já existentes.

Aspectos culturais: As primeiras populações deixaram vestígios através de inúmeros sítios arqueológicos na área da RDS do Tupé. Foram encontrados fragmentos de cerâmica nos terrenos das comunidades. Existem muitos vestígios de urnas funerárias indígenas e diversas peças de pedra polida que podem ser encontradas em diversos locais. Muitas dessas peças são destruídas pela própria comunidade, por falta de informação a respeito do valor que elas representam para a civilização de tamanho. Estes fragmentos foram identificados pelo IPHAN em parceria com a secretaria.

Festas: um fator muito expressivo e de grande significado em muitas comunidades é a importância das comemorações dos dias de santos. Esses festejos movimentam e atraem pessoas de diversos lugares. Na REDES do Tupé duas comunidades realizam festas tradicionais organizadas pela igreja católica. As principais festas religiosas são: a Festa de N. S. do Livramento (19 de agosto no Livramento), Festa do Padroeiro São João Batista e São Pedro (respectivamente nos dias 24 e 29 de junho na São João do Tupé) com novenário e o tradicional arraial, onde acontece uma Programação Cultural (danças folclóricas, bandas musicais, torneios de futebol, bingos, leilões, e comidas típicas) (Plano de Manejo, 2008).

Rituais Indígenas: representadas por duas associações indígenas a Umuri Mahsã e a Associação indígena Dessana do Tupé, migraram de São Gabriel da Cachoeira no Alto Rio Negro, são duas malocas construídas em palhas e toras de madeira, onde recebem diariamente os turistas. Quando o rio está seco, eles constroem uma ponte para os visitantes a caminharem até a maloca, quando o rio cheio eles aproximam a ponte da subida do “barranco”, tem parcerias com hotéis e agências de turismo (Peixoto, 2013).

Como meio de subsistência apresentam rituais da cultura indígena e de certa forma mantém a tradição que é repassada aos filhos, por meio de apresentação de algumas danças de animação (Cariço, Japurutu, Capuvaiá e Maracá) que duram cerca de duas horas, sendo cobrada uma taxa a cada grupo de turismo, a produção artesanal é feita pelos indígenas que confeccionam colares, pulseiras, brincos, prendedores de cabelos, flautas, conchas, abanos, peneiras, pratos, potes e torradeira.

Os índios se preparam para receber os turistas na maloca, se vestem com trajes típicos para cantar e dançar com adornos nas cabeças, braços e na cintura, acompanhado por instrumentos de sopro e tambores que são feitos por eles mesmos. Seus corpos são cobertos

por pinturas, usando tintura da semente de urucu e do jenipapo, e outros apenas usam maquiagem industrial. Perto do final da apresentação os visitantes são convidados a interagir naquele bailado, uma forma bem comum e usada no turismo de norte a sul do país, como meio para diversão e envolvimento do turista com a cultural local.

A criação das tradições indígenas pode ser de diversos tipos, e sobre diversas áreas, como: ritual, história, artesanato e outros (Peixoto, 2013). Hobsbawm e Renger (1984) a utilização de elementos antigos para elaboração de novas *tradições inventadas*²¹ para fins bem originais.

2.4 Ações socioambientais realizadas na RDS do Tupé

As atividades socioambientais desenvolvidas na RDS têm o envolvimento da população local nas atividades de uso público da RDS, importante destacar as parcerias de algumas instituições como UFAM, INPA, IPÊ, MANAUSTUR.

Fundação Municipal de Turismo: Antiga FUMTUR, atualmente MANAUSTUR, segundo relatório elaborado pela SEDEMA, em 1999, começou a atuar na área da comunidade São João do Lago do Tupé nesse mesmo ano, oferecendo cursos de capacitação como: Noções de Turismo, Noções de Higiene Pessoal e Noções de Atendimento ao Cliente. Em 2006 criou o plano de ações juntamente com outros parceiros da REDES do Tupé, os seguintes projetos: Regulamento de Uso da Praia do Tupé; Redimensionamento e Construção das Barracas; Sinalização Turística: não realizada; Plano e Marketing Turístico; Artesanato; Os cursos “Aprenda a ser um Profissional do Turismo”, e Inglês no CADS.

SEBRAE realizou a partir de 2006 os seguintes cursos: “Empreendedorismo: Aprender a Empreender” (11 a 13 de janeiro de 2006), “Saber Empreender” (07 a 09 de março/2006), “Higiene e Manipulação de A & B” (02 a 04 de maio), “Liderar” (28 de agosto a 01 de setembro), “Café Regional” (02 a 04 de outubro), em parceria com a SEMDEL, e “Qualidade no Atendimento ao Cliente”. Em todos os cursos oferecidos, houve pouca participação dos barraqueiros da comunidade São João do Lago do Tupé. “Em 2007 Guia Turístico

²¹ “Tradição inventada”: Entende-se um conjunto de práticas, normalmente regulada por regras tácita ou abertura aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. HOBBSBAWM, E. e RENGGER Terence, T.(orgs) A invenção das Tradições. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997, p. 9 e 10.

Simplificado: Condutores”, “Cozinha Regional” e “Associativismo e Cooperativismo” (SEMMAS, 2006, p. 10).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN: Em parceria com a SEMMAS, SEMED e IPÊ estudos para identificar os sítios arqueológicos na área da reserva com propostas de trabalho sobre Educação Patrimonial,

PROGRAMA TUPÉ: Coordenado pelo Laboratório de Saneamento (LS) da Faculdade de Tecnologia da UFAM, é realizado de modo contínuo, desde 1997, com o Projeto de Extensão Comunitária, que passou a ser caracterizado como Programa Tupé promovendo a efetiva interação da comunidade universitária com a sociedade, para que os acadêmicos situar-se historicamente, identificar-se culturalmente e referenciar sua formação na realidade regional. O objetivo principal “contribuir para estudos, propostas e ações que promovam a formação, a integração e a cooperação na comunidade de agentes e agências sociais atuantes no Tupé, com fins de proteção ambiental, inclusão social e desenvolvimento sustentável”. O foco do Programa Tupé tem sido a gestão ambiental integrada e participativa da localidade rural, objetivando seu desenvolvimento sustentável, especialmente a melhoria das condições de vida de seus moradores (CHATEAUBRIAND e NASCIMENTO, 2005).

No período de fevereiro a setembro de 2006 em parceria com a SEMMAS, e as seis comunidades, com o apoio da FAPEAM realizou pesquisa sobre a ocupação antrópica da RDS, publicada em 2009 com a intitulação “Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Redes do Tupé: espacialização e informações das comunidades especialização”.

Em parceria com a PMM ocorreu a implantação do banheiro seco em cada comunidade, com a utilização de serragem de madeira. Essa alternativa esbarrou no fato de não haver esse resíduo de serragem na localidade, as comunidades não tiveram interesses em utilizá-los.

No mais, ampliou-se a proposta de padronização dos uniformes dos barraqueiros, apresentada inicialmente pela ABAP - Associação dos Barraqueiros da Praia do Tupé; contribuiu para a elaboração da minuta do Regulamento de Uso Público da Praia do Tupé; elaborou o atual projeto de redimensionamento e construção das barracas (Projeto das Barracas para a Comercialização de Alimentos Prontos); coordenação do grupo de trabalho que está definindo e, posteriormente, implantou o Sistema de Resíduos Sólidos para a Praia do Tupé, execução do projeto de Sinalização Turística. Todas as ações serão realizadas em parceria com outros órgãos parceiros da REDES do Tupé. (CHATEAUBRIAND e NASCIMENTO, 2006)

UNINORTE (Centro Universitário do Norte): tornou-se parceiro da SEMMAS em outubro de 2005 por meio da assinatura do Termo de Cooperação Técnica e, em 2006, iniciou o processo de inventariação turística das comunidades Agrovila, Julião e Nossa Senhora do Livramento (SEMMAS, 2006).

VIGILÂNCIA SANITÁRIA – VISA/Manaus: Atua diretamente na Praia do Tupé, fiscalizando o modo como os barraqueiros mantêm a higiene em suas barracas e como manipulam os alimentos vendidos aos visitantes.

PROGRAMA BIOTUPÉ – INPA: O Projeto Biotupé, desenvolve suas atividades desde 2001, nas comunidades São João do Lago do Tupé e Colônia Central, inicialmente, começou realizando pesquisas sobre a fauna e a flora e, depois, um levantamento socioeconômico para identificar as principais necessidades dos moradores nas comunidades de São João e Colônia Central. A partir desse levantamento socioeconômico, surgiram alguns projetos como “Jovem Cientista”, nos quais os pesquisadores ensinam aos moradores aspectos relevantes sobre a fauna, a flora, a água, o solo (agricultura) e como melhor preservá-los, há também a realização de palestras sobre educação ambiental na escola e, por meio de reivindicação da Associação dos Barraqueiros, criação da Rádio Comunitária (Rádio Corneta).

Foi implantado o projeto “Tanque-Rede” para criação de tambaquis, iniciado em 2005, com recursos do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq. Em 2006, por meio do projeto CT-Agro, implantou a unidade familiar de produção (UFP) para o cultivo de peixes em tanques-redes, na comunidade São João do Tupé, uma das seis comunidades que compõem a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, com o objetivo de gerar renda e melhorar a qualidade de vida da população local. Este projeto teve parcerias com os coordenadores e demais colaboradores representantes das Instituições de ensino e pesquisa (UFAM, INPA, UEA, ULBRA e Projeto Biotupé), envolvidos na comunidade, objetivando primordialmente captar financiamento para subsidiar a continuidade da atividade do cultivo de peixes em tanques-rede na comunidade, submeteram o projeto sob o título: “Uso dos Recursos Naturais para Geração de Renda na RDS Tupé - AM: Cultivo de Peixes em Tanques-rede Ecológica e Economicamente Sustentável” ao 11º Concurso Banco Real Universidade Solidária, Sendo Contemplado com um recurso de R\$ 40.000,00 garantindo a continuidade do cultivo até em 2008.

O projeto Biotupé teve várias participações na REDES do Tupé.

Publicações de três livros sobre o Meio Físico, Diversidade Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central na RDS do Tupé. Com participações de um grupo de pesquisadores do INPA e algumas parcerias UFAM, FAPEAM e outros.

As últimas ações: Programas Biotupé (INPA), programa Tupé (UFAM), projeto tambaqui curumim, avicultura na comunidade Colônia Central (ONG Nyamundaju), Turismo de Base Comunitária (IPÊ, Nyamundaju e Comunidades), Meliponicultura, viveiro de plantas (comunidade do Julião/INPA), projeto de beneficiamento do cupuaçu (balas, geléia e compotas), Agente Ambiental Voluntario e Práticas Educativas de Monitoramento de Carbono (SEMMAS, 2012), Projeto Tupé Memo (UFAM) e Cadeias Produtivas (IPÊ). (Pesquisa de Campo, SEMMAS/2013)

Atualmente que estão em andamento: Programa Biotupé (INPA), projeto tambaqui Curumim, beneficiamento da polpa do Cupuaçu, Programa Tupé (UFAM), Turismo de Base Comunitária – TBC, Projeto ECO-MUSEU, Monitoramento de Carbono e Cadeias Produtivas (IPÊ), projeto socioambiental da ESBAM e UNINORTE Inventário Turístico e Turismo Pedagógico na APA Estadual margem esquerda do Rio Negro nos meses de agosto a dezembro de 2013 (Pesquisa de Campo; SEMMAS, 2013). r

Apesar dos moradores se envolveram com as ações propostas pela gestão no caso das atividades de turismo, somente alguns tem a oportunidade no caso os moradores da comunidade São João do Tupé.

Antes a gestão para os recursos naturais era entendida como função exclusiva do Estado, centrada em orientações, na legislação ambiental e exercida pelas instituições com imposições de limites e condições para o uso e apropriação dos recursos naturais. (SILVA, 2010).

Atualmente a nova forma de gestão para os recursos vem sendo objeto de discussão em diversos segmentos da sociedade brasileira, por empresários, ONG, organizações ambientais e poder público em razão da necessidade de oferecer respostas ao agravamento da questão ambiental. Assim a gestão é consideração como principal mecanismo para o enfrentamento da questão socioambiental.

Nesse sentido é que o próximo capítulo apresenta as condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento o do modo de vida e a caracterização do perfil socioambiental dos moradores, os aspectos socioambientais e sua participação sociopolítica na administração da gestão da reserva.

CAPÍTULO 3

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

A sustentabilidade socioambiental acontece por meio de uma participação de forma política e social mais ativa.(Sachs)

Este capítulo apresenta algumas reflexões acerca das condições socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento, *locus* do estudo, no intuito de avaliar as condições socioambientais, especificamente frente às mudanças decorrentes a partir da criação da reserva. Esta abordagem será realizada utilizando-se dos dados coletados durante a pesquisa de campo realizada junto aos moradores e ao gestor, que serão analisados à luz do referencial teórico abordado nos capítulos anteriores deste trabalho.

Assim, neste capítulo buscar-se-á contemplar o objetivo específico da pesquisa: *Analisar as condições socioambientais no modo de vida da comunidade.* Para tanto o capítulo foi estruturado em três itens: o primeiro aborda o modo de vida e o perfil socioambiental dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento; o segundo item analisa os aspectos socioambientais da comunidade do Livramento, após a criação da reserva; e o terceiro apresenta a participação sociopolítica dos moradores na administração da gestão da reserva.

3.1. Comunidade Nossa Senhora do Livramento: modo de vida e o perfil socioambiental dos moradores.

Na concepção de Chaves (2001), as políticas viabilizadas para a Amazônia, durante muito tempo, trataram o território sem considerar as formas de vida e os saberes historicamente construídos, demonstrando um profundo desrespeito pelas diferenças socioculturais e ecológicas da região.

Para esta autora é necessário que se deixe de lado a visão utilitarista da conservação, ou seja, para obter melhores resultados de conservação é imprescindível que haja uma integração com as populações tradicionais. Propõe, ainda, um novo respeito à diversidade

cultural, uma nova espécie de aliança entre o homem e a natureza no sentido de haver participação democrática no que diz respeito aos espaços territoriais.

Nesse sentido, salienta Godard (1999, p.251) que os recursos naturais constituem-se em bens identitário, que ao mesmo tempo mantém a vida física da comunidade. Assim como, Batista (2007, p.29):

Há uma necessidade, é verdade, de todo um conjunto de providências visando a defender, assegurar a existência da natureza amazônica. Essa política não deve ser desacompanhada do esclarecimento, à sociedade amazônica, dos perigos a que se expõe, da prática criminosa de que se tem válido, inconscientemente, uma vez que o imediatismo de suas concepções ignorará a verdade que havia em sua atuação, para que, realmente, seja possível conseguir êxito. Também se faz necessário, no entanto, não ignorar que não se pode ir ao excesso de impedir que o homem transforme a Amazônia numa região integrada ao processo civilizatório brasileiro.

Neste contexto, o princípio do desenvolvimento sustentável em uma RDS procura a integração dos componentes políticos, socioambiental e econômico na ótica de conservação e preservação baseada em argumentos de ordem ecológica, política cultural e ética.

Marx em sua obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* desvela os fundamentos da complexa relação entre a sociedade e natureza:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com a qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Assim a que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza. (2004, p.116)

Para este autor, ao contrário dos seres vivos o homem, relaciona-se com a natureza mediada pelas relações que estabelece entre seus semelhantes para produzir os meios necessários à satisfação de suas necessidades.

Na perspectiva de Marx *apud* Sell (2009, p.45), é através do trabalho que o homem transforma a natureza e reproduz sua existência. Na concepção marxista a relação homem x natureza é mediada pela matéria prima e pelos instrumentos de trabalho e este processo envolve duas dimensões: a relação do homem com a natureza; e a relação do homem com outros homens. De acordo com o esquema dialético de Marx, o homem supera sua condição de ser apenas natural e cria uma nova realidade, o homem socialmente ativo.

No que se refere à relação homem natureza na Amazônia, esta pode ser identificada a partir de diversos fatores de origem sociocultural, as trajetória da vida, as formas de uso a propriedade da terra, as formas peculiares de organizações socioculturais e políticas, bem como as atividades produtivas no manejo dos recursos e outros (CHAVES, 2001).

Desta forma, a percepção socioambiental é importante para que possamos compreender melhor as inter-relações entre homem e natureza e a sua condição humana. Nesta linha de pensamento, Arendt (2010) afirma que a condição humana compreende mais que as condições sob os quais a vida foi dada ao homem.

Sachs (1986) contribui assinalando, que a sustentabilidade, por sua vez, configura um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Dentro desta perspectiva, o melhor para conservar os diversos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como das comunidades bióticas dos quais fazem parte, ainda é a criação de reservas naturais que necessitam de planejamento, projetos locais sustentáveis, e a pesquisa é fundamental colocando em destaque o monitoramento e a construção de um manejo sustentável.

É fundamental o envolvimento e participação sociopolítica das comunidades nesse processo de manejo que atenda as perspectivas das necessidades básicas. Sobre este aspecto, Pereira (2008, p.88) expõe que as necessidades básicas são objetivas e universais, consideradas precondições para se alcançar objetivos universais de participação social, relativos à saúde física e a autonomia. Neste sentido, o desenvolvimento de uma vida humana digna só ocorrerá se certas necessidades (comuns a todos) forem atendidas a partir de políticas pública de proteção social e ambiental, que se apresentam como fator preponderante na condição de vida das comunidades amazônicas.

A participação sociopolítica no universo das UCs tem apresentado fragilidades principalmente da falta do o estabelecimento de um diálogo entre as comunidades inseridas e a gestão responsável pela administração, o que se observa na realidade dessas comunidades que apresentam dificuldades de se organizar politicamente, e a organização política não vem das demandas e necessidades enfrentadas no dia a dia em cima das condições objetivas da população. A natureza da participação é aquela induzida pelo poder público, ou seja ainda estão esperando do Estado, do governo ações para se organizarem, isso retrata a fragilidade da autonomia dos moradores. Mas isso se justifica os anos de subordinação e opressão enfrentados por esses segmentos sociais (caboclos ribeirinhos)

Nesse sentido, a presença das comunidades amazônicas residentes nas UCs ou em seu entorno é um dos grandes desafios das áreas protegidas. As comunidades da RDS do Tupé podem ser descritas como povoados ou grupos de unidades residenciais compostas de várias

famílias, distribuídas de forma irregular, organizadas em associações (associações dos moradores, associação dos barraqueiros e associação dos canoeiros) criadas para cooperar sobre decisões relacionadas à educação e economia. É preciso ressaltar que anualmente ocorrem mudanças no seu ambiente físico, marcado pelas enchentes e vazantes que influenciam seu modo de vida.

a) Modo de vida e formação sociohistórica e econômica dos moradores

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento está localizada na margem direita do igarapé do Tarumã-Mirim, nas imediações da foz com o rio Negro e sua distância de Manaus aproximadamente 7 (sete) km, em linha reta, em torno de 20 a 25 minutos em barco tipo Voadeira com saída do Porto Marina do Davi em frente à zona oeste da cidade de Manaus.

Situada numa região que compreende parte da margem esquerda do Rio Negro e a foz do igarapé do Tarumã-Mirim, seu terreno é mais acidentado do que plano, apresentando pequenos morros que se elevam e alongam como se intencionalmente quisessem cercar boa parte da comunidade. O marco de sua fundação ocorreu em 5 de agosto de 1973, por um grupo de trabalhadores ligados ao sindicato Trabalhadores Rurais. Sua ocupação iniciou a partir do igarapé do Mari, um dos braços do Tarumã-Mirim, e sua criação tinha a finalidade de organizar a posse da área já ocupada (NASCIMENTO *et al* 2007).

Os entrevistados da pesquisa (informante-chave) foram: o representante da SEMMAS que diz respeito ao gestor da Reserva e 11 moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Participaram deste estudo, adultos com mais de 20 anos e no máximo 80 anos, de ambos os sexos moradores na comunidade no mínimo por 10 anos de moradia, independentemente de outros aspectos respectivos de ocupação e religião. Apenas um adulto por unidade doméstica participou da entrevista. Sendo 7 participante entre as idades de 50 anos a 60 anos, 3 participantes entre as idades de 20 a 40 anos e 1 participante de 80anos. Em relação à escolaridade apresentou 9 participantes do ensino médio, 2 do ensino fundamental incompleto.

A principal atividade econômica era a produção de carvão para o mercado consumidor de Manaus. O processo de formação social de sua população, em geral se resumia a 4 (quatro) famílias com cerca de vinte e nove pessoas. Nascimento (*et al*, 2007, p.42) argumenta que, nos anos 80 o número de famílias elevou-se para dezenove famílias com 68 pessoas. O período considerado com a primeira década de ocupação de terras é caracterizado como o mais difícil pelo grupo fundador da comunidade. Entre as principais dificuldades vivenciadas

pelas famílias, encontram-se o atendimento as necessidades básicas como saúde e a educação. Nesta época, a organização política estruturou-se com a criação da Associação dos moradores em 10 de outubro de 1986.

Segundo o IBGE (2000), quando da realização do censo daquele ano, foi verificado que havia na comunidade 220 pessoas, sendo 116 do sexo feminino e 104 do sexo masculino. Praticamente todos os membros eram advindos do interior do Amazonas, em sua maioria em condição não ativa economicamente, ou seja, despediam totalmente do que produziam na comunidade, sendo alguns aposentados. A principal atividade produtiva econômica voltada para atividade agrícola, em 2004, era a produção de farinha, associada a produtos derivados da mandioca. Hoje algumas famílias realizam o cultivo da farinha; pequena atividade para a produção de carvão; e o cultivo de frutas como banana, cupuaçu e abacaxi, produção esta, voltada para o consumo próprio da comunidade.

Sendo que no período de 2000 a 2005, o IBGE (2011) constatou o aumento desta população, passando para uma média de 850 pessoas (Quadro 9). No ano de 2005 houve uma nova contagem da população na comunidade do Livramento contando com cerca de 1.240 pessoas. Já no censo de 2010, houve um decréscimo desta população, sendo que os habitantes atuais da Comunidade do Livramento são de 386 indivíduos residentes, sendo 198 sujeitos do sexo masculino e 188 sujeitos do sexo feminino vivendo na comunidade. De acordo com as informações apresentadas no Plano de Manejo, um dos motivos para a diminuição desta população, esta associada à saída de jovens para a Cidade de Manaus, em busca de estudo e trabalho, visando a melhores condições de vida.

ANO	POPULAÇÃO
1973	29 habitantes
1980	66 habitantes
2000	220 habitantes
2004	850 habitantes
2005	1.240 habitantes
2010	386 habitantes

Quadro 9 – População da Comunidade Nossa Senhora do Livramento
Fonte: adaptado, Nascimento (et al , 2007); IBGE/2000/2004/2005/2010.

b) Perfil socioambiental dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento:

Na visão de Wagley (1988), nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. A maioria dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento vieram da cidade de Manaus, Codajás, Autazes e outras cidades do Estado do Amazonas, em sua maioria, são posseiros e não nativos. Neste ambiente comunitário criam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, as atividades econômicas estão relacionadas à fabricação e vendas de artesanatos, pequenas roças de mandioca para a fabricação de farinha, plantação de cupuaçu, caju e banana para a extração da poupa e confecção de doces somente para a subsistência.

No campo profissional são funcionários públicos, aposentados, comerciantes, autônomos, cabeleireiros, condutores de barcos e caseiros nas propriedades de pessoas que possuem casas na RDS, mas que moram em Manaus. A renda varia de um a dois salários mínimos (PLANO DE MANEJO, 2008).

O deslocamento para a comunidade é feito por via fluvial, em canoas ou barcos, uma vez que não existe nenhum acesso terrestre entre a área urbana de Manaus, como já foi mencionado no capítulo anterior.

A utilização dos recursos naturais disponíveis na REDES do Tupé pela população está vinculada às necessidades de subsistência do grupo doméstico. Ele se efetiva a partir do conhecimento do sistema ambiental, da sazonalidade, do preço de mercado, da disponibilidade de recursos, da mão-de-obra e se caracteriza como atividades extrativistas.

Atualmente, poucos praticam a agricultura, os moradores da comunidade vivem basicamente da renda advinda da criação de animais de pequeno porte e pequenas atividades produtivas como pequenos roçados, mandioca (produção de farinha) fruticultura (banana, cupuaçu, abacaxi e manga) produção artesanato (palha, plástico, bijuteria) avicultura (galinha) e extração de mel. Tanto a abertura de roçados quanto a extração madeireira na comunidade, são controladas pela SEMMAS.

A pesca é uma das atividades culturais que junto à agricultura de coivara, à caça e ao extrativismo vegetal, é fonte fundamental de recursos alimentares e medicinais. A pesca representa a melhor fonte de obtenção de proteínas nas bacias de água preta, rendendo mais por hora aplicada do que a caça (PLANO DE MANEJO, 2008). Esta atividade não é muito forte dentre as comunidades da reserva, que utilizam o recurso exclusivamente para

subsistência. Foram registradas 30 espécies de peixes utilizadas na dieta alimentar das famílias residentes na reserva.

As espécies de peixes - *Bacu*, *Branquinha*, *Bararuá*, *Cará*, *Cara papagaio*, *Carauaçu*, *Charuto*, *Cubiu*, *Cuí-Cuí*, *Dourado*, *sardinha*, *tambaqui*, *surubim*, *pirarucu*, *jaraqui*, *matrinxã* e outros - são praticamente as mesmas em todas as comunidades. No mapeamento, apenas a comunidade São João relatou uma espécie de peixe liso, e também peixes de valor comercial como Tambaqui e Pirarucu (PLANO DE MANEJO, 2008). Os utensílios mais usuais de pesca das comunidades são malhadeiras, anzol, caniço, zagaia, tarrafa e linha comprida. Os moradores fazem a prática da pesca no Igarapé Tarumã-Mirim e as espécies são: pirarucu, pescada, matrinxã, jaraqui, dourado, tucunaré, dourado e araquá. Os locais de caça são próximos de suas casas, em seus terrenos ou no entorno das comunidades.

Alguns moradores trabalham com artesanatos de sementes e madeiras, sendo que os produtos são comercializados localmente. Alguns artesanatos necessitam de tratamento, como secagem ao sol e/ou tingimento, para em seguida se transformarem em acessórios (bijuterias). Pinturas e esculturas são comercializadas nas festas e eventos organizados pela comunidade e pela secretaria. (PLANO DE MANEJO, 2008).

As religiões predominantes são a católica e evangélica (protestante), a igreja católica “Nossa Senhora do Livramento” (Figura 10) e as Cristãs Evangélicas: Assembleia de Deus, Igreja Pentecostal, Deus é Amor, Igreja da fé, Igreja Batista. Adventista do Sétimo Dia. As construções de moradia nesta comunidade apresentam as mesmas características da área urbana, são variadas, casas de madeira (Figura 11), alvenaria, mista (alvenaria e madeira). As casas de madeira são feitas com piso de madeira e com cobertura em alumínio, as casas mistas, em geral é só o piso ou outro ambiente construído de alvenaria. O banheiro normalmente se encontra na parte exterior da casa ou nos fundos. .



Figura 10 – Igreja Católica
Fonte: Pesquisa de Campo 2012



Figura 11 – Modelo de casa de madeira

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Conforme apontado no capítulo anterior, a reserva abrange uma riqueza importante para o ecossistema da região amazônica e para as populações locais são extremamente imprescindíveis para sustentabilidade socioambiental. Assim, a necessidade de preservar e conservar este espaço não só responde a necessidade de preservar o equilíbrio biológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica cultura da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza (LEFF, 2001).

Nesta parte do trabalho buscar-se-á identificar as percepções socioambientais dos moradores sobre a importância e vantagens em morar na reserva destacando os pontos negativos e positivos e as dificuldades nos relatos a seguir:

O clima do lugar faz bem para saúde, pois tenho problemas de saúde, aqui não tem como se estressar, nos finais de semana a minha família de Manaus vem sempre passar comigo é bom É importante, pelo bem estar de saúde, tranquilidade, sossego (morador 1).

Acredito que sim é importante, morar neste lugar, meu pai é antigo morador, nasci em Manaus, sempre morei aqui, sai para estuda na cidade, mas é tranquilo para se morar e tem uma beleza natural (morador 2).

Lugar que considero sossegado, os pontos positivos, vejo que a reserva ou a comunidade esta sendo menos degradada, e os negativos falta fazer planejamento para o funcionamento da administração da reserva (morador 3).

A moradia é tranquila, lugar sossegado, os pontos positivos é a redução da degradação ambiental e os negativos é que por conta das regulamentações e restrições de não caçar e pescar, ficou difícil na questão de comercializar (morador 6).

Pelo bem estar, tranquilidade moradia é tranquila, os pontos positivos é a redução da poluição no caso de lixo, as pessoas não tem mais o hábito de queimar o lixo e jogar lixo no entorno de suas casas e os negativos é a falta de tratamento da e a falta de fiscalização por parte da SEMMAS, há denúncias na extração de madeira e areia, principalmente nos finais de semana (morador 7).

E as dificuldades:

Antes era melhor, toda a minha família mora na reserva as dificuldades estão presentes nas muitas proibições, os pontos negativos é tudo é proibido não posso mais fazer as minhas coisas que faz antes como pescar, caçar, a violência provocada pelos visitantes, falta de segurança. Sempre gostei de morar aqui é tranquilo, os pontos positivos que diminui o desmatamento e ambiente se encontra menos poluído (morador 5).

Não vejo vantagem em morar aqui, mas acho local tranquilo, as dificuldades é no caso pedir uma autorização para fazer reforma da minha casa e até agora nada isso já alguns meses é muita burocracia. [...], os pontos negativos vejo que é lugar bonito, sossegado, se não fosse pelas dificuldades seria melhor, a falta de tratamento da água, a escola não supri todas as necessidades da comunidade, o posto de saúde não é suficiente, caso grave temos que ir para Manaus (morador 9)

Observa-se nos relatos dos moradores o significado da reserva como lugar sossegado, tranquilo, certos hábitos dos moradores como queimar lixo, poluir os rios diminuir a degradação ambiental, mas as dificuldades estão presentes no seu modo de vida, são as restrições de pescar, caçar, a falta de segurança e dentre outros. Decorrente da implantação da reserva as políticas de desenvolvimento sustentável e social nessa localidade tem contribuído com uma diminuição do trabalho na produção da agricultura, os moradores encontram-se ligados à natureza, mas não na condição de cultivador e sim na condição de preservar e conservar a reserva.

3.2 Aspectos socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade do Livramento, após a criação da reserva.

No que se refere à infraestrutura e bens e serviços sociais existentes na comunidade identificados na pesquisa (Quadro 10):

INFRAESTRUTURA	Quant.	Observações
02 (dois) Geradores de Energia, motor a diesel	02	Abastecimento para escola e moradias
Escola Municipal São Jose I	01	Ensino Infantil e Ensino Fundamental
Posto de Saúde	01	Atendimento todas as comunidades da reserva e do entorno
Casa de Farinha	01	
Rádio amador (sem funcionamento)	01	
Sede de Associação Comunitária	01	
Centro Comunitário	01	
Cemitério	01	
Campos de Futebol	01	cinco times de futebol
Igrejas	07	uma católica e seis evangélicas
Poço artesiano da escola	01	atendimento da escola e moradores

Quadro 10 – Infraestrutura da comunidade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

a) Infraestrutura e o acesso a bens e serviços sociais

No que refere ao saneamento básico (água, esgoto e o lixo):

Em relação ao acesso: à água, não há tratamento da água potável, a maioria dos moradores tem poço artesiano em suas moradias, e os que não têm se utilizam da água do próprio igarapé, para fazer os serviços domésticos e dar aos animais, e utiliza também apagar a água de chuva. O poço da escola é utilizado para água de beber principalmente em épocas de seca na região.

Rede de esgoto: não há rede esgoto, algumas moradias possuem fossa, outras usam latrinas (buracos cavados na externa da casa com ou sem vaso sanitário, sem paredes ou sumidouros). Foi implantado banheiro seco projeto da UFAM por meio do Laboratório de Saneamento (LS) em parceria com a prefeitura, mas não houve interesse por parte dos moradores por falta de recursos.

Coleta de Lixo: a coleta do lixo é feita pela SEMULSP uma vez por semana, às vezes por falta de manutenção da balsa (Figura 12 e 13) demora duas semanas para ser realizada. Foi construído uma lixeira com estrutura de madeira para armazenar o lixo, há reclamações em relação a fala de funcionários da SEMULSP, somente um funcionário para fazer a limpeza pública da reserva.



Figura 12 – Retirada do lixo

Fonte: Pesquisa de campo, 2012



Figura 13 – Retirada do lixo
Fonte: Pesquisa de campo, 2012

O fornecimento de energia elétrica é realizado pelo Programa Luz para Todos – Amazonas Energia, mas não atinge toda a comunidade, apenas uma parte da área. Quando falta energia utiliza-se gerador (gerador da escola), velas e a lamparina. A proposta da gestão atual visa ainda este ano atingir outras comunidades.

No que se refere ao acesso aos programas e serviços de saúde, o posto de atendimento de saúde (Figura 14) existente na comunidade, funciona para atender todos os moradores da reserva e do entorno. O posto apresenta a seguinte equipe técnica: 1(um) Assistente Social, 1(um) Enfermeira, 3 (três) técnicos de Enfermagem; 2(dois) dentistas e 2 (dois) médicos, sendo 1(um) pediatra e outro clínico, entretanto identificou-se nos relatos que:

A falta equipamento no caso da odontologia, os equipamentos estão sempre na espera de manutenção e não tem; não temos parcerias com outras instituições somente quando é necessário marcar consulta em Manaus e algumas vezes nos casos graves de saúde é feito o acompanhamento até o hospital na sede do município (Funcionária do Posto de Saúde, 2013).

Deste modo, observa-se que apesar de toda equipe técnica do posto de saúde, a assistência na área de saúde é precária, principalmente nos finais de semana, quando, para terem acesso ao atendimento médico, os moradores necessitam se deslocar para a sede do município. Nos finais de semana o deslocamento é problemático, o transporte é demorado, apesar de a comunidade ficar próxima à cidade.



Figura 14 – Posto de Saúde
Fonte: Pesquisa de Campo 2013

Educação: no corresponde ao acesso dos moradores à educação, a comunidade possui uma escola, Escola Estadual São José I (figura 15) segundo a diretora atende a demanda das outras comunidades, funciona nos turnos matutino, vespertino somente a Educação Infantil e Ensino Fundamental, no total de 193 alunos, antes tinha o Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, em parceria com a SEDUC, mas ocorreu o fechamento da modalidade por falta de alunos.



Figura 15 – Escola São José I
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

As informações apresentadas no que diz respeito à infraestrutura indicam que as comunidades inseridas na reserva e no entorno apresentam-se de forma insustentável (água, construções de poços artesianos (Figura 16) fora do padrão exigido pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT²², serviços ineficientes de transporte, saúde, educação e

²² A construção de poço artesiano deve ser orientada sob a responsabilidade técnica de um profissional de devidamente credenciado junto ao CREA – Conselho de Engenharia, com base em projeto executivo – pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (NBR 12212 e 12244).

energia). Para discussão dos problemas vivenciados pela comunidade são realizadas reuniões (Figura 17) geralmente aos domingos.



Figura 16 – Moradia com Poço Artesiano
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012



Figura 17 – Reunião dos moradores no Centro Social e Barraca da Feira de Artesanato
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

A falta de energia e de saneamento básico, escolas distantes, ensino público inadequado, dificuldades de deslocamento fluvial e/ou rodoviário, assistência deficiente à saúde, famílias desestruturadas, habitações precárias e dispersas ao longo de cursos d'água, onde vivem sem condições sociais básicas, com o nível de escolaridade e renda baixa, são características comuns da periferia e da área rural de Manaus e de inúmeras localidades do interior amazonense (CHATEAUBRIAND e ANDRADE, 2006). Assim a falta de saneamento adequado, energia, assistência social, saúde precária e outras carências que subtraem a qualidade de vida dos moradores da comunidade Nossa Senhora do Livramento inserem-se no quadro dos problemas não só local, mas regional.

Sobre esse aspecto, Cavalcanti (2002, p.105) assinala que o Estado enquanto instituição gestora da sociedade pode promover a implantação de ações com a escala temporal necessária para ao alcance da sustentabilidade dessas populações, uma vez que possui

autoridade e os meios potenciais para atuar como agente de equilíbrio em fase dos poderosos grupos de interesses.

O fato das REDES do Tupé localizar-se próximo ao município de Manaus e a maioria dos moradores do Livramento já terem residido ou possuírem parentes morando na capital e suas proximidades, fazem com que as experiências do convívio urbano impulsionem o consumo do mercado urbano, revelando constantemente mudanças nas manifestações culturais, sociais, nas atitudes e hábitos dessa população. Os moradores passaram a consumir, com mais frequência, produtos industrializados, que não podem ser adquiridos nas comunidades.

A utilização dos recursos naturais disponíveis na REDES do Tupé pela população está vinculada às necessidades de subsistência do grupo doméstico. Ele se efetiva a partir do conhecimento do sistema ambiental, da sazonalidade, do preço de mercado, da disponibilidade de recursos, da mão-de-obra e se caracteriza como atividades extrativistas.

Os produtos mais utilizados para o consumo direto do grupo doméstico ou para a comercialização são obtidos pelo extrativismo vegetal, como *cipó -titica*, o *cipó timbó - Açu*, a castanha, a copaíba, o breu, e a madeira; do extrativismo animal, como quelônios, os peixes ornamentais e de consumo e a caça; Além disso, utilizam o extrativismo de frutas nativas (açai e tucumã) para extração da polpa e comercialização do produto.

Identificaram-se, a partir dos relatos dos moradores, três elementos essenciais ao seu *modo de vida*: a família; o trabalho; e o conhecimento adquirido da natureza. Estes representam as dimensões que estão intrinsecamente relacionadas na vida desses moradores. O trabalho produtivo, na terra e/ou na água gera os meios de sobrevivência da família e garante sua organização e reprodução social, ou seja, além de produzir bens de consumo familiar e alguns excedentes comercializáveis para a sua subsistência.

Indagou-se aos moradores, quais as principais mudanças no modo de vida com a criação da reserva. Vejamos no relato do morador que reside a mais de 40 anos na reserva:

Antes os moradores não tinham a preocupação com algumas coisas natureza, hoje alguns tem mais preocupação como não derrubar as árvores e matar os animais, hoje eu estou mais preocupado em relação ao lixo, cuidados com a saúde, com o tratamento da água, mas vejo muitos moradores não tem essa preocupação.

Saneamento básico (lixo, abastecimento de água): *Antes utilizava a água do rio e cacimba, o lixo sempre foi recolhido, mas antes tinha o hábito de queimar, hoje não pode é recolhido pela prefeitura; a água não tem tratamento nem antes e nem agora, a maioria tem poço.*

Uso dos recursos naturais (caça, pesca extrativismo e cultivo): *Podia pescar e caçar, hoje somente se for para comer, não comercializar.*

Meios de transportes: *Antes por via fluvial, hoje continua na mesma acredito que não mudou nada.*

Moradia: A maioria das casas eram de madeira, hoje tem algumas já com alvenaria, mas qualquer reforma o morador deve pedir licença a SEMMAS.

Energia: Antes não havia energia elétrica, hoje tem serviços, mas as vezes passa um, dois ou mais sem energia.

Alimentação: A alimentação é cara, pois temos que compra em Manaus, ou na comunidade N. S. de Fátima, não mudou nada.

Produção: Não há qualquer tipo de produção, tudo que precisamos, temos que compra na cidade.

Educação: Não mudou nada, meus filhos todos estudam em Manaus, para fazer vestibular.

Saúde: Melhorou na questão do atendimento, antigamente tínhamos que fazer tudo na cidade, hoje podemos marcar algumas consultas em Manaus através do posto, porém não é suficiente, pois o atendimento é para as comunidades da reserva e do entorno.

Organização social e política: Não mudou nada mesmo com a liderança e reuniões com todas as outras as comunidades, mas não houve melhora (morador 1).

Segundo este morador, após a criação da reserva, ocorreu poucas mudanças, tanto no aspecto social quanto ambiental. Essas dificuldades estão diretamente relacionadas com as formas de planejamento das ações que estão sendo implantadas.

Em respostas a essas dificuldades segundo a SEMMAS, as atividades estabelecidas para o alcance da melhoria da infraestrutura ocorrem por meio de parcerias: Fornecimento de Energia com ampliação do programa Luz para todos á ser ampliando até o final do ano DE 2013 para as comunidades Tatulândia, São João do Tupé e Colônia Central; Segurança Pública em parceria com a Polícia Militar e Civil em fase da elaboração do cronograma; Tratamento da água, construção de dois poços na Agrovila e Julião no mês de agosto em parceria e convênio com o Consulado do Japão.

Outra questão importante para a comunidade é a limitação no uso dos recursos naturais decorrentes das proibições impostas na lei do SNUC, o que dificulta a busca por alternativas econômicas sustentáveis. A preservação da biodiversidade é prioridade, restringindo quase todas as atividades econômicas dos moradores que tiveram que adequar seu modo de vida às limitações legais. No entanto, deverá compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais, entretanto, na prática, observa-se um valor se sobrepondo ao outro.

Nesse aspecto, a organização social local tem importante influência, pois os moradores por meio dela participam ativamente nas articulações e negociações da viabilidade de implementação de novas propostas de trabalho e renda na comunidade.

3.3. Participação sociopolítica dos moradores na gestão da RDS de uso sustentável do Tupé

Segundo a concepção de Gohn (2003), Nogueira (2005) e Teixeira (2002) a participação tem forte conteúdo ideológico e comporta diferentes conceitos e definições. O entendimento do processo de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira, o resgate dos processos, leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação é também luta por melhores condições de vida pelos benefícios da civilização.

A participação sociopolítica dos moradores tem desempenhado importante papel no que diz respeito a articulação política junto as mais diversas instituições não só para atender as necessidades básicas ao acesso a bens e serviços sociais (saúde, educação, habitação, transporte, energia, dentre outros), mas também garantir melhores condições socioambientais principalmente na garantia do direito ao seu território e ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis.

Sobre este aspecto Diegues (2001) tem acentuado a importância das reservas a presença de populações no seu interior, respeitando os seus direitos étnicos e culturais, uma vez que tais populações já vivem nessas áreas havia centenas de anos. A respeito das experiências das reservas o autor ressalta:

[...] são realizadas partindo da constatação de que o modo de vida dessas populações tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas [...] fundamentais para a conservação da biodiversidade, demonstrando também uma sociodiversidade ou diversidade cultural relevante (DIEGUES, 2001, p.99).

Outra explicação a respeito da diversidade ecológica e cultural aparece não só como princípios éticos e valores não mercantilizáveis, mas como verdadeiros potenciais produtivos que integram um sistema de recursos naturais, culturais e tecnológicos capazes de reorientar a produção para a satisfação das necessidades das populações (LEFF 2000).

A comunidade Nossa Senhora do Livramento faz parte do conselho deliberativo, assim como as outras comunidades, possui registro CNPJ na Receita Federal, é organizada por meio de uma associação comunitária composta por: Presidente; Vice Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro e moradores associados, às normas e diretrizes para eleição da presidência da comunidade ocorre na Assembleia comunitária, realizada a cada 04 (quatro) anos. Segundo a presidente da comunidade, este ano a eleição

será no mês de novembro para a escolha de um novo presidente, nomeados pelos próprios comunitários. Geralmente são realizadas reuniões para tratar assuntos sobre a comunidade a cada três ou quatro meses, com a participação de presidentes de outras comunidades. A organização política das populações rurais da Amazônia surge da combinação entre a organização sociocultural e de determinantes que exigem ações coletivas (CHAVES, 2001).

A população das comunidades inseridas na reserva tem como oportunidades o que Sachs (2000) chama de promover a sustentabilidade socioambiental por meio de uma participação de forma política e social mais ativa, construindo uma sustentabilidade política ao defender seus interesses comuns, a conhecer os problemas locais e buscar propostas para melhores condições de vidas das famílias residentes na reserva.

Frente a este contexto, buscou-se identificar a participação sociopolítica dos moradores. Indagou-se acerca da organização e da participação da comunidade nas reuniões, assim como da administração da Secretária. A saber:

Participação Sociopolítica	Categorias
A comunidade não estar organizada, as reuniões que acontece geralmente e não se resolve nada, poucas pessoas participam das reuniões. Participo das reuniões, geralmente trata de alguns avisos da Secretaria, se houver algumas mudanças (morador 3) . Acontecem sempre as reuniões com a presidente da associação, mas não acredito que a comunidade esteja organizada, nessas reuniões quando se trata de resolver algumas situações da comunidade nada é resolvido, somente quando há festas. E poucas pessoas participam ou tem interesses. Sempre que posso tento participar e ajuda nas organizações de alguns eventos, falta mais empenho na administração por parte da secretaria (morador 1). Não, apesar das reuniões organizadas pela presidente da associação, acredito que deveria ter mais participação dos próprios moradores. Tentei participar algumas vezes, mas não gostei e desistir. (morador 2) Como sou conselheira, participo de todas as reuniões, os assuntos tratados; são a segurança pública a comunidade, a questão da falta de tratamento de água, melhoramentos do fornecimento de energia, melhoramento da estrutura do posto de saúde. (morador 6) Sim, mas temos problemas pois somente alguns moradores participam, falta mais participação, há muitas reclamações no caso que é repassado para a SEMMAS os problemas da comunidade e no geral não somos atendidos, no caso água, luz, saúde, fica complicado, não depende de mim resolver esses problemas, faço a minha parte de comunicar e sempre estamos nos reunindo para discutir sobre esses problemas, no caso falta entendimento entre os moradores e a SEMMAS (morador 7) Sinceramente não, acho que falta mais apoio e participação da Secretaria (morador 8)	Falta de participação dos comunitários Falta de interesse pela ausência e/ou melhoria dos serviços públicos Participação da Administração ineficaz da SEMMAS

Quadro 11 – Participações dos moradores na gestão da reserva
Fonte: pesquisa de campo, 2013

Verifica-se nas narrativas dos moradores, uma fraca participação política na gestão da reserva. Entende-se que a ausência de uma organização comunitária ativa compromete o desenvolvimento e a viabilização de melhorias para a reserva, haja vista que estes devem ser os principais agentes promotores da reserva. No mais, observou-se a insatisfação dos moradores de uma participação mais concreta por parte da secretária gestora da reserva.

Outra dificuldade encontrada é a ausência de envolvimento das comunidades na gestão. Segundo a gestora, ressalva que as comunidades mais presentes nas reuniões quando envolvem todos os conselheiros das seis comunidades, a comunidade que tem menos vínculo é a comunidade Agrovila, e os conselheiros que mais participam são as comunidades Julião e Nossa Senhora do Livramento (SEMMAS, 2013).

Nota-se diante dos relatos dos moradores e do gestor a fragilidade no diálogo que interfere na prática da participação. Segundo Nogueira (2005, p141) é por esta participação que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos. Ou seja, participação política passa a significar uma forma de interferir, colaborar, administrar, como acrescenta “algumas vezes, chega mesmo a ser concebida como uma atividade que, no limite, substituiria o Estado na implementação de determinadas políticas públicas”.

A participação cidadão manifesta-se para Nogueira (2005) e Teixeira (2002), de modo amplo e variado, traduz dois elementos distintos e às vezes contraditórios, na dinâmica da política: Por um lado, expressa a intenção de determinados atores de interferir “tomar parte” no processo político-social, de modo a fazer valer seus valores e interesses particulares. Por outro, expressa o elemento cidadania “no sentido cívico, as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres”.

Nogueira (2005), sugere que no bojo dessa modalidade “cidadã” de participação, está se constituindo outro tipo de participação que se orienta por ideia de política como “troca” entre governantes e governados: quanto mais interações cooperativas existirem, melhor para o sucesso eleitoral e a legitimação os grupos sociais envolvidos, que podem assim ver atendida parte de suas postulações, possível denominar esse conjunto de prática e de ações de participação gerencial. Assim compreende-se que a participação sociopolítica dos moradores não se limita apenas em estar informados das ações gerenciadas pela gestão, mas participar das decisões das organizações dessas ações.

Outra questão importante, perguntou-se ao gestor a existência de conflitos socioambientais que atualmente ameaçam a integridade dos recursos naturais e estejam

interferindo de alguma forma na administração da gestão da REDES/Tupé. Observe o relato a seguir:

Os conflitos sociais que vejo: *é a questão fundiária com o processo de sessão de terras, será feito um novo levantamento de terras; nas seis comunidades o problema com entorpecentes, usos de drogas e invasões ocorreram nas comunidades de Agrovila e Livramento com construções indevidas; vendas de lotes para pessoas de fora Construção feita próxima dos rios.*

Os conflitos ambientais: *caça ilegal, uso de arma de fogo; extração de areia; obras ilegais de vários moradores, queimada, socialização de informações.*

Como é resolvido: Fiscalização, cobranças de multas, foram feitas seis notificações para a comunidade da Agrovila com as construção ilegais de igreja

A quantidade de técnicos não são suficientes para desenvolver as atividades inerentes à gestão (Gestora da SEMMAS, 2013).

Segundo o relato da gestora da secretaria, as dificuldades são:

- A questão fundiária;
- Problemas sociais com uso de drogas;
- Invasões construções e vendas indevidas de moradias;
- Caça ilegal;
- Extração de areia;
- Queimadas indevidas;
- Equipe de profissionais (técnicos) são insuficientes para desenvolver as atividades, principalmente atividades inerentes a gestão e a fiscalização que trabalha em parceria com policia ambiental.

Essas dificuldades, segundo a secretaria são resolvidas por meio de fiscalização e cobranças de multas, reuniões com os presidentes das comunidades.

Sobre essa questão a secretaria junto com as comunidades, requer uma revisão no planejamento do desenvolvimento de suas ações e deve buscar outras formas de se conceber a participação democrática, que segundo Gohn, (2003, p.57), define que não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas também o envolvimento do Conselho Deliberativo responsável pela gestão da reserva para implantação de políticas publica.

Para a autora ponto fundamental no envolvimento dos conselhos, destaca a soberania popular é principal regulador na forma democrática: a participação é concebida como um

fenômeno que se desenvolve tanto na sociedade civil, em especial entre os movimentos sociais e organizações autônomas da sociedade, quanto no plano institucional nas instituições formais políticas (GOHN, 2003). Assim a participação pode, facilitar a obtenção de respostas para as demandas comunitárias, ampliar o sistema de comunicação entre os moradores e gestor, fornecer melhores parâmetros para a tomada de decisões, fortalecendo a gestão participativa e promoção e expansão da cidadania. Deste ponto de vista, é inegável a gestão participativa conter importantes elementos potenciais de democratização.

Em relação à gestão participativa podemos identificar alguns aspectos de relevância para a gestão da RDS do Tupé (Quadro 12) marcada com a presença da participação de várias instituições, antes da criação da reserva.

ASPECTOS	CENÁRIO 1997	CENÁRIO 2004
Instituições mais atuantes na reserva	SEMED, SEDEMA e SEMSA	SEMED, SEDEMA, SEMSA, IBAMA, UFAM, MANAUSTUR, EMBRAPA, CEFET-AM, CPRM-AM, ULBRA, INPA e outras empresas públicas e privadas, que atuam mais eventualmente no apoio às ações desenvolvidas.
Organizações Comunitárias	12 (doze) associações comunitárias formais, sendo seis na reserva e seis no seu entorno	12(doze) associações comunitárias formais, sendo seis na reserva e seis no seu entorno. Associação dos barraqueiros da Praia do Tupé; Cooperativa de produtores (COOPERIN)
Estrutura física Escolar	04 (quatro) construções precárias, com reduzido espaço físico, sem mobiliário e sem instalações adequadas	04 (quatro) escolas construídas e/ou reformadas, em madeira e alvenaria, com instalações de água e de esgoto, coleta seletiva de lixo, alojamento para professores, paisagismo, pomar, viveiro de mudas e horta, transporte fluvial para os alunos.
Atendimento educacional, formal e não-formal	Crianças de 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental	Crianças e adultos, com ensino fundamental e telecurso 2º grau na maioria das escolas municipais existentes, metodologia “Escola ativa”, educação ambiental como tema transversal (agenda ambiental escolar), projeto escola-comunidade “Amigos do Tupé”. Eventos, cursos, oficinas, palestras e treinamentos relacionados com temas diversos.
Saúde	Alta ocorrência de malária Agentes de saúde da SEMSA e Comunitários	Posto para diagnóstico de malária; Controle da ocorrência de malária; Agentes de saúde da SEMSA, FUNASA, UFAM, Comunitários e outros; 03 (três) postos de saúde comunitários.
Infraestrutura	Falta de sistema de comunicação efetivo entre as comunidades; falta de energia elétrica; templos religiosos e saneamento básico	Telefonia celular em algumas comunidades; Falta de sistema público de energia elétrica para os domicílios; Sistema público de energia solar e banheiros públicos na Praia do Tupé Templos religiosos; Sede administrativa da SEDEMA; Centro e alojamento de apoio às atividades Comunitárias
Classificação ambiental do Tupé, por Lei Municipal	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE do Tupé), desde 1990.	Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé; (REDES do Tupé), desde 2002.

Quadro 12 – Cenários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé), Manaus-AM, em 1997 e 2004, destacando alguns aspectos de relevância para a gestão.

Fonte: Chateaubriand e Andrade, 2004, p.6.

Observa-se no (quadro 12) antes do decreto da reserva, já havia algumas ações ativas por meio de várias instituições como controle da malária no período de 1999 a 2002, concentração de Associações Comunitárias e dos Barraqueiros da praia do Tupé, escolas, postos de saúde e telefonia celular em algumas comunidades.

ASPECTOS	CENÁRIO 2005/2012
Instituições mais atuantes na Reserva	CONSELHO DELIBERATIVO; SEMMAS, SEMSA, UFAM (Programa do Tupé), INPA (Projeto Biotupé), IPÊ, MANAUSTUR, SEBRAE, UEA e outras empresas públicas e as universidades privadas como UNINORTE, ULBRA, ESBAM, que atuam mais eventualmente no apoio às ações desenvolvidas.
Organizações Comunitárias	12 (doze) associações comunitárias formais, sendo seis na reserva e seis no seu entorno; Associação dos barraqueiros da Praia do Tupé- ABAP; Cooperativa de produtores (COOPERIN)
Estrutura física Escolar	04 (quatro) escolas construídas e/ou reformadas, em madeira e alvenaria, com instalações de água e de esgoto (poço artesiano), coleta seletiva de lixo, alojamento para professores (agrovila), paisagismo, pomar, viveiro de mudas e horta, transporte fluvial para os alunos.
Atendimento educacional formal.	Ensino Infantil e fundamental do 1º ao 9º ano. Não há ensino Médio e a modalidade do EJA.
Saúde	03 (três) Postos de saúde comunitários, sendo 2 nas comunidades de N.S. ^a do Livramento e S. João (reserva) e N. S. ^a de Fátima (entorno)
Infraestrutura	Sistema de comunicação efetivo entre as comunidades (uso de celular) Serviços de Energia por meio do programa luz para todos somente nas comunidades Livramento, Julião e Agrovila. (previsão para as outras comunidades no final do ano de 2013). Água: Construção de poços artesiano nas comunidades Agrovila e Julião em agosto de 2013 Templos religiosos; CARDS – Sede administrativa da SEMMAS; Sistema público de energia solar e banheiros; Centro e alojamento de apoio às atividades Comunitárias; ACAMDAF.
Classificação Ambiental do Tupé, por Lei Municipal	2002 Lei nº 671/02; Decreto de criação (REDES do Tupé). decreto nº 8.044 de 25 de agosto de 2005; regulamento interno da RDS através da resolução 040/2006

Quadro 13: Cenários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé), Manaus-AM, em 2005/2012, destacando alguns aspectos de relevância para a gestão participativa.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013

O conteúdo do (Quadro 13) permite identificar alguns avanços no cenário sobre a gestão participativa da Reserva: Decreto de criação da reserva; criação do Conselho Deliberativo para administração da gestão; serviços de energia elétrica, construções de poços artesianos em algumas comunidades; participações de várias instituições e ações direcionadas ao turismo, educação ambiental, ao manejo de pesca e etc., descritas no capítulo 2.

Nesse sentido, a participação política dessas populações não pode ser entendida por concessão do Estado mediada por processos apenas técnicos e burocráticos, mas buscar a combinação de vários tipos de medidas e a criação de espaços múltiplos entre os diversos atores, abrindo oportunidades para gerar “nova institucionalidade, com procedimentos e

regras próprias, sempre discutidas, revisadas e renovadas de forma democrática e a partir da reflexão sobre a ação” (TEIXEIRA, 2002).

As dificuldades apresentadas pelos moradores quanto pela gestão carece de uma participação integrada no desenvolvimento das ações, e antes de tudo a gestão participativa deverá modificar articulação entre governantes e governados. Para isso acontecer é necessário também uma relação interativa superando distâncias e atritos, neste processo a participação não se restringe aos moradores, mas a relação entre sociedade e Estado.

Nessa perspectiva nos dizeres de Chaves (2001, p. 172) a gestão comunitária, compreende as diversas modalidades de organização do trabalho comunitário coletivo, as quais ocorrem de acordo com a ordenação das ações comunitárias a partir de num processo participativo, no qual é estabelecida a partilha de responsabilidades e de negociação entre comunitários, bem como as tensões entre os agentes sociais comunitários, decorrente da necessidade de arregimentar suas capacidades para a construção de alternativas viáveis à melhoria qualidade de vida.

A qualidade de vida, é importante ressaltar, deve estar relacionada às condições socioambientais como a acessibilidade aos serviços econômicos e sociais promovendo a inclusão social não somente garantias de sobrevivência dessas populações ligadas sob essa perspectiva, Leff (2001), alude que não deve esta vinculada somente as necessidades sociais, ou seja:

A qualidade de vida como objetivo de desenvolvimento sustentável rompe os parâmetros homogêneos do bem estar e abre possibilidade de novos indicadores do desenvolvimento humano que articulam os custos do crescimento com os valores e os potenciais da natureza; as mediações objetivas e com as percepções subjetivas (LEFF, 2001, p. 325).

Segundo Santilli (2005), o princípio fundamental que deve orientar toda a aplicação e interpretação judicial do SNUC é de que se trata de um sistema de UC, que visa proteger e conservar os recursos naturais e culturais associados, baseado na compreensão unitária e indissociável de ambiente e cultura, e de integração entre o homem e a natureza. A enorme diversidade de ecossistemas brasileiros produziu culturas diferenciadas, adaptadas ao ambiente em que vivem, e que com ele guardam íntimas relações. Assim tanto a diversidade biológica quanto a diversidade cultural são valores constitucionalmente protegidos, e a especial preocupação do legislador em assegurar às populações locais condições necessárias à sua reprodução física e cultural, motivada pelo reconhecimento de sua relação diferenciada com a natureza.

Em relação às melhorias de condições socioambientais das comunidades são expressas no objetivo primário da reserva, que deverá nortear políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades que diz o seguinte: *“de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por estas populações”*²³.

É certo que a aplicação das leis não impede que surjam desigualdades onde os temas e objetos em disputa dependem de racionalidades de interesses diferenciados (Leff. 2006). A expressão da lei vem dificultando de certa forma o modo de vida dos moradores, com a ausência da pesca comercial e o baixo envolvimento das famílias na agricultura demonstram uma diferença significativa nas estratégias de uso de recursos naturais para geração de alimento e renda, principalmente nas comunidades S. João e Colônia Central. A ausência do plano de manejo não concluído e pelo zoneamento da REDES do Tupé, agrava este cenário, pois é um documento obrigatório para todas as categorias das UC, que norteará as ações e regulamentará os diversos usos pertinentes à reserva, sendo aplicável aos moradores, empreendedores, administradores e usuários. Sua ausência impedirá a implementação de políticas públicas direcionadas para a questão socioambiental, pautadas principalmente nos critérios da sustentabilidade com objetivos de melhorias nas condições socioambientais no modo de vida dos moradores

Diegues (2001) considera que à maioria dos planos de manejo são impostos de cima para baixo pelo Estado, sem diálogo e respeito no processo da democracia e participação das populações (p.117). Nesse processo, os programas ou ações visam apenas diluir os conflitos sociais. Para que a gestão participativa possa acontecer de fato, faz-se necessário contar decisões e orientações governamentais claras: projetos nítidos, consistente e adequadamente comunicados, somente informada pode uma população fazer julgamento claro sobre a validade das oportunidades e dos instrumentos postos à sua disposição, considerando-os eficientes ou inadequados.

Desse modo, com base nos argumentos de Leff (2006, p.466), as condições de existência das comunidades dependem da legitimação dos direitos de propriedade das populações sobre o seu patrimônio de recursos naturais e de sua própria cultura, e de redefinição de seus processos de produção, seus estilos de vida e seus sentidos existências.

²³ Sobre o objetivo da reserva, ver artigo 1- Resolução 040/2006 - COMDEMA / Coletânea de Leis da REDES/Tupé.

Assim, as lutas sociais pela apropriação da natureza vão além da resolução e da concentração de direitos sobre o uso dos recursos, promovendo a sustentabilidade nas condições socioambientais no modo de vida dos moradores das comunidades.

A multiplicação de reservas sem os meios necessários para a sua proteção efetiva é uma política autoderrotada. As pessoas retiradas ou impedidas de nelas adentrarem, para coletar os produtos florestais de que sempre dependeram, consideram isso uma violação do seu direito à vida (SACHS, 2009). Conforme Bensusan (2006, p. 28), a existência das UC dá margem à síndrome do “já estamos protegendo a natureza nas áreas protegidas então o resto do planeta pode ser destruído”. Ela é muito frequente nos setores não ambientais dos governos e mesmo à sociedade. Para combatê-la, só a maior conscientização sobre as limitações das áreas protegidas e sobre a necessidade de políticas públicas mais amplas de conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, requer elaboração de políticas públicas voltadas para o alcance de alternativas de aproveitamento dos recursos da biodiversidade e do desenvolvimento alternativo da biotecnologia, que segundo Leff (2009) e Sachs (2009), deve ser orientada para a produção e transferência, para as comunidades rurais e para os habitantes das florestas tropicais, dos conhecimentos necessários para potencializar o aproveitamento sustentável dos recursos, de maneira que eles se beneficiassem diretamente a gestão produtiva e da apropriação dos recursos. Conforme Sachs (2009, p.76) destaca uma gestão negociada e contratual dos recursos, pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável, abre caminhos para os regimes democráticos, ou seja, vai além da gestão da biodiversidade.

Diante das perspectivas dos autores trabalhados até o momento, não basta apenas criar espaços protegidos, existe a vontade política para se criar UC. Entretanto, percebe-se pouco interesse em implantá-las de fato, esta visível na fragilidade institucional dos órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na esfera ambiental é tamanha que o monitoramento e a fiscalização das áreas protegidas para o cumprimento das exigências legais chegam a ser uma ilusão assumida. Promover espaços protegidos sustentáveis é necessário apreendermos a fazer com sensatez o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, requer um planejamento local e participativo, das autoridades locais, populações e associações de cidadãos envolvidos nas áreas de proteção.

CONCLUSÃO

As políticas ambientais são imprescindíveis para a sustentabilidade do desenvolvimento a longo prazo, tanto para o enfrentamento de desafios locais quanto para as chamadas questões globais. Para o enfrentamento da questão socioambiental as UCs desempenham papel crucial na proteção dos recursos estratégicos para o desenvolvimento. Porém, esse aspecto é pouco percebido pela maior parte da sociedade, incidindo de forma negativa nas tomadas de decisão.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar e avaliar as condições socioambientais dos moradores da reserva da REDES do Tupé, considerando tanto os dados coletados dos informantes da pesquisa quanto o material bibliográfico estudado. É notório que as políticas ambientais, nas últimas décadas, têm sido uma ferramenta indispensável de transformação da sociedade, uma vez que provocam o debate relacionado às limitações dos deveres e direitos do cidadão em relação ao meio ambiente. Entretanto, verificou-se a necessidade da criação de novos espaços de participação social, de modo a propiciar discussões e debates acerca da problemática ambiental.

Entre as dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa destacam-se: o acesso a documentos e informações da SEMMAS, tais como relatórios que pudessem auxiliar na análise e interpretações dos dados e a ausência de informações acerca da reserva no site, pois as mesmas não abarcam com clareza os dados oficiais sobre as unidades de conservação. Perceber-se que o órgão gestor precisa qualificar os instrumentos e técnicas de comunicação de forma dinâmica que disponibilize informações transparentes a sociedade.

No mais, a avaliação dos resultados da pesquisa nos permitiu traçar as seguintes considerações:

- Sobre a reserva: durante apresentação das características gerais foi possível identificar por meio do mapeamento além de sua beleza cênica, possuem potencialidades socioambientais, porém pouco explorada pela administração da gestão por meio de ações sustentáveis, já realizadas pela gestão mesmo antes da criação da reserva. Desta forma, observou-se a necessidade de novas ações que valorizem a reserva como fonte de renda e de recursos naturais visando melhorias nas condições socioambientais das comunidades.
- Perfil dos moradores: em relação aos moradores das comunidades, identificou-se que estas são formadas por habitantes que residem há mais de 20 (vinte anos), possuem

características simples do caboclo ribeirinho, típico habitante do interior amazônico, vivendo sempre à beira de um curso d'água e sobrevivendo com recursos naturais ao seu redor. Este traz em sua constituição as influências do índio e das diversas culturas presente na região. São migrantes de vários municípios do Estado do Amazonas e de outras regiões.

- Sobre o modo de vida desses moradores, o impacto marcante decorrentes da imposição da Lei do SNUC, refere-se às limitações no uso dos recursos naturais, que dificulta a busca por alternativas econômicas sustentáveis e melhores condições socioambientais. Nesse sentido, os moradores tiveram que adequar seu modo de vida às limitações legais, as atividades econômicas estão relacionadas à fabricação e vendas de artesanatos, pequenas roças de mandioca para a fabricação de farinha, plantação de cupuaçu, caju e banana para a extração da poupa e confecção de doces somente para a subsistência e no campo profissional são funcionários públicos, aposentados, comerciantes, autônomos, cabeleireiros, condutores de barcos e caseiros.
- Observou-se o desconhecimento dos objetivos propostos pelo SNUC por parte dos moradores que impossibilita e compromete participação efetiva dos moradores para tomada de decisões que possam construir a autonomia social, política e econômica dos comunitários.
- Sobre a Participação sociopolítica e a gestão, os dados da pesquisa mostraram haver uma participação incipiente por parte dos comunitários, assim como a ação precária por partes dos órgãos gestores da UC municipais. Nesse sentido, entende-se que ocorre a necessidade de uma ação mais eficaz, no sentido de sensibilizar e mobilizar a comunidade de modo a associar proteção e desenvolvimento comunitário.

Em relação às mudanças sociais no modo de vida dos moradores a partir das políticas ambientais inseridas após a criação da REDES do Tupé, constatou-se que estas foram mínimas, pois, segundo os moradores o quadro da infraestrutura e acesso a bens serviços sociais, continua como era antes da criação da reserva, ou seja, o número de escolas e posto de saúde, são os mesmos 4(quatro) escolas e 2(dois) postos para atendimento de todas as comunidades e do entorno.

Entretanto, constatou-se que ocorreram mudanças ambientais com efeitos positivos para a questão de queimadas, desmatamentos, caças ilegais de animais e pesca predatória.

Alguns avanços foram constatados no cenário sobre a gestão participativa da Reserva, entre estes: Decreto de criação da reserva; criação do Conselho Deliberativo para administração da gestão; serviços de energia elétrica, construções de poços artesianos em

algumas comunidades; participações de várias instituições e ações direcionadas ao turismo, educação ambiental, ao manejo de pesca etc.

Do ponto de vista teórico, é fundamental afirmar que a efetividade dessas ações promova a participação política qualificada na tomada de decisões. A emergência de novos atores sociais, portadores de novas exigências para o Estado e sociedade, a construção de novos tipos de demanda e induzi-lo a novos procedimentos para mediar os conflitos e atender os interesses econômicos individuais e coletivos.

Assim, identificou-se que a reserva enfrenta várias dificuldades, entre estas: regularização fundiária das terras declaradas como UC; falta de equipe técnica de profissionais (quadro ineficiente de profissionais); infraestrutura básica; ausência de um plano de manejo ou planos de manejo não revisados, entre outros.

Os resultados identificados no estudo sinalizam ainda a insuficiência de investimentos é a principal causa dos problemas, que poderão ser agravados diante da perspectiva de integração de novas unidades de conservação. É necessário o investimento para a viabilização e consolidação destas áreas, para que possam cumprir de forma eficaz as funções de conservação, fortalecimento da organização comunitária, visitação pública, pesquisa científica e exploração sustentável, entre outras.

Constata-se que apesar dos moradores mesmo convivendo com tantas dificuldades - causadas principalmente pela ausência de uma infraestrutura adequada e saúde local - não apresentam intenções de residir em outro local, em especial, por terem adquirido um sentimento de pertencimento ao local pela tranquilidade, a beleza e o contato com a natureza, assim como a segurança. Estes são alguns fatores que caracterizam a vida dos moradores da reserva, impedindo estes de migrarem para outras localidades, mesmo residindo tão próximos a cidade.

De modo geral este estudo permitiu concluir:

As políticas ambientais no Amazonas se concentra na implementação e gestão das UCs prevista no SNUC como instrumento proteção dos recursos e melhoria nas condições de vida das populações locais, contudo a efetivação das ações revela-se fragmentadas. Apesar de grande número de estratégias e instrumentos construídos ao longo das últimas quatro décadas. Essas fragmentações são expressas nas dificuldades vivenciadas no modo de vida das populações locais. A forma como estas políticas são viabilizadas precisam ser reavaliadas e revistas para que a efetividade da norma jurídica sobre as RDS se efetue, requer mudança na atuação da administração e gestão do Estado para integrar com efetividade a população local, adaptá-la a realidade socioambiental das populações inseridas nesse espaço, caso ao contrário

as comunidades presentes nestas áreas de proteção estará diante de condições socioambiental cada vez insustentáveis e a proteção ambiental permanecerá no discurso.

Diante dessas considerações, os resultados apontam a necessidade de agregar políticas públicas de sustentabilidade com o planejamento participativo que consigam prover as populações locais, não somente ao acesso a bens e serviços sociais, mas pela autogestão de recursos ambientais que sinalizam a possibilidade de transformar políticas preventivas diante do processo de degradação socioambiental, para a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases sólidas de equidade e sustentabilidade.

Dessa forma, seguem algumas recomendações para a gestão social e ambiental no modo de vida dos moradores das comunidades da reserva:

- ✓ Considerar as reservas de desenvolvimento sustentáveis como espaços abertos e interativos, em que a participação sociopolítica dos atores sociais residentes e do entorno, seja fundamental para questionar a realidade socioambiental, política, econômica e cultura das comunidades, com propostas fundamentadas em uma racionalidade produtiva em bases ecológicas sustentáveis e em princípios de equidade e autogestão das comunidades.
- ✓ Conclusão do plano de manejo, para que o mesmo seja um instrumento legal com propostas para atender os objetivos primários da reserva, com a participação direta das comunidades, considerando as potencialidades ambientais existentes na reserva, devendo ser disponibilizados para consulta pública, a fim de que todos os interessados na gestão possam intervir diretamente no seu processo de elaboração, abertos para críticas, sugestões, com possíveis correções e falhas;
- ✓ Apresentar e divulgar os Planos de Manejo em instituições de pesquisa, fundações e outros;
- ✓ Revisão do planejamento para a ampliação da capacidade de infraestrutura da reserva com objetivo de melhorias nas condições socioambientais no modo de vida dos moradores;
- ✓ Maior integração das comunidades com a gestão da reserva e parcerias com instituições, no sentido de ampliar a autonomia e a co-responsabilidade dos atores sociais envolvidos;
- ✓ Ampliar as parcerias técnico-científicas formais entre as UC e instituições de pesquisa, fundações e outros, no sentido de envolver todas as secretarias municipais, estaduais e a sociedade civil.

- ✓ Aumentar o quadro (técnico) de servidores para tratar especificamente e estimular a pesquisas científicas e a gestão da reserva, por meio de concursos públicos.
- ✓ Promoção do diálogo entre gestores, pesquisadores e comunidades, para que no decorrer da pesquisa, ela possa ser mais adequada à realidade local;
- ✓ Promoção do projeto do Ecoturismo; com objetivo de alcançar a sustentabilidade social e ambiental;
- ✓ Desburocratizar o processo de autorização e torná-lo participativo;
- ✓ Promoção da regularização fundiária, pois é fundamental no reconhecimento dos direitos de uso dos recursos naturais e direitos de moradia.

Finalizando, deve-se explicitar que este estudo não tem a pretensão de esgotar o debate que vem sendo travado no âmbito científico. Entretanto, visa a contribuir de forma significativa para a viabilização de políticas públicas sustentáveis que venham a atender os reais interesses da biodiversidade e das populações locais inseridas nos espaços protegidos. Em pese a contribuição deste trabalho, a relevância para o campo científico faz se importante salientar as diversas questões ainda precisam ser analisadas e discutidas em virtude da relevância e amplitude da temática.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Joselito Santos. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- AYRES, Iona Gonçalves Santos Silva. A construção da governança ambiental nos municípios brasileiros: o caso da Colina de Tocantins (TO). Dissertação do mestrado em Ciências do Meio ambiente e sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: **Pós-neoliberalismo** – as políticas sociais e o estado democrático. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo, 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária. 2010, p.10.
- ARRUDA, R. **Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. Ambiente & Sociedade. Ano II. Nº 5. 1999.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. 2 ed. Manaus, Valer, Edua, Inpa, 2007.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização. São Paulo: Vera Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.
- BARRETO FILHO, Henyo T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. IN: RICARDO, Fany (org) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 53-63
- BECKER, Bertha K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. **Lei Federal no. 9.985**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). 2000.
- _____. **Lei Federal no. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. A Política Nacional do Meio Ambiente. 2000.
- CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia**. Cadernos NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p.31-50, Jun. 1999.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Política de governo para o desenvolvimento sustentável: meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4ª edição. S. Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- CHATEAUBRIAND. Annuziata Donadio e Andrade. Ellen Barbosa, et al. **Tecendo o Tupé: Extensão Universitária na Construção da Gestão Ambiental de uma Reserva de**

Desenvolvimento Sustentável Amazônica. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

_____. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- Redes do Tupé; Espacialização e Informações das Comunidades.** Manaus; Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2009.

CHAVES, M. P. S. R.; LIRA, T. M; SILVA, M. P. **Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 2, p. 111-122, 2009.

_____. **Políticas públicas: natureza política e viabilização da pesca.** In: O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: IBAMA/PróVárzea, 2007.

_____. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá.** 2001. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED, Campinas.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF 2001.

CUNHA, Luz Henrique; COELHO, Maria Célia. **Política e gestão ambiental.** In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. *A questão ambiental: diferentes abordagens.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____, **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 9-22.

_____, **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.** In: MOREIRA, André de castro (Org.) *Espaços e recursos de uso comum.* São Paulo. NUPAUB, 2001, p. 97-124.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. **Declaração Sobre o Ambiente Humano.** Suécia. **Estocolmo.** 1972. Disponível:< www.mp.ma.gov.br> – Acesso 29 de Agosto de 2011.

GARCIA, M.G. **Avaliação dos Obtidos com modelo de Gestão Adotado: Comunidade Nossa Senhora do Livramento na – Redes do Tupé/AM.** Dissertação do mestrado do Programa de pós Graduação em Ciências Florestais e Ambientais – (PPGCIFA). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2013.

GODARD, Olivier. **A Gestão Integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação.** In. VIEIRA, Paulo Freire, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis. RJ: Vozes, 2010.

_____. **Conselhos Gestores e Participação sociopolítica.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GIANEZINI, Miguelangelo. MATEI, Ana Paula. et al. **Evolução de eventos sobre meio ambiente e seus reflexos na responsabilidade socioambiental das empresas: reflexões para a conscientização ambiental. Educação Ambiental em ação**. No. 39 – disponível: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1185&class=02>> acesso 11/03/2012.

HOBBSBAWM, E. e RANGER Terence, T.(orgs) **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS. **Estudo de criação da Unidade de Conservação do Rio Gregório**. Manaus: IPAAM, 2005

_____. **Plano ambiental do Estado do Amazonas – PAEA 1996-1999**. Manaus: IPAAM, 1998.

LEFF, Enrique. **A complexidade Ambiental**: tradução de WOLFF, Eliete. São Paulo, Cortez. 2001.

_____. **Saber Ambiental do Conhecimento interdisciplinar ao dialogo dos saberes**. In: Epistemologia Ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo. Cortez, 2001. p. 159-190.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Jorge E. da Silva. Blumenau: Ed. da Furb, 2009.

_____. Democracia ambiental e desenvolvimento sustentável. In. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8 ed. Petrópolis, RJ, Vozes 2001.p. 15-95.

_____. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza complexidade, poder. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006, p. 468-508.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 23, p. 121-132, jan./jun. Editora UFPR, 2011.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Col. Obra-Prima do autor)

MASSON, Ivanete. **A Gestão ambiental participativa: possibilidades de um processo de múltiplas relações**. Dissertação (mestrado em Engenharia Ambiental). Programa de Pós Graduação, em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Amazonas, 2004.166p.

MILLER, K. R. **Evolução do Conceito de Áreas de Proteção**: oportunidades para o século XXI. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol. 1: 3-21. 1997.

MINAYO, Maria C. de Souza. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MEDEIROS, Rodrigo. **A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

_____, **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. IX n°. 1, 2006.

_____, **Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional**. Sumário executivo Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, departamento de áreas protegidas, 2011.

MONOSOWSKI, Elizabeth. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, ano 9, n.16, 1989, p. 15-24.

MOTA, José Aroudo. **O Valor da Natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade Civil*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 139-166.

NEVES, Estela Maria Souza Costa. **Política Ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil**. Revista Estudos Avançados, vol. 26, n° 74, Dossiê Sustentabilidade. São Paulo, 2012.

PEIXOTO, Shirley Cintra Portela de Sá. **Turismo e Lazer em Unidade de Conservação: A experiência de São João do Tupé – Redes do Tupé/AM**. Dissertação do mestrado do Programa de pós Graduação em Ciências do Meio Ambiente e sustentabilidade na Amazônia – (PPGCASA). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, **Política Social no Capitalismo**. In. **Discussões conceituais sobre políticas públicas e direito a cidadania**. p. 09-108.

Plano de Manejo da Reserva Desenvolvimento Sustentável do Tupé: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SEMMAS, 2008.

Plano de Uso Público da Reserva Desenvolvimento Sustentável do Tupé: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SEMMAS, 2008

NASCIMENTO, Izaura, *et al.* (org.) **Água e Cidadania: Comunidades Rurais do Tarumã-Mirim em Manaus/Amazonas** – Manaus: ACISAM, 2007, p.41.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. Editora UFPR, 2011.

RANGEL Diane Mara Ferreira Vanda. **Encontro das águas anteriores Litorâneas: Aspectos Legais e Institucionais**. Dissertação do mestrado do Centro de desenvolvimento Sustentável (CDS). Universidade Federal de Brasil UNB. 2005

REIS, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação do Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL- SDS- CEUC,2010 (<https://www.sds.am.gov.br>)

SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE –SEMMAS (<https://www.semmas.manaus.am.gov.br>).

SAHCS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986, p.208.

_____, **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro; Garamond. 2009.
SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

_____. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais**. Universidade de Brasília. 2005.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p 51 (Coleção Sociologia).

Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SDS. **Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias**. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 2009.

_____. Relatório de análise ambiental, Governo do Estado do Amazonas, Manaus: SDS,2007.

_____. Relatório de gestão, 2003;2006. Governo do Estado do Amazonas, Manaus: SDS, 2006.

_____. Relatório de gestão, 2007. Governo do Estado do Amazonas, Manaus: SDS, 2007.

SCUDELLER, Veridiana Vizoni (Orgs.) BioTupé: **Meio físico, diversidade biológica e sociocultura do baixo Rio Negro, Amazônia Central**. INPA, Manaus, 2009

VIOLA Eduardo. **O Movimento Ecológico no Brasil**. In: Pádua, J. A. **Ecologia e Política no Brasil**, Rio de Janeiro: IUPERJ. 1987.

VERISSIMO. Adalberto, *et al.* **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios.** Belém: Imazon; São Paulo: Instituto socioambiental, 2011.

VIANA, Virgílio. **O marco conceitual do programa zona verde.** In: **Amazonas, Governo do Estado do Amazonas Programa Zona Franca Verde.** 2 ed. Manaus SDS/Sepror/ Agecom, 2005.

VIEIRA P. Freire; WEBER, Jacques (Ogs). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.

VIEIRA, Ima Célia (Org.). **Diversidade biológica e cultura da Amazônia,** Belém: Museu Emílio Goeldi, 2001.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos.** Clotilde da Silva Costa (Trad.). 3.^a ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e a global: limites e desafios da participação cidadã.** 3.^a Ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador; UFBA, 2002. p.30.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: avaliação de condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento – Manaus/Am

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COMUNITÁRIOS/MORADORES

Pesquisador:

Data:

Publico Alvo: Comunidade Nossa do Livramento

Identificação da UC: RDS/Tupé

Dados do entrevistado:

Nome do Entrevistado:

Contato: tel.: (92) _____ Email: _____

Formação:

Profissão:

Tempo de moradia:

Natural:

Estado Civil:

Idade:

Renda Mínima:

SOBRE ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA RESERVA

1. Em sua opinião, qual a importância de residir em uma Unidade de Conservação? Quais os pontos positivos e negativos que você identifica em morar num espaço protegido (reserva)?
2. Você protege a área que você mora? De que forma?
3. Quais as principais regras a serem seguidas pelos moradores da Reserva do Tupé? Você conhece o plano de manejo?
4. Quais os principais recursos naturais utilizado por sua família?
5. Para você, qual o problema ambiental e social que mais lhe preocupa, em sua comunidade? Mediante a este problemas quais dificuldades que vocês enfrentam nesse lugar?
6. Você e/ou sua família já participaram de atividades promovidas pelas instituições neste espaço da reserva? Na sua percepção, as ações das instituições que mantém parcerias (renda, família, associação e social) têm contribuindo para a melhoria de seu modo vida? () SIM () NÃO e justifique.
7. Você faz parte de alguma liderança na comunidade? Sim() Não (X) e se você fosse convidado a participar das decisões de como proteger a áreas em que mora, que sugestões daria?

8 Como era a rotina antes da Criação da Reserva e como está agora, após a sua criação? Quais as mudanças que ocorreram segundo:

- ✓ Saneamento básico (água, lixo, esgoto sanitário)
- ✓ Uso dos recursos naturais (caça, pesca extrativismo e cultivo).
- ✓ Meios de transportes
- ✓ Moradia
- ✓ Energia
- ✓ Alimentação
- ✓ Produção
- ✓ Educação
- ✓ Saúde
- ✓ Organização social e política

PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLITICO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DA RESERVA

9. Como se deu o processo de participação da comunidade na gestão da REDES do Tupé?

10. Você sempre morou na comunidade? Em caso negativo, onde morava antes de vir pra comunidade? Por que motivo você mudou?

11.Em sua opinião a comunidade está organizada, participa das reuniões da comunidade? Caso positivo, quais assuntos são tratados nas reuniões?

12.Que ações/projetos que a SEMMAS e outras instituições estão desenvolvendo na comunidade?

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: avaliação de condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento – Manaus/Am

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR/TÉCNICO-REDES/TUPÉ-SEMMAS

Departamento de Áreas Protegidas - DEARP

Pesquisador: _____ Data: __/__/____

Nome do Entrevistado: _____ Município/UF: _____

Instituição: _____ Setor: _____

Contato: Tel.: _____ Email _____

Formação profissional: _____

Tempo na Função: _____

- 1 Como se configura a estrutura/composição da Instituição Gestora da Redes do Tupé?
- 2 Como o(a) Sr (a) analisa a situação das comunidades tradicionais na UC's, antes e depois da criação da reserva?
- 3 Quais as contribuições sociais e ambientais desde a implantação da REDES/Tupé hoje para as comunidades?
- 4 Em sua opinião as comunidades estão de acordo com o modelo de gestão adotado na RDS Tupé e qual a o envolvimento da participação nesta gestão especificamente da comunidade Nossa Senhora do Livramento?
- 5 Em sua opinião há limitações neste modelo de gestão adotado no Tupé e quais seriam essas limitações?
- 6 O Plano de Manejo é um instrumento norteador das atividades a serem desenvolvidas na unidade, definido em lei da seguinte forma, documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso das áreas e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas à questão da unidade, uma vez que se encontra em construção, quais as perspectivas para a conclusão do plano?
- 7 Levando em consideração que o plano de manejo encontra-se em fase final de elaboração, de que forma é feito o planejamento para a implantação das atividades econômicas, seguranças e de defesa nacional da reserva?
- 8 Por ser uma unidade de conservação de uso sustentável quais os limites de uso?
9. Existem conflitos socioeconômicos e ambientais que atualmente ameaçam a integridade dos recursos naturais na RDS/Tupé que estejam interferindo de alguma forma na administração da gestão da REDES?

10 Caso afirmativo para a existência dos conflitos, quais as medidas ou iniciativas adotadas pelo gerenciamento com perspectiva de solucionar esses conflitos, que instrumentos são ou foram utilizados?

() utilizando os instrumentos do SNUC () reuniões com comunitários () ainda estamos fazendo um estudo () treinamento () cursos () reuniões trimestrais () em estudo para solução () nenhuma .

11. Quais os resultados obtidos dessas medidas? sim () não () em parte () sem opinião formada ().

12. Como pode ser feito para melhorar a participação dos atores locais na busca de soluções dos problemas socioambientais que afetam a Reserva e seu entorno?

() treinamento () cursos () reuniões trimestrais () em estudo uma solução () utilização dos instrumentos legais () sem opinião formada.

13. Quais as parcerias que a gestão da Reserva tem e de que maneira ocorrem e são organizadas?

14. Para você que faz parte do Conselho Gestor, quais foram os fatores que motivaram o envolvimento dos diversos atores locais na Gestão da RDS/Tupé?

() conflitos socioeconômicos () ambientais () recursos naturais () fundiários () lazer () sem opinião formada.

15. Em sua opinião, qual o grau de envolvimento dos comunitários na gestão da REDES do Tupé?

() pouco () razoável () muito () outros _____

16. Em sua opinião o envolvimento das comunidades locais no processo de gestão da RDS/Tupé contribuiu para minimizar os conflitos existentes? () não () sim () talvez () não desejo opinar.

17. Existem parcerias com alguma instituição para gestão da RDS/Tupé? () sim () não.

Em que atividade: () pesquisa, () recreação, () voluntariado, () fiscalização () turismo?

Caso não exista, pelo menos já se encontram identificados potenciais parceiros interessados em participar da administração da mesma? () Universidades () ONGS () OCIPS.

18. Como o Sr.(a) ou vocês avalia o grau de motivação dos membros do Conselho Gestor com relação à gestão participativa da Unidade? () boa () ótima () ruim () maravilhosa () não sei opinar.

19. A infra-estrutura existente na Unidade é compatível com a demanda instalada? () sim () não () tem que ser melhorada () prefiro não opinar..

20. Com que frequência se realiza Fiscalização e ou Auditorias em suas prestações de contas? anual () semestral () mensal () não realiza () outros? Qual sistema? -----

21. A equipe técnica lotada na Unidade encontra-se capacitada para desenvolver atividades inerentes à gestão da RDS/Tupé? () sim () não () ainda estão em treinamento.

22. A quantidade de técnicos é a ideal? () sim () não () tem que ser melhorada.

23. Os instrumentos legais têm sido usados na RDS Tupé? () sim () não () em partes () constantemente () prefiro não opinar.

24. Em relação ações: quais os programas e projetos foram inseridos desde a criação da reserva e quais os que se encontram em atividades.

25. Um dos fatores essenciais para melhorar as condições socioambientais é a infra estrutura da reserva como saneamento básico; segurança pública; sistema de fornecimento de energia elétrica, tratamento adequado da água e outros, neste aspecto como estabelece atividades para o alcance dessas melhorias.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a). para participar da pesquisa intitulada “*RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENÁVEL DO TUPE Avaliação de Condições socioambientais no modo de vida da Comunidade Nossa Senhora do Livramento - MANAUS /AM*”, desenvolvida pela mestrandia Suzete Araújo de Lira, discente do programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, sob a orientação do Professor Dr. João Bosco Ladislau de Andrade, contato (92) 3305 4581, e-mail boscoladislau@mandic.com.br.

O projeto tem por objetivo geral avaliar as condições socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade Nossa do Livramento, os objetivos específicos: Identificar a participação social e política dos moradores da comunidade na gestão da RDS de uso sustentável; Mapear os aspectos socioambientais no modo de vida dos moradores da comunidade do Livramento e Analisar as condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Esta pesquisa não prevê qualquer risco pessoal ou para a comunidade visto que optou-se por uma pesquisa qualitativa e quantitativa questões abertas e fechadas, mas os riscos que por ventura poderão surgir, serão tratados pelo pesquisador e o sujeito da pesquisa. Além do mais as respostas serão mantidas em sigilo em relação ao nome do informante.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de aplicação entrevistas semi-estruturada, registros de fotografias, registro fonográfico, com seu consentimento e depois transcrita será destruída, nesta pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas que lhe serão feitas e que será realizada com a sua concordância, em seu horário e local a combinado. O retorno da pesquisa à comunidade será realizado, considerando as possibilidades de viabilidade, através de material didático apropriado.

O Sr. (a) não terá nenhum gasto de dinheiro, assim como não receberá nenhum benefício financeiro em troca. Terá total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo. Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se a possíveis resultados sociais e ambientais a serem alcançados com a pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar alternativas e/ou ferramentas que contribuam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das ações referidas a políticas públicas aplicadas.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a). poderá entrar em contato no endereço: Av. General Rodrigo Octávio Nº 3000 – Campus Universitário (Coroadó I), Manaus/AM – Telefone (92) 3305 4580 ou (92) 3305-45819, ou poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus/AM, telefone (92) 3305-5130. No final da pesquisa os resultados serão apresentados a Comunidade.

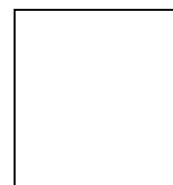
CONSETIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu _____ fui informado das atividades da pesquisadora, e que ela precisa da minha colaboração, entendi a explicação, e concordo em participar da pesquisa de livre e espontânea vontade. Sabendo que não vou ter recebimento financeiro por isso. Recebo a cópia deste documento, e para quaisquer dúvida ou informações também poderei entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (92) 9103 2709 ou pelo email: sue.araujo15@hotmail.com.

Assinatura do participante

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador responsável



Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

ANEXOS



AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA 18/2012 – SEMMAS

Autorizo para os devidos fins a realização do Projeto de Pesquisa, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Comunidade Livramento, intitulado “A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: condições de Sustentabilidade dos moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, que será desenvolvido pela mestrandia Suzete Araújo de Lira, sob orientação do Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade – UFAM, mediante assinatura de Termo de Compromisso.

Esta autorização tem validade de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso.

Manaus, 29 de junho de 2012.


Marcelo José de Lima Dutra
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO PRESIDENTE DA COMUNIDADE

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulada "*RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ (MANAUS/AM): avaliação de condições socioambientais da comunidade Nossa Senhora do Livramento*" sob a coordenação da Pesquisadora Suzete Araújo de Lira, mestranda do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia / PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas / UFAM. Tenho pleno conhecimento do projeto proposto e confirmo a minha participação no mesmo.

Manaus, de de 2012.

FRANCISCA CAVALCANTE

Presidente da Associação dos Moradores de Nossa Senhora do Livramento

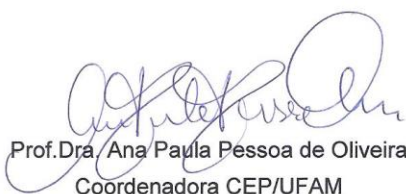


PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 11187613.5.0000.5020, intitulado: **“RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: Avaliação de Condições Socioambientais Da Comunidade Nossa Senhora Do Livramento 2 Manaus/AM”**, tendo como Pesquisadora Responsável Suzete Araújo de Lira.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 18 de março de 2013.



Prof. Dra. Ana Paula Pessoa de Oliveira
Coordenadora CEP/UFAM

